



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2018



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DE MINAS GERAIS • **CREA-MG**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA DE MINAS GERAIS • CREA-MG**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do Exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado na forma de relato integrado e segundo normas prolatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – Instrução Normativa (IN) n.º 63/2010; Decisões Normativas (DN) n.º 170/2018 e n.º 172/2018; Portaria-TCU n.º 369/2018 – e em atendimento à Decisão PL-0064/2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e a orientações do órgão de controle interno.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

ano de 2018 foi de ajustes para o Crea-MG. Trabalhamos para reduzir custos e fazer um rigoroso controle de gastos com o intuito de garantir o equilíbrio financeiro do Conselho. Tivemos despesas que não estavam previstas da ordem de R\$ 10 milhões, provenientes de compromissos assumidos em 2017. Esse foi o sinal para entendermos que o aspecto financeiro precisaria ser monitorado de perto. E assim fizemos.

Em março, o cenário financeiro do Sistema Confea/Crea mudou, com a sanção da lei que instituiu os conselhos dos técnicos agrícolas e industriais. O impacto da migração dos técnicos industriais, que já instituíram o próprio conselho, foi de aproximadamente R\$ 2 milhões, em 2018. Para 2019, a projeção é de queda de 13% na receita do Crea-MG, mais de R\$ 11 milhões.

O desafio era manter o equilíbrio das contas mesmo com a redução da arrecadação, causada pela saída dos técnicos e pelo reflexo da crise econômica. Estudamos os nossos gastos e, com isso, foi possível cortar despesas, negociar contratos e investir assertivamente, preservando a qualidade de nossa prestação de serviços.

Dentre as ações empreendidas, destaco o Programa de Demissão Voluntária (PDV), que foi instituído com o objetivo de adequar o quadro funcional do Conselho à realidade financeira e aos princípios de eficiência e economicidade da administração pública. O custo do programa foi de, aproximadamente, R\$ 8 milhões, no entanto, a economia com pessoal chega a quase R\$ 500 mil por mês. E, em 15 meses, as despesas realizadas pelo PDV serão compensadas pela economia gerada. Tivemos a adesão de 61 funcionários e, com uma reestruturação das atividades, não houve impactos para o atendimento à sociedade e aos profissionais.

Com as contas em dia e a rotina estruturada, o Crea-MG preocupou-se em melhorar ainda mais o atendimento ao profissional. Investimos na implantação de novas unidades de atendimento, inaugurando, em 2018, escritórios de representação em Ibirité, Três Corações e Cássia. O nosso objetivo foi facilitar a vida dos profissionais que podem resolver suas demandas nas regiões onde moram, evitando longos deslocamentos.

Para promover um espaço de diálogo e proximidade com os profissionais, participamos de diversas reuniões nas Inspetorias. Esses encontros são oportunidades para esclarecer dúvidas e ouvir críticas e sugestões para aprimorar as ações do Crea-MG. Isso é essencial para que o Conselho possa atender melhor aos profissionais e a sociedade.

O empenho em conversar e nos aproximarmos dos inspetores, das entidades, das instituições de ensino, das empresas, dos profissionais, dos estudantes e da sociedade tem sido constante. Um exemplo disso é o chamamento público, desenvolvido para fortalecer as entidades de classe. As parcerias foram intensificadas a partir do edital deste ano que contemplou 24 projetos de 19 entidades. Os projetos aprovados têm foco no aperfeiçoamento profissional, no fortalecimento das ações de fiscalização, na divulgação do Código de Ética e da legislação da área, e na conscientização sobre a importância do registro profissional, da ART e do acervo técnico.

Ressaltamos ainda os avanços conseguidos na fiscalização, atividade-fim do Conselho. Para se ter uma ideia, em 2018, o percentual de autos de infração (AINs) passou de 2,2% para 4,6%. Realizamos 121.500 ações de fiscalização e emitimos 5.644 autos de infração. A adoção de metodologias inovadoras e mais inteligentes explica o aumento das irregularidades detectadas. As blitzes são exemplo disso. Elas otimizam as ações de fiscalização e envolvem um maior número de agentes, conferindo agilidade, proatividade e impessoalidade. A celebração de convênios para intercâmbio de dados também é responsável pela melhoria da eficiência do processo.

A fiscalização evita um ambiente de concorrência desleal e predatória, já que há um custo envolvido para o profissional se manter regularmente habilitado e tem sido, cada vez mais, necessário buscar uma qualificação constante para dar conta dos desafios contemporâneos.

O modelo de fiscalização especializada no agronegócio foi mantido e estendido para a cadeia produtiva da mineração. Até 2018, as ações começavam com uma reunião preparatória com integrantes da cadeia produtiva a ser fiscalizada. Nesses encontros, todo procedimento era explicado e os profissionais e empresários tinham a oportunidade de regularização antes da data marcada para a fiscalização. Para 2019, com objetivo de otimizar recursos, estamos planejando um novo formato, aprimorando o processo, mantendo o caráter educativo.

Outra medida que tomamos foi reforçar a descentralização, com a designação de supervisores para a gestão do planejamento e controle das atividades em cada região. Os inspetores foram integrados de maneira mais efetiva e no planejamento das ações, principalmente das blitzes, que partem de uma demanda deles. Como conhecem a realidade local, os inspetores ajudam a tornar as ações mais assertivas.

Em novembro de 2018, lançamos a versão de teste do *app Crea-MG Mobile*, que facilita o acesso do profissional e da sociedade civil à consulta de regularidade de profissionais e empresas, e permite conferir a autenticidade de ARTs e certidões. Além disso, o app cria um canal de comunicação direto com a Fiscalização do Conselho. Através do módulo “Você fiscal” é possível o envio de denúncias de forma rápida e simples. Pelo aplicativo, é possível denunciar o exercício ilegal de engenharia, agronomia e geociências, encaminhando o endereço e dados de obras e serviços irregulares.

E, por fim, entendemos que nosso portfólio de projetos estratégicos observa as restrições econômicas, com nossa atuação voltada para as atividades-fim. Em 2018, foram aprovados nossos 25 projetos e seus respectivos indicadores. Eles contemplam os temas estratégicos de gestão e planejamento, exercício profissional, inserção social e controle orçamentário.



A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized letters and a long horizontal stroke.

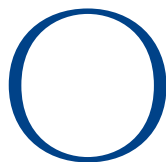
Eng. Civil Lucio Fernando Borges
Presidente do Crea-MG

INTRODUÇÃO

1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)	12
1.1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	12
1.1.2. NORMAS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE E REGULAMENTADORAS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL	14
1.1.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE	14
1.1.4. EIXOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO	14
1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	17
1.3. AMBIENTE EXTERNO	19
2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	21
2.1. PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COM ESPECIFICAÇÃO DE PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES	22
2.2. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	26
2.3. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	27
2.3.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	28
2.3.2. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE ATUAÇÃO DA UNIDADE	29
3 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	30
3.1. CONTROLADORIA: ATRIBUIÇÕES	31
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE	35
3.3. CONFORMIDADE DA GESTÃO A DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO	35
3.3.1. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)	35
3.3.2. TRATAMENTO DE NÃO CONFORMIDADES APONTADAS EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO CONFEA	35
3.4. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES	35
3.4.1. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	35
3.4.2. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	36
4 - RESULTADOS DA GESTÃO	37
4.1. PROBLEMAS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	38
4.2. PROJETOS ESTRATÉGICOS: PLANEJAMENTO DOS OBJETIVOS E INDICADORES	39
4.2.1. PRINCIPAIS RISCOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	41
4.2.2. PRINCIPAIS PREMISSAS DOS PROJETOS	42
4.2.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS (RESTRIÇÕES)	42
5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	43
5.1. GESTÃO DE CUSTOS, PATRIMONIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	44
5.1.1. ORIGEM DAS RECEITAS	45
5.1.2. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS	46
5.1.3. ARRECADAÇÃO DE RECEITA	49
5.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS, INVESTIMENTOS E GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	50
5.1.5. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	58
5.1.6. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	59
5.1.7. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	62
5.1.8. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS VIGENTE NO EXERCÍCIO 2018, NO ÂMBITO DA UNIDADE	63

ÍNDICE

5.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	63
5.2.1. BALANÇO FINANCEIRO E PATRIMONIAL	64
5.2.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	66
5.2.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	67
5.2.4. NOTAS EXPLICATIVAS INCLUINDO A DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	69
5.3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	73
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	76
6.1. GESTÃO DE PESSOAS	77
6.1.1. DADOS GERAIS DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS	77
6.1.2. GESTÃO DE DESPESAS COM PESSOAL	81
6.1.3. GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL (POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO PESSOAL): ESTRATÉGIA E NÚMEROS	86
6.1.4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MERITOCRACIA: REMUNERAÇÃO, GRATIFICAÇÕES E PROGRESSÃO FUNCIONAL	87
6.2. GESTÃO E MODELO DE GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	87
6.2.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES	87
6.2.2. MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM T.I.	87
6.2.3. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM T.I.	87
6.2.4. PRINCIPAIS INICIATIVAS: SISTEMAS E PROJETOS	87
6.2.5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	88
6.2.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	88
6.3. OBRAS	89
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM	90
7.1. FISCALIZAÇÃO	91
7.1.1. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	92
7.1.2. GESTÃO DAS NOTIFICAÇÕES, OCORRÊNCIAS E AUTUAÇÕES EM DECORRÊNCIA DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	99
7.1.2.1. TOTAL DE NOTIFICAÇÕES/OCORRÊNCIAS (IRREGULARIDADES)	99
7.1.2.2. TOTAL DE NOTIFICAÇÕES REGULARIZADAS ANTERIORMENTE À EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO	99
7.1.2.3. TOTAL DE AUTUAÇÕES	100
7.1.2.4. VALORES ARRECADADOS COM AUTOS DE INFRAÇÃO	100
7.1.3. DADOS COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	101
7.2. REGISTRO PROFISSIONAL E ACERVO TÉCNICO	102
7.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CONSELHO	104
7.3.1. RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO	104
7.3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS	105
7.3.3. RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DE COMISSÕES	107
7.4. ATENDIMENTO	109
7.5. DIÁLOGO	113
8 - ANEXOS	114



Relatório de Gestão que, aqui, apresentamos foi elaborado, pela unidade de Controle Interno [Controladoria] do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG), como prestação de contas anual a que esta Unidade

Prestadora de Contas (UPC) está obrigada, para, assim, apresentar breve síntese das atividades desenvolvidas, por este Conselho Regional, no exercício 2018, e dos resultados alcançados, com os desdobramentos do próprio Planejamento Estratégico. Estes autos abordam as ações de fiscalização e aquelas voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização da própria gestão, vale dizer, abarcam os resultados das ações empreendidas, pelo Crea-MG, no esforço de melhor cumprir as próprias competências legais como órgão de fiscalização profissional, para que possa atender às demandas da comunidade e da estrutura funcional da autarquia.

O presente Relatório, direcionado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, foi elaborado na forma de relato integrado e segundo normas prolatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – Instrução Normativa (IN) n.º 63/2010; Decisões Normativas (DN) n.º 170/2018 e n.º 172/2018; Portaria-TCU n.º 369/2018 – e em atendimento à Decisão PL-0064/2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Encontra-se estruturado em 8 (oito) capítulos – para além desta apresentação e da mensagem do dirigente máximo da unidade –, cada qual com itens e subitens, os quais contêm figuras, gráficos e tabelas para facilitar a elucidação dos dados e informações versadas. Dadas as especificidades dos objetivos institucionais do Crea-MG, o “Capítulo 7 - Outras informações relevantes sobre a atividade-fim” é usado para abarcar informações consideradas relevantes no contexto específico de atuação daquela autarquia profissional.

Neste documento, é apresentada a síntese dos resultados e das ações realizadas, pelo Crea-MG, para execução das boas práticas de gestão que permearam as atividades precípuas de verificação, fiscalização e aperfeiçoamento do exercício e das atividades das áreas profissionais. O exercício 2018 representou o primeiro ano da Gestão 2018/2020 e foi marcado pelo início do planejamento estratégico, descrito nos capítulos 1, 2 e 4 deste Relatório. As restrições financeiras e de atuação do Crea-MG, estabelecidas pelo momento atual, nortearam as discussões sobre o planejamento estratégico do Conselho. O cenário, para o presidente do Conselho, permitiu que, de fato, as restrições fossem entendidas como

oportunidades de melhoria.

Em 2018, o Crea-MG trabalhou para reduzir custos e propiciar rigoroso controle de gastos com o intuito de garantir o equilíbrio financeiro. Austeridade, portanto, é a marca da Gestão 2018-2020. Além do cenário de retração econômica do país, que afeta diretamente as áreas de engenharia, agronomia e geociências, outros fatores fizeram com que o controle de gastos fosse mais rigoroso para garantir o equilíbrio financeiro do Conselho. As despesas não previstas da ordem de R\$ 10 milhões, provenientes de compromissos assumidos em 2017, foram o alerta inicial de que o aspecto financeiro precisaria ser monitorado de perto. Os restos a pagar, ou seja, as despesas empenhadas no exercício 2017 e cujos pagamentos não haviam sido realizados até 31 de dezembro daquele ano; a recomposição da Conta de Recursos do CAU; as despesas relativas a serviços de informática e as transferências de recursos referentes ao Chamamento Público 2017 resultaram em um desembolso de R\$ 9.927.144,64. Além disso, em março, o cenário financeiro do Sistema Confea/Crea foi modificado pela sanção da lei que instituiu os conselhos dos técnicos agrícolas e industriais. O impacto da migração dos técnicos industriais, que já instituíram o próprio conselho, foi de aproximadamente R\$ 2 milhões, em 2018, valor este repassado, pelo Crea-MG, à nova autarquia por determinação do Confea. Para 2019, a projeção é de que haja uma queda de 13% na receita do Crea-MG, ou seja, mais de R\$ 11 milhões.

Para fazer frente ao desafio de manter o equilíbrio das contas mesmo com a redução da arrecadação, causada tanto pela saída dos técnicos quanto pelo reflexo da situação econômica, foram necessários cortes e reduções de despesas. “Nosso entendimento foi o de que precisávamos ser cautelosos com os gastos para que o Conselho garantisse uma prestação de serviços de qualidade e investisse assertivamente”, explica o presidente do Crea-MG, engenheiro civil Lucio Borges.

Uma das principais ações de contenção de gastos foi o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Este foi instituído com o objetivo de adequar o quadro funcional do Conselho à realidade financeira e aos princípios de eficiência e economicidade da administração pública. O PDV teve adesão de 40 funcionários da Sede e de 21 do interior. Embora a redução de pessoal tenha alterado a rotina, o Crea-MG adaptou-se à nova realidade, reestruturando atividades do dia a dia. O custo do programa foi de R\$ 7.902.649,89 e a

economia com pessoal, por sua vez, foi de R\$ 532.606,81 por mês. Assim, em 14,85 meses, a economia gerada pelo PDV cobrirá as despesas realizadas e, a partir daí, a economia com pessoal será de aproximadamente R\$ 500 mil por mês.

Em obras, o Conselho havia previsto quase R\$ 7 milhões de reais, na primeira versão do orçamento para 2018. Entretanto, o cenário econômico demandou uma revisão de quando realizar o investimento. Na análise do Crea-MG, não é um bom momento para imobilizar capital, porque o ganho em aplicações financeiras tem sido bem maior do que o custo com os aluguéis. Foram priorizadas obras que estavam em etapas cujo prejuízo com a paralisação seria maior e o investimento, até setembro, foi de R\$ 1.755.444,46.

O desafio lançado pelo presidente do Crea-MG, engenheiro Lucio Borges, é o de desenvolver alternativas que sejam sustentáveis, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista econômico. Conselheiros, inspetores, entidades e funcionários assumiram esse compromisso e, com essa união, o Conselho tem atingido o objetivo de fazer mais com menos. A preocupação central do Conselho tem sido garantir que os serviços sejam prestados com qualidade. Embora o dia a dia tenha sido impactado tanto financeiramente quanto em termos de recursos humanos, já que muitos quadros se desligaram com o PDV, o Crea conseguiu se adaptar à nova realidade. As atividades de rotina passaram por uma reestruturação e o saldo tem sido positivo.

A racionalização no uso dos recursos é um dos princípios. A gestão optou por não editar a versão impressa da Revista Vértice, que consumia mais de R\$ 200 mil a cada edição, e tem investido no relacionamento com a imprensa e nos meios digitais para manter os profissionais e a sociedade informados. Em relação à comunicação institucional, o Crea-MG deixou de utilizar os serviços de agência de publicidade e, considerando os gastos no período de janeiro a setembro de 2017, foram economizados mais de R\$ 1.700.000,00 em 2018.

A reavaliação técnica dos contratos e termos de referência foi prática recorrente em 2018. Com os termos de referência mais adequados à realidade do Crea-MG, os contratos são otimizados e a concorrência é ampliada. Até agora, a redução média no desembolso dos contratos de manutenção da infraestrutura do Conselho, tanto na sede quanto no interior, licitados ou aditados, foi de 41,5%.

Na área de Tecnologia da Informação (TI) 3 (três) contratos foram

suprimidos e os seus objetos incorporados, dentro das necessidades, por outros contratos, com uma redução de 31% no valor para a prestação dos mesmos serviços. O contrato de veículos também foi reduzido a partir de estudos sobre a utilização da frota pelo Conselho, resultando em redução de custo na ordem de 13% desde junho de 2018. O resultado global para serviços de terceiros teve redução de 11%, o que significa redução de R\$ 2.805.644,29 até setembro de 2018. Os contratos de aluguel vêm sendo renegociados dentro da realidade do mercado de cada cidade onde há sede de inspetoria, possibilitando redução do valor pago ou a não aplicação da correção prevista. Dito procedimento proporcionou economia média da ordem de 2,5% tanto dos contratos renovados quanto dos licitados.

Um dos focos da Gestão no exercício 2018 compreendeu, também, a fiscalização, enquanto atividade-fim do Crea-MG. O Conselho atuou, decisivamente, para que o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas exercesse o papel institucional de zelar pelo cumprimento da legislação, valorização dos profissionais e, acima de tudo, pela defesa dos interesses sociais e humanos, bem como do desenvolvimento sustentável – com a excelência no exercício das atividades na área tecnológica.

Atualmente, o Crea-MG detém inspetorias e escritórios de representação espalhados por todo o estado de Minas Gerais. Dita interiorização ampliou as participações dos profissionais para reforçar a autoridade técnica da engenharia no território mineiro. Ademais, o Conselho reforçou a descentralização com a designação de um supervisor para a gestão do planejamento e controle das atividades em cada região. As características regionais foram, também, valorizadas pela adoção do modelo de blitze de fiscalização, cujo principal objetivo é resguardar a coletividade do exercício ilegal da engenharia, da agronomia, da geologia, da geografia e da meteorologia, ao protegê-la da atuação de leigos, o que, consequentemente, amplia o mercado de trabalho para os profissionais abrangidos pelo Sistema.

Em 2018, foram expedidos 5.770 autos de infração (AIN) – o que representa índice de 4,7% no que tange ao número de ações de fiscalização realizadas. Houve aumento em 71,0% do número de AINs emitidos comparativamente ao exercício 2017. Foram realizadas 121.495 ações de fiscalização e emitidos 5.644 autos de infração, por 87 fiscais em atividade. Dito aumento deve-se, sobretudo, à maior eficiência e às estratégias adotadas e ocorreu sem

aumentar a estrutura e o número de fiscais da entidade, a demonstrar que a metodologia, as técnicas, e os equipamentos modernos têm ajudado no processo fiscalizatório. A partir de outubro de 2018, haja vista a adoção, pelo Crea-MG, da Resolução Confea n.º 1.047/2013, as notificações para regularização foram eliminadas. Logo, diante de eventual irregularidade/ocorrência constatada, passou-se a lavar, automaticamente, o auto de infração.

Os fiscais passaram por treinamentos para garantir a efetividade da aplicação da supracitada Resolução n.º 1.047/2013 (Confea), que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades. A obrigatoriedade da adoção do Livro de Ordem foi divulgada aos profissionais e, para promover a aproximação da sociedade junto ao Conselho, a Gestão desenvolveu o aplicativo Crea-MG Mobile. O app facilita o acesso do profissional e da sociedade civil à informações, desde a consulta da regularidade de profissionais e empresas até a conferência da autenticidade de ARTs e certidões. Além disso, cria um canal de comunicação direto com a Fiscalização do Conselho. O módulo “Você Fiscal” permite o envio de denúncias de forma rápida e simples. Em 2018, as fiscalizações por acionamento (denúncias) atingiram o número de 1.530 em todo o estado - quantidade 18,6% maior do que a verificada em 2017.

A especialização da Fiscalização em Mineração ocorreu no segundo semestre de 2018, com o treinamento dos fiscais do Conselho, que lhes dará visão geral da cadeia produtiva do setor, desde a prospecção e pesquisa até o fechamento da mina e a recuperação ambiental, com as implicações técnicas e ambientais.

O setor de Atendimento aos profissionais e empresas que buscam a solução de demandas junto ao Conselho funcionou, normalmente, durante os meses de dezembro e janeiro de 2018 – inclusive entre os dias 26 de dezembro de 2018 e 14 de janeiro de 2019. O sistema de funcionamento foi alterado pela Presidência para atender o público de forma mais ampla, estando disponível, sobretudo, para os profissionais que vieram do interior e de outros estados

para as festas de fim de ano na capital mineira e aproveitaram para resolver suas pendências junto ao Crea-MG. Esta decisão modifica o sistema anterior, em que o atendimento era feito por meio de plantões que resolviam questões urgentes. A gestão atual optou por não trabalhar em regime de férias coletivas, modelo adotado desde 2005, com o intuito de melhorar o serviço e oferecer atendimento ininterrupto, atendendo o anseio de muitos profissionais e à concepção da Gestão segundo a qual os serviços do Crea-MG são de interesse público e não podem ser, na atual conjuntura, interrompidos por férias coletivas.

Em suma, e em decorrência da elaboração deste Relatório, avaliar-se-á, precisamente e uma vez mais, o desempenho da unidade prestadora de contas no ano em análise (2018), para, assim, permitir a comparação dos resultados com os obtidos no exercício anterior (ano 2017), e, conseqüentemente, mensurar avanços, eventuais retrocessos e dificuldades encontradas, sob a égide dos princípios constitucionais da legalidade, publicidade (transparência) e eficiência, reitores da Administração Pública Indireta no âmbito dos três entes federados.

Redução de custos e incremento nas ações de fiscalização direcionam a gestão de Lucio Borges. Para atingir tais objetivos, o presidente do Crea-MG defende amplo diálogo e decisões compartilhadas. Este contato direto permite ouvir, de forma ativa, ideias e propostas de profissionais, empresários, entidades de classe, instituições de ensino e sociedade, no sentido de convergir em escolhas que contemplem o maior número de demandas. A disposição em ouvir é característica fundamental para um gestor que assume a autarquia em complexa conjuntura política e econômica. O desafio torna-se ainda maior porque as decisões tomadas no âmbito do Conselho afetam, diretamente, mais de 190 mil profissionais e 30 mil empresas.

As portas de sua sala estão sempre - e literalmente - abertas para receber profissionais e outras pessoas, em conjugação de esforços para a melhoria do país e para o bem comum.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

O conteúdo desta seção objetiva expor as características básicas do funcionamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). Ela foi organizada em quatro subseções: “Finalidade e competências”, “Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade”, “Breve histórico da entidade” e “Eixos estratégicos da Gestão”.

1.1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS



IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

Denominação completa: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais	
Denominação abreviada: CREA-MG	
Natureza jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 17.254.509/0001-63
Principal atividade: atividades associativas profissionais	CÓDIGO CNAE: 84.11-6-00
Telefone de contato: (031)3299-8700	
E-mail: presidencia@crea-mg.org.br	
Site: http://www.crea-mg.org.br	
Endereço postal: Avenida Álvares Cabral, 1600, Santo Agostinho- Belo Horizonte/MG - CEP: 30170-917	

O Crea-MG é entidade autárquica federal de fiscalização do exercício e das atividades profissionais, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte e jurisdição em todo o Estado de Minas Gerais. Foi instituída pela Resolução n.º 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer o papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição. A competência do Crea-MG está prevista na Lei n.º 5.194/66 e especificada em seu Regimento Interno, especificamente nos incisos I a XL do artigo 4º. Constitui serviço público federal e está vinculado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

O Crea-MG, no exercício do próprio papel institucional, zela pela observância do ordenamento jurídico em defesa da sociedade, através do fomento e valorização do profissional mediante ações fiscalizatórias do exercício das atividades contempladas. Neste âmbito, objetiva o reconhecimento e a credibilidade públicos, como instituição necessária ao bom exercício profissional, bem como busca defender os interesses sociais e humanos, promover a valorização do trabalhador, o desenvolvimento sustentável e a excelência no exercício das atividades profissionais fiscalizadas.

No desempenho de sua missão, o Crea-MG é, assim, órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, no nível médio e superior, no território de sua jurisdição.

A estrutura básica do Crea-MG é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático de suas finalidades e é composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo: I – Plenário – II – Câmaras Especializadas; III – Presidência; IV – Diretoria; e V – Inspetorias e Unidades de Apoio Regional.

O **Plenário** é órgão colegiado decisório e tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, obedecendo à legislação vigente relativa a prescrições processuais, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado. As competências do Plenário estão elencadas no Capítulo I, Seção II, do Regimento Interno e, conforme o art. 8º, o Plenário tem a composição renovada em 1/3 anualmente.

As **Câmaras Especializadas** são órgãos decisórios e têm por finalidade apreciar e julgar os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição. As competências das Câmaras estão elencadas no Capítulo II, Seção III, do Regimento Interno e, conforme o artigo 62, as Câmaras Especializadas são compostas na primeira sessão Plenária Ordinária do ano.

A **Presidência**, órgão executivo máximo da estrutura básica, tem por

finalidade dirigir o Crea-MG e cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário e das Câmaras Especializadas no âmbito de suas respectivas competências. As atribuições da Presidência estão arroladas no Capítulo III, Seção II, do Regimento Interno e, conforme o parágrafo 2º do artigo 89, o Presidente é eleito através de voto direto e secreto dos profissionais registrados no Crea-MG. O último processo eleitoral para escolha do Presidente ocorreu em 2017 para o mandato no triênio 2018-2020.

A **Diretoria**, por sua vez, é órgão executivo e tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas. A competência da Diretoria está elencada no Capítulo IV, Seção IV, do Regimento Interno e, conforme o art. 101, a mesma é constituída na primeira Sessão Plenária Ordinária do ano.

As **Inspetorias** são, também, órgãos executivos, embora representem o Crea-MG no município ou na região onde forem instituídas. Objetivam gerir os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição pelo Crea-MG e fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Cada Inspetoria é composta por três inspetores eleitos pelo voto direto e secreto dos profissionais e é instituída, pelo Crea-MG, na forma do parágrafo único do art. 127 (Regimento Interno). As Unidades de Apoio Regional, por sua vez, conforme o artigo 134, são instituídas, pelo Crea-MG, para alcançar o pleno desenvolvimento das ações das Inspetorias.

De outra banda, a **estrutura de suporte** é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica. É composta pelos seguintes órgãos de caráter permanente, especial ou temporário: I – comissão permanente; II – comissão especial; III – grupo de trabalho; e IV – órgãos consultivos, conforme o art. 135 do Regimento Interno. As respectivas finalidades, composições e competências estão descritas no Título III do Regimento Interno do Crea-MG.

Finalmente, a **estrutura auxiliar** do Crea-MG é responsável pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos, e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte, para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do Conselho Regional. As competências da estrutura auxiliar encontram-se arroladas na Portaria n.º 18, de 24 de fevereiro de 2015.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

1.1.2. NORMAS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE E REGULAMENTADORAS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Decretos federais n.º 23.196/33 e n.º 23.569/33; Resolução n.º 2, de 23 de abril de 1934; Lei federal n.º 5.194/66; Constituição Federal (CF/1988); Lei n.º 8.666/93; Resoluções do Confea; legislação federal correlata; decisões normativas emanadas pelo Confea; decisões plenárias baixadas pelo Confea; atos normativos e administrativos prolatados pelo Crea-MG e decisões do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Conselho Federal e respectivos Regionais foram instituídos pela Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e se orientam por regimentos internos. No Crea-MG, o Regimento Interno teve a última alteração aprovada pela Decisão Plenária n.º 09/2008, datada de 04/09/2008 e homologada, no Confea, através da Decisão Plenária n.º 0061/200, de 04/02/2009.

Os atos normativos emanados da Gestão apresentam-se em várias espécies, tais como: Decisão Plenária, Decisão e Deliberação das Câmaras Especializadas, Portaria da Presidência e Decisão de Diretoria, especificados pelo Regimento Interno. Alguns atos administrativos são elaborados conforme normas do Confea, como, por exemplo, a Resolução 1.034, de 26 de setembro de 2011 e atos outros elaborados na forma e modo regulados pelo Crea-MG.

1.1.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG) é autarquia federal que, desde quando criada, regulamenta e fiscaliza o exercício dos profissionais de engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia.

Ao longo dos mais de 85 anos de existência, o Crea-MG, no cumprimento da própria missão, garante mercado de trabalho aos profissionais legalmente habilitados, bem como impede a atuação de leigos. Para a sociedade, tal comprometimento histórico significa segurança e qualidade nos serviços prestados. Em outras palavras, a autarquia federal em comento tem defendido os interesses sociais e humanos, promovendo a valorização profissional, o desenvolvimento sustentável e a excelência do exercício das atividades profissionais. Objetiva ver-se reconhecida, em âmbito nacional, pela sociedade e em todos os ambientes profissionais, pela excelência no atendimento, fiscalização, valorização e representação das profissões tecnológicas.

Citam-se, como valores já consolidados, a competência tecnológica; o comprometimento; a ética; a participação e o posicionamento social, bem como serviços de excelência à sociedade.

As finalidades e competências institucionais nasceram no bojo da Lei Federal n.º 5.194/66, posteriormente ratificadas e especificadas no Regimento Interno da unidade. Desde sempre, o Crea-MG tem sido entidade de fiscalização do exercício e das atividades profissionais, cujas competências estão, hoje, arroladas no art. 4º do respectivo Regimento Interno.

1.1.4. EIXOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO

Visão

Ter o reconhecimento e a credibilidade da sociedade, fomentando e valorizando o profissional pela fiscalização do exercício da profissão.

Missão

Defender os interesses sociais e humanos, promovendo a valorização profissional, o desenvolvimento sustentável e a excelência do exercício das atividades profissionais.

Valores

União e diálogo, competência tecnológica, comprometimento, ética em todas as relações, participação e posicionamento social, serviços de excelência à sociedade.

Negócio

Zelar pelo cumprimento da legislação em defesa da sociedade, fomentar e valorizar o profissional pela fiscalização do exercício profissional.

EIXOS ESTRATÉGICOS

a) Exercício profissional:

• Fortalecimento das entidades

Impulsionar as entidades como fontes de conhecimento e de informação, como referências em requalificação profissional. Em parceria com universidades e empresas, iniciar um processo de desenvolvimento de tecnologia e de cursos de especialização, garantindo representatividade técnica aos seus associados. Estruturar um setor, com assessoria técnica e jurídica, para oferecer assistência às entidades de classe para elaboração, gestão e captação de apoio financeiro para projetos de interesse dos profissionais, da sociedade e do Crea-MG.

• Valorização Profissional

Empreender esforços no diálogo com o profissional da área tecnológica para evidenciar sua contribuição no desenvolvimento econômico e social do país. Promover a participação do profissional nos debates de interesse da sociedade, por meio da ampliação de projetos como Câmara de Mediação e Arbitragem (CMA/Crea-MG), consolidando a sua autoridade técnica. Discutir, propor e acompanhar as ações em prol da valorização



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

profissional, nos ambientes pertinentes, como instituições de ensino, entidades e até o mercado de trabalho.

- **Atribuições profissionais**

Defender a aplicação, em sua totalidade, da Resolução n.º 1.073 do Confea, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea. A resolução, aprovada em 2016, prevê a extensão de atribuições a partir da conclusão de especialização, mestrado, doutorado e sequencial de formação específica. Atuar junto ao Confea para normatizar e conferir mais autonomia às Câmaras Especializadas para concessão de atribuições profissionais com mais equidade, minimizando os conflitos internos. Criar uma estrutura permanente para defender as atribuições relativas às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

b) Controle Orçamentário

O orçamento do Crea-MG, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado em Plenário) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas e investimentos a serem realizados na gestão. Para o devido acompanhamento, o orçamento se baseará em estudos e documentos cuidadosamente tratados que irão compor todo o processo de elaboração orçamentária desta gestão.

c) Gestão e Planejamento

- **Fiscalização**

Avançar na adoção de estratégias, métodos de gerenciamento e planejamento para garantir a eficiência das ações e ampliar os bons números dos últimos anos. Implantar a gestão por resultados com objetivo de aprimorar o desempenho da fiscalização. Implantar o Sistema de Gestão da Fiscalização (SGF) que permitirá acompanhar todo o processo com relatórios detalhados, evitando falhas e erros.

Envolver inspetores, conselheiros e representantes das associações profissionais no planejamento e gestão das diretrizes e ações de fiscalização. Atuação do profissional como um fiscal voluntário. Ampliar o projeto de Especialização da Fiscalização no Agronegócio para a engenharia civil, geologia e minas pela representatividade econômica que possuem no estado. Como no agronegócio, a fiscalização destes segmentos terá estrutura, análise e acompanhamento especiais.

- **Atendimento**

Desburocratizar o atendimento, tornando-o mais célere, técnico e especializado. Disponibilizar atendimento especializado para solução de problemas técnicos. Simplificar os serviços prestados aos públicos interno e externo. Continuar a modernização do atendimento ao ampliar a oferta de serviços online, garantindo ao profissional atendimento com

agilidade. Promover campanhas para instruir o profissional a preencher corretamente as ARTs, compor seu Acervo Técnico e acessar os serviços ofertados, evitando transtornos.

- **Gestão de projetos e pessoas**

Prosseguir com a gestão estratégica dos projetos de interesse dos profissionais, enfatizando o planejamento e o monitoramento das ações, além do acompanhamento contínuo de resultados por meio de indicadores de desempenho. Aprimorar as competências técnicas e interpessoais, promovendo o crescimento profissional e reconhecendo o desempenho dos colaboradores com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho colaborativo e motivador.

d) Inserção Social

- **Fortalecimento dos Colégios**

Propiciar um ambiente de integração e consolidação dos Colégios de Entidades, Inspetores, Instituições de Ensino, Empresas, Sindicatos e o de Representantes Institucionais. Através dos Colégios, envolver profissionais, empresários, professores e sociedade nas discussões do que é importante para a área tecnológica.

- **Parcerias/arranjos institucionais**

Intensificar a relação com as universidades, ampliar convênios técnicos e fomentar parcerias com empresas. Contribuir para a inovação tecnológica. Incentivar parcerias e projetos com o Crea-MG Júnior e demais lideranças estudantis, tais como empresas juniores, Senge Jovem e Engenheiros sem Fronteiras.

- **Políticas públicas**

Participar ativamente na formulação, implantação e controle das políticas públicas que tenham interface com a engenharia, a agronomia e a área tecnológica, a partir de estudos e propostas técnicas elaboradas por entidades e especialistas, e da representação em conselhos institucionais.

Reimplantar as comissões multimodais nas Inspetorias, ampliando a representação do Crea-MG nos municípios.

Promover reuniões municipais, regionais e estaduais, com foco nas discussões de demandas locais, fortalecendo a autoridade técnica dos profissionais da área tecnológica.

Estabelecer um fórum de entidades sindicais da engenharia e da agronomia, para articular e apoiar os profissionais nas demandas da área do exercício profissional e salário mínimo e também para as necessidades da sociedade quanto às questões estratégicas relacionadas a água, saneamento, energia, meio ambiente e infraestrutura urbana.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

Projetos por eixos estratégicos

controle orçamentário

- Garantir a estrutura orçamentária;

inserção social

- Parcerias públicas;
- Propostas de políticas públicas para os eixos: Alimentos, Rodovias, Meio Ambiente, Impacto das chuvas e Urbanicidade;
- Apoio técnico ao CRI (Colégio de Representantes Intitucionais)

exercício profissional

- Campanha de instrução dos profissionais;
- Fortalecer entidades e Colégios;
- Valorização profissional;
- Implantação do e-social;
- Manual da Engenharia nos Empreendimentos;
- Assessoramento técnico para confecção de relatório de meio ambiente e recursos hídricos;
- Apoio técnico para grupos de trabalho do Plenário do Conselho;
- Livro de Ordem.

gestão e planejamento

- Implantar a gestão por resultados na Fiscalização;
- Implantar o Sistema de Gestão da Fiscalização (SGF);
- Ampliar projeto de especialização da Fiscalização;
- Planejamento participativo da Fiscalização;
- Estabelecer diretrizes de gestão de negócio;
- Assegurar a infraestrutura;
- Aprimorar a integridade pública;
- Padronizar a comunicação;
- Plano e capacitação de desenvolvimento;
- Desenvolvimento de lideranças;
- Gestão documental;
- Relatório orientativo à montagem de editais;
- Software de gestão corporativo.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

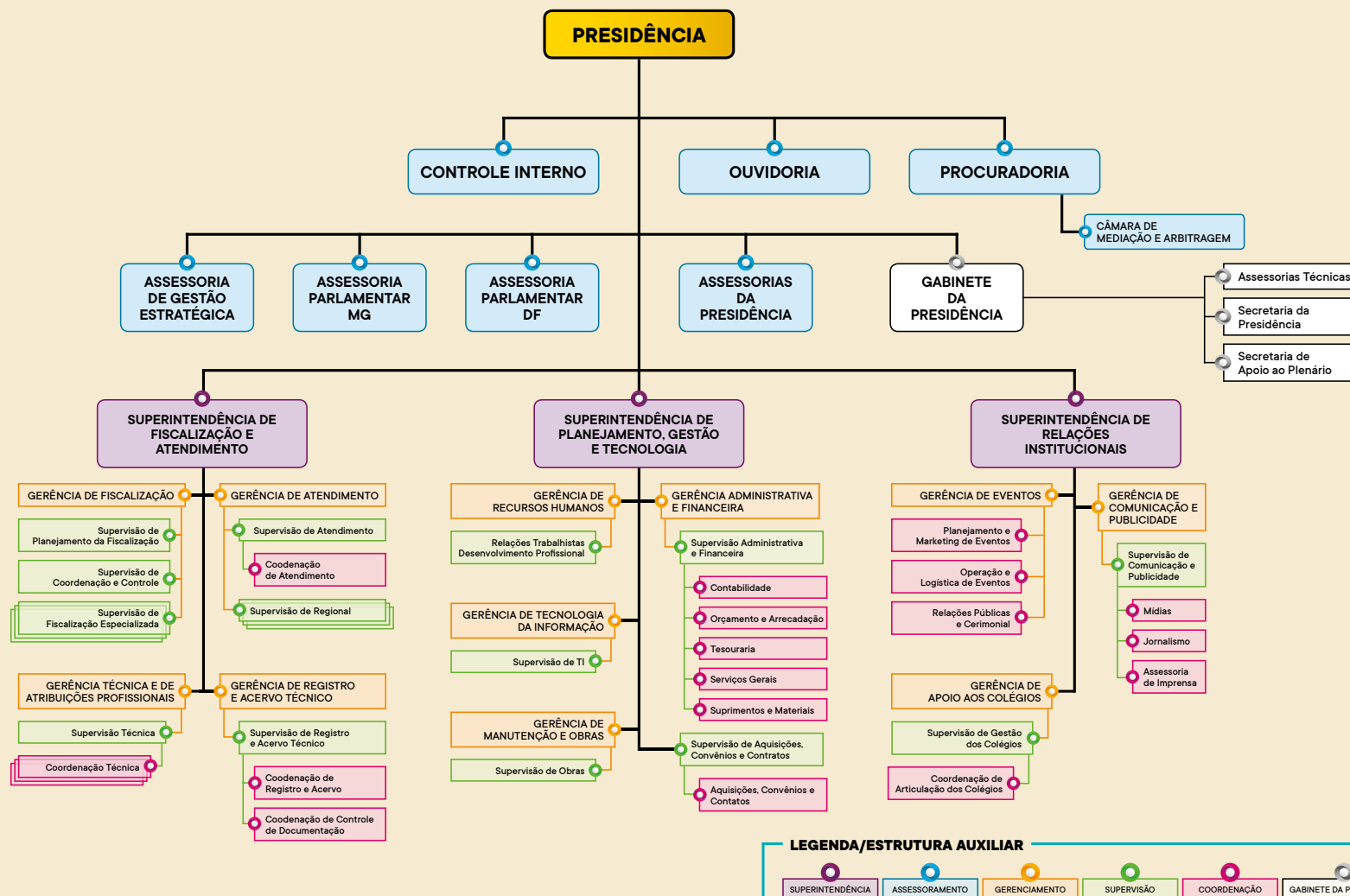
 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA AUXILIAR 2018-2020

Instituído pela portaria 253, de 30 de outubro de 2018



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

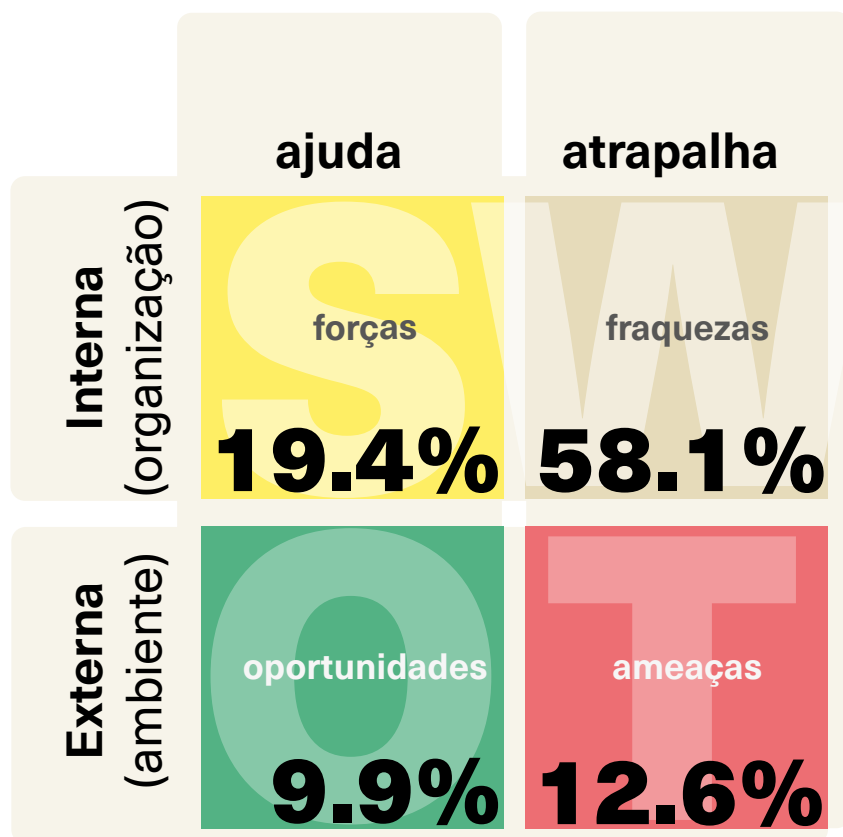
UNIDADE ADMINISTRATIVA	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO/GESTÃO
PRESIDÊNCIA	LUCIO FERNANDO BORGES	PRESIDENTE	DE 1º/01/2018 A 31/12/2020
VICE-PRESIDÊNCIA	DAVID THOMAZ NETO	VICE-PRESIDENTE	DE 1º/01/2018 A JANEIRO/2019
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	RAIMUNDO FERNANDES DE ALMEIDA	CHEFE DE GABINETE	DE 12/12/2011 A 31/07/2018
	MARCOS VENÍCIUS GERVÁSIO	CHEFE DE GABINETE	DESDE 1º/08/2018
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TECNOLOGIA	ELDER GOMES DOS REIS	SUPERINTENDENTE	DE 29/01/2018 A 10/09/2018
	CESAR AUGUSTO DE PAIVA PINTO	SUPERINTENDENTE	DESDE 10/09/2018
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E ATENDIMENTO	HUMBERTO RODRIGUES FALCÃO	SUPERINTENDENTE	DESDE 31/01/2018
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	MARCOS VENICIUS GERVASIO	SUPERINTENDENTE	DE 15/01/2018 A 31/07/2018
	JEAN MARCUS RIBEIRO	SUPERINTENDENTE	DESDE 31/07/2018
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	WANYR NOTINI PEREIRA FILHO	GERENTE	DESDE 17/01/2018
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS	LUCAS TAVARES DE OLIVEIRA	GERENTE	DESDE 24/01/2018
GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E OBRAS	TUBIAS OLMO SALVADOR	GERENTE	DE 04/05/2015 A 19/01/2018
	MÁRIO SERGIO CORREA DIAS	GERENTE	DESDE 24/01/2018
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	EDUARDO GUIMARAES TONELLI	GERENTE	DE 15/01/2018 A 22/10/2018
	RUBENS LEONIDIO DE ALMEIDA JUNIOR	GERENTE	DESDE 22/10/2018
GERÊNCIA TÉCNICA E DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS	GUSTAVO DE FARIA FREITAS	GERENTE	DESDE 15/01/2018
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	GUILHERME RODRIGUES	GERENTE	DE 03/03/2015 A 14/12/2018
	NICOLAU NEDER PINHEIRO DAMASCENO	GERENTE	DESDE 20/12/2018
GERÊNCIA DE REGISTRO E ACERVO TÉCNICO	LUÍS CARLOS ANDRADE PIMENTA	GERENTE	DESDE 15/01/2018
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO	FÁBIO RODRIGO SILVERIO E FONSECA	GERENTE	DE 15/01/2018 A 20/12/2018
GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE	DÉBORA SARMENTO DE CARVALHO	GERENTE	DESDE 02/02/2018
GERÊNCIA DE EVENTOS	DENISE MARIA DE ALMEIDA MONTEIRO	GERENTE	DESDE 02/02/2018
GERÊNCIA DE APOIO AOS COLÉGIOS	MARIA CRISTINA DA SILVA	GERENTE	DESDE 17/01/2018
PROCURADORIA	RUBENS DIRCEU PEREIRA JARDIM	PROCURADOR	DESDE 15/01/2018
CONTROLADORIA	ANDRÉ PINTO DE SOUZA OLIVEIRA	CONTROLADOR	DESDE 17/01/2018

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

1.3. AMBIENTE EXTERNO

A estruturação do Plano de Governo 2018-2020 foi realizada através da metodologia Business Model Generation (BMG), com o estabelecimento de todas as Diretrizes Estratégicas. Posteriormente, aplicou-se **brainstorming** ao nível de Supervisões, Gerências, Superintendências e Diretoria com o intuito de identificar as contribuições de ações, alinhadas com o Plano de Governo. Após a análise crítica realizada pela área de Planejamento do Crea-MG, as 115 contribuições apresentadas foram consolidadas, inicialmente, em 18 projetos estratégicos, e, ao longo do ano, foram acrescentados mais 7 projetos, totalizando 25 ao final de 2018.



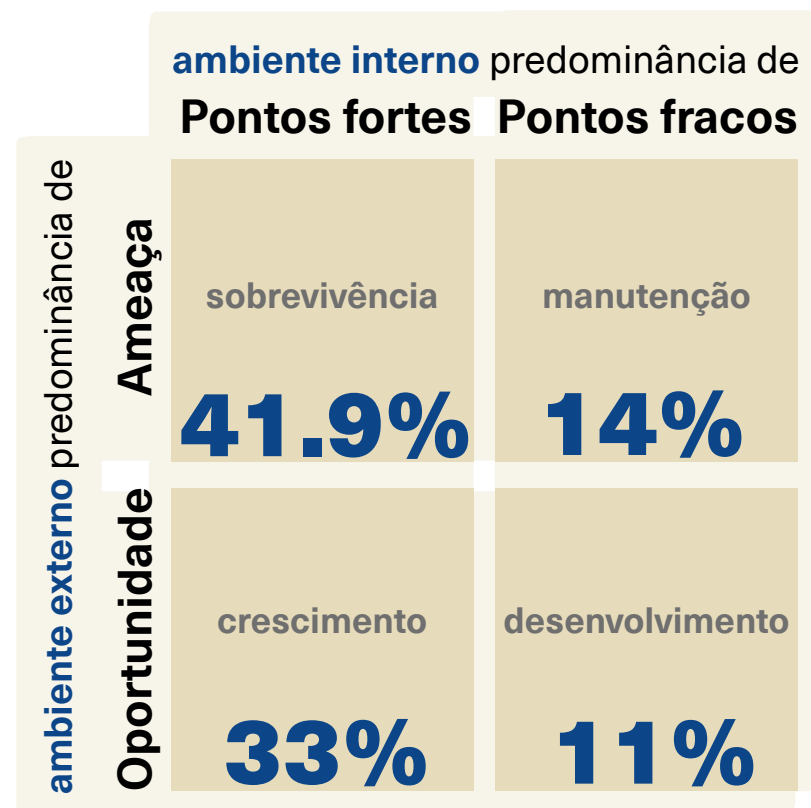
CREA-MG

A partir dos **brainstormings** registrados, foi aplicada a metodologia Análise SWOT para demonstrar o cenário em que o Crea-MG se encontra. Assim, é possível visualizar a predominância entre os cenários de Sobrevivência e Crescimento, e evidenciar a necessidade de uma formulação estratégica condizente com o cenário identificado.

Como desdobramento dos trabalhos, considerando o resultado das etapas anteriores, foi criado um Ciclo Estratégico para medição dos indicadores de desempenho da gestão. Determinou-se um período de medição bimestral, onde todos os Indicadores de Desempenho foram vinculados ao Mapa Estratégico que foi estruturado de acordo com a Formulação Estratégica.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

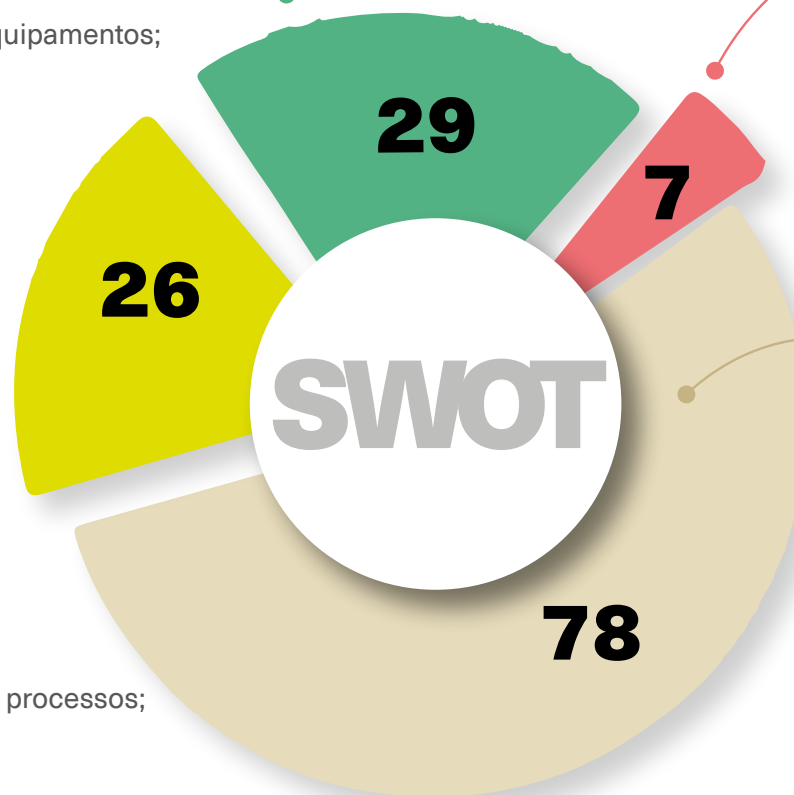
FICHA
TÉCNICA

Oportunidades

- Disponibilidade de recursos;
- Produtos substituídos;
- Atualização de tecnologia dos equipamentos;
- Movimentos sociais;
- Tecnologia da Informação (TI).

Forças

- Contabilidade fiscal;
- Gestão financeira;
- Métodos e controles produtivos;
- Produtividade e desempenho dos processos;
- Ambiente de trabalho;
- Inteligência de mercado;
- Conhecimento técnico;
- Fidelidade de clientes;
- Relações com as lideranças.



Ameaças

- Disponibilidade de recursos;
- Mudança na legislação;
- Disponibilidade de profissionais para atender os objetivos traçados;
- Fiscalização e exigências legais;
- Tecnologia da informação.

Fraquezas

- Métodos e controles produtivos;
- Produtividade e desempenho;
- Inteligência de mercado;
- Ambiente de trabalho;
- Clima de trabalho;
- Contabilidade fiscal;
- Gestão financeira;
- Sistema de informação;
- Sistema de remuneração e plano de cargos e salários;
- Treinamentos e avaliações de desempenho.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNOS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

2

2.1. PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COM ESPECIFICAÇÃO DE PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES

O planejamento estratégico diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas ao Crea-MG e sua evolução esperada. Também considera premissas básicas que a instituição deve respeitar para que todo o processo tenha coerência e sustentação. Os pilares essenciais do Planejamento Estratégico consistem na adoção de um Modelo de Gestão desdobrado em um sistema de Indicadores de Desempenho para sustentar toda a estratégia e disseminá-la entre toda a equipe da autarquia.

Adotou-se a metodologia Balanced Scorecard e o desdobramento do trabalho foi realizado através do fornecimento de soluções e apoio metodológico que foram estruturados em uma plataforma online.

A estrutura de governança do Crea-MG tem como base o desenvolvimento do plano de governo, que foi detalhado e validado com a atual Diretoria e com os demais integrantes da equipe de gestão.

A metodologia do Balanced Scorecard (BSC) foi utilizada para detalhar as diretrizes dos Eixos Estratégicos que orientaram a composição do portfólio de projetos e possibilitaram o alinhamento aos objetivos do Conselho. A partir do direcionamento dos Eixos Estratégicos foram aprovados 25 projetos.

COM BASE EM NOSSA VISÃO, MISSÃO E VALORES, ESTABELECEMOS OS SEGUINTE TEMAS ESTRATÉGICOS:

- **Gestão e planejamento;**
- **Exercício profissional;**
- **Inserção social;**
- **Controle orçamentário.**



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**



MAPA ESTRATÉGICO 2018/2020

VISÃO

Ter o reconhecimento e a credibilidade da sociedade fomentando e valorizando o profissional pela fiscalização do exercício da profissão.

MISSÃO

Defender os interesses sociais e humanos, promovendo a valorização profissional, o desenvolvimento sustentável e a excelência do exercício das atividades profissionais.

VALORES

União e diálogo, Competência tecnológica, Comprometimento, Ética em todas as relações, Participação e posicionamento social, Serviços de excelência à sociedade.

NEGÓCIO

Zelar pelo cumprimento da legislação em defesa da sociedade e fomentar e valorizar o profissional pela fiscalização do exercício profissional.

EIXOS ESTRATÉGICOS

Exercício Profissional

Controle Orçamentário

Gestão e Planejamento

Inserção Social

1. FINANÇAS

1.1 Projeção de Receitas

1.2 Controle Orçamentário

1.3 Plano de Investimento

2. PÚBLICO (PROFISSIONAIS, EMPRESAS, SOCIEDADE, GOVERNOS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO E ENTIDADES DE CLASSE)

2.1 Fortalecimento de entidades

2.2 Valorização e Atribuições

2.3 Fortalecimento dos Colégios

2.4 Parcerias Públicas

3. PROCESSOS

3.1 Fiscalização

3.2 Atendimento

3.3 Integridade Pública

3.4 Otimização de Processo

4. APRENDIZADO E CRESCIMENTO

4.1 Gestão de Projetos

4.2 Gestão de Pessoas

4.3 Assegurar Infraestrutura

INDICADORES POR EIXO ESTRATÉGICO E PERSPECTIVA DO BSC

1. Finanças

209,01%

1.1. Projeção de Arrecadação

14,29%

1.2. Controle Orçamentário

0,00%

1.3. Plano de Investimento

2. Público

0,00%

2.1. Fortalecimento das Entidades

26,15%

2.2. Valorização e Atribuições

0,00%

2.3. Fortalecimento dos Colégios

0,00%

2.4. Parcerias e Políticas Públicas

3. Processos

182,34%

3.1. Fiscalização

0,00%

3.2. Atendimento

0,00%

3.3. Integridade Pública

0,00%

3.4. Otimização de Processos

4. Aprendizado

209,01%

4.1. Gestão de Projetos

14,29%

4.2. Gestão de Pessoas

0,00%

4.3. Assegurar Infraestrutura



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

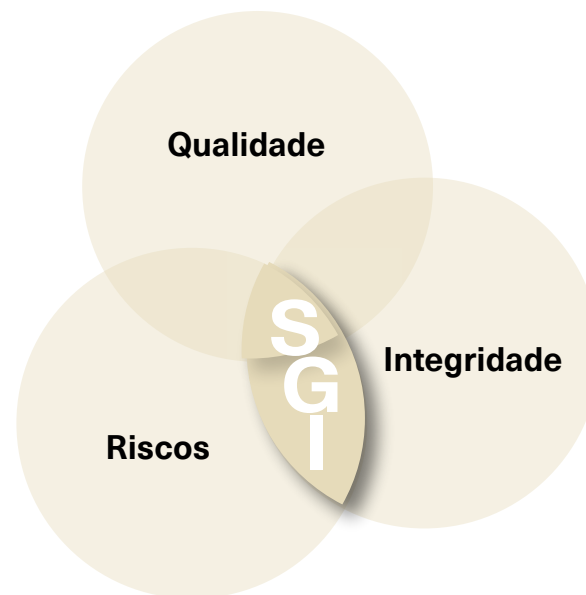


Os pilares da estrutura de governança Crea-MG estão alicerçados na transparência com a sociedade e demais partes interessadas, com base no Código Civil, Lei de Acesso a Informação (Lei n.º 12.527/2011), Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2019) e Normas de Conduta e Ética.

O Sistema de Gestão Integrada tem como base o projeto “Aprimorar a Integridade Pública”, que surgiu da necessidade de padronizar os processos com base nos requisitos da norma ISO 9001:2015 (Gestão da qualidade), da norma ISSO 31000 (gestão de riscos) e como referência a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013).

A estruturação do SGI foi dividida em etapas, a partir da elaboração de um plano de implementação, sendo uma das primeiras etapas a Política de SGI (Qualidade, Riscos e Integridade).

A segunda etapa do SGI é composta pelo Programa de Auditoria Interna Crea-MG. Nesta fase, foram qualificadas três equipes de auditores internos com o curso de “Formação de Auditores Internos ISO 19011” para atuar na execução das auditorias em 2019 e 2020. O programa de auditorias internas é constituído pelo Cronograma Anual de Auditorias e pelo Plano de Auditorias Internas do Crea-MG.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

**POLÍTICA
DE GESTÃO
INTEGRADA**
- QUALIDADE,
RISCOS E
INTEGRIDADE

O Presidente e a Diretoria do Crea-MG, por meio do comprometimento da Alta Direção, formalizam o compromisso com o Sistema de Gestão:

- *Garantir a qualidade dos serviços de registro profissional e fiscalização do exercício das atribuições, zelando pelo cumprimento da legislação em defesa da sociedade, fomento e valorização da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia;*
- *Prestar atendimento ao cidadão com empenho, qualidade, transparência e ética para satisfazer todas as partes interessadas do Crea-MG;*
- *Gerenciar os riscos e o Programa de Integridade Pública com base nas melhores ferramentas e metodologias de gestão;*
- *Promover melhoria contínua dos processos e serviços fornecidos pelo Crea-MG.*
- *Atender à legislação federal, estadual e municipal, bem como às orientações do Confea.*



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

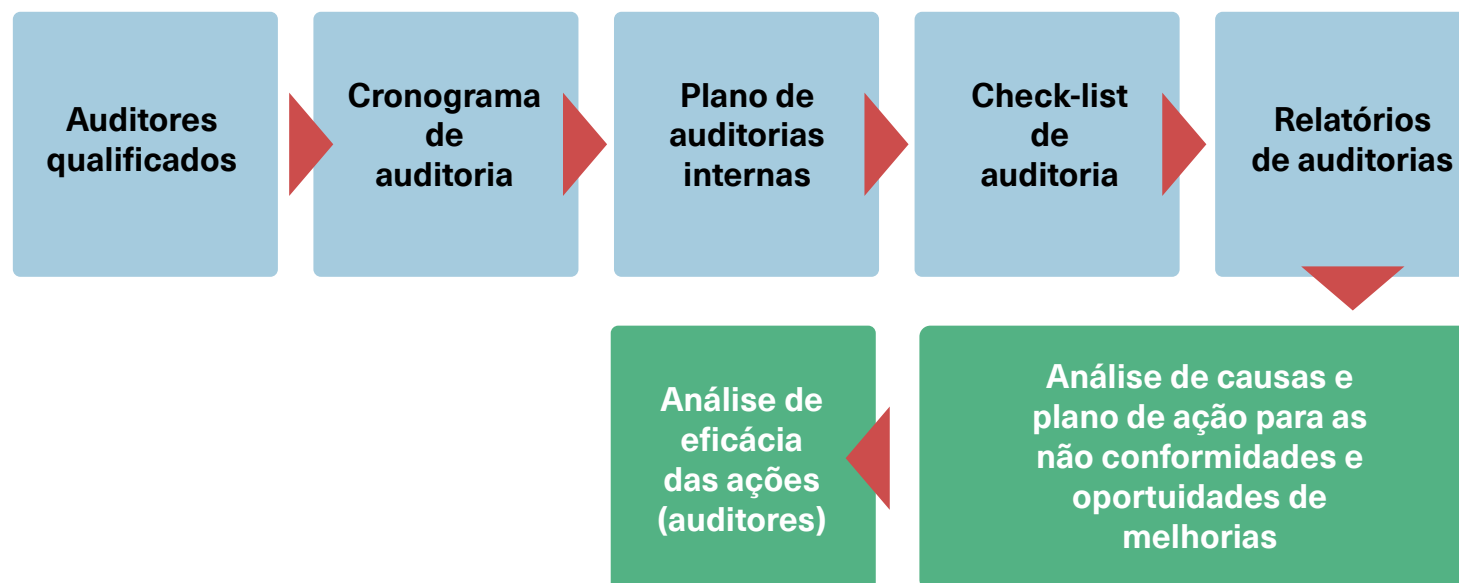
 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

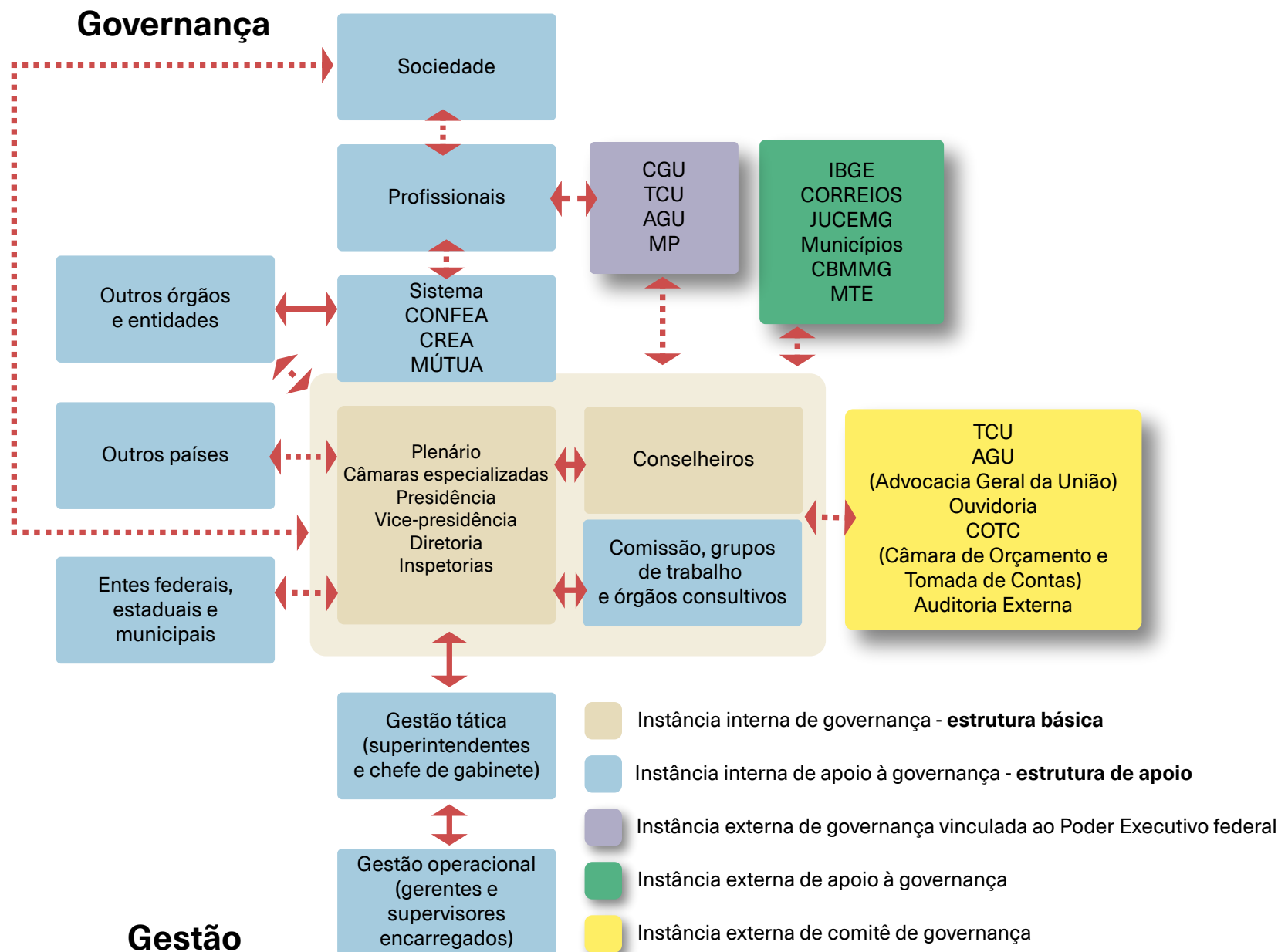
 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

PLANEJAMENTO DA AUDITORIA INTERNA 2019



2.2. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

De acordo com o artigo 3º do Regimento Interno, o Crea-MG é organizado, administrativamente, em Estrutura Básica, Estrutura de Suporte e Estrutura Auxiliar. Tais estruturas definem a governança do Conselho e detêm as seguintes atribuições e formas de atuação:

I – ESTRUTURA BÁSICA

A estrutura básica é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho e é composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo:

- 1) **Plenário;**
- 2) **Câmaras Especializadas;**
- 3) **Presidência;**
- 4) **Diretoria e**
- 5) **Inspetorias.**

II - ESTRUTURA DE SUPORTE

A estrutura de suporte, responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, é composta pelos seguintes órgãos de caráter permanente, especial ou temporário:

- 1) **Comissão permanente;**
- 2) **Comissão especial;**
- 3) **Grupo de trabalho e**
- 4) **Órgãos consultivos.**

III - ESTRUTURA AUXILIAR

A estrutura auxiliar do Crea-MG, responsável pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos, objetiva prover apoio ao funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte, para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do Conselho Regional.

As Superintendências e Chefia de Gabinete são unidades executivas que respondem diretamente à Presidência e estão responsáveis pela articulação e alinhamento entre os níveis estratégico e tático do Conselho, para, assim, garantir a execução do Plano de Gestão.

O **Gabinete da Presidência** é a unidade de representação política, social e administrativa da Presidência. As unidades administrativas a ele subordinadas possibilitam o assessoramento técnico à

Presidência nos temas estratégicos para execução do plano de gestão, bem como na articulação, encaminhamento e defesa dos assuntos de interesse do Conselho.

A **Superintendência de Planejamento e Gestão** tem por finalidade a promoção da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento integrado das ações e adoção de modelos orientados para resultados.

A **Superintendência de Atendimento e Fiscalização** visa o estabelecimento de diretrizes e normas para o desenvolvimento das atividades-fim do conselho: Fiscalização, Atendimento, Registro e Acervo e do Colegiado, em consonância com o planejamento estratégico, observados normativos internos do Sistema Confea/Crea e a legislação específica.

A **Superintendência de Relações Institucionais** é responsável pelo relacionamento institucional com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras, representativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos diversos segmentos da sociedade organizada, mediante, inclusive, estabelecimento de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres.

As unidades administrativas sob subordinação das diversas superintendências possibilitam a execução das ações e projetos estratégicos do Plano de Gestão, bem como da rotina específica de cada superintendência.

O órgão de controle da Estrutura Auxiliar é a **Controladoria**, que objetiva a defesa do patrimônio público, a correição e o incremento da transparência na gestão. As competências da unidade ou instância de controle interno estão arroladas na Portaria n.º 131 de 13 de julho de 2005.

2.3. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

O conteúdo deste capítulo demonstra a existência de estruturas que garantem canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões bem como de mecanismos e procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre as funções institucionais e ser-



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

UMA MATÉRIA POR DIA



O **Crea-MG** divulgou, em média, uma matéria por dia em 2018. O objetivo é possibilitar que os profissionais e a sociedade acompanhem os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho.

Planejamento e Gestão	
Fiscalização	40
Planejamento e Gestão	
Atendimento	10
Planejamento e Gestão	
Gestão de projetos e pessoas	01
Exercício Profissional	
Fortalecimento das entidades	14
Exercício Profissional	
Valorização profissional	42
Exercício Profissional	
Atribuições Profissionais	32
Inserção Social	
Fortalecimento dos Colégios	02
Inserção Social	
Parceria/arranjos institucionais	50
Inserção Social	
Política Pública	49
Controle Orçamentário	03



viços prestados pelo Crea-MG. A seção foi organizada em quatro subseções: “Canais de acesso do cidadão”; “Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários”; “Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade” e “Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações”.

O objetivo é proporcionar, ao leitor do relatório, melhor compreensão sobre os canais de comunicação do Crea-MG com a sociedade, notadamente no que tange à acessibilidade do cidadão e avaliação/grau de satisfação com os serviços prestados, além da transparência de informações relevantes.

2.3.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO¹

A comunicação com os seus diversos públicos é uma das preocupações do Crea-MG e, por esta razão, a autarquia detém inúmeros canais de interlocução com o cidadão, haja vista a importância de dialogar para promover debates sobre os mais variados temas de interesse de todos e, também, para aperfeiçoar os serviços internos e externos desempenhados pelo Conselho.

A Revista Vértice, a Rádio Crea-Minas, o Portal e as redes sociais – Flickr, Youtube e Twitter – são ferramentas utilizadas, pelo Conselho, para ampliar a inserção social dos profissionais e contribuir, assim, com o desenvolvimento da sociedade.

Pela Assessoria de Imprensa, por sua vez, o Conselho introduz-se na mídia espontânea, em espaços não pagos, para dialogar com a sociedade em geral

e, assim, gozar de maior conhecimento e credibilidade. A Assessoria, ademais, atende a demandas da imprensa – v.g. entrevistas, envio de notas, textos jornalísticos, fotos, áudios e vídeos –, para além de treinar porta-vozes do Conselho para conceder entrevistas e prestar consultoria à equipe no relacionamento com a mídia. Esta estratégia fortalece a relação com a sociedade, bem como a imagem da instituição.

Há, ainda, formas outras de comunicação com a sociedade. Citam-se ações que integram projetos estratégicos já citados neste relatório, tais como Encontros Regionais, Câmaras Temáticas, CMA, presença de profissionais indicados pelo Crea-MG em Comitês e Conselhos Municipais e Estaduais.

A Ouvidoria e o “Fale Conosco”, por sua vez, representam importantes ferramentas para a interação e contato direto com os cidadãos, que podem, abertamente, se expressar sobre os serviços prestados pelo Conselho. A Ouvidoria é canal de comunicação e acesso direto do cidadão à autarquia, via telefone, internet, correio e atendimento presencial, que visa atender, registrar, analisar e dar adequado tratamento às solicitações como reclamações, elogios, críticas, sugestões e/ou denúncias. Eventualmente, questões que não podem ser prontamente esclarecidas pela equipe da Ouvidoria são encaminhadas para os setores competentes, embora caiba ao Ouvidor monitorar o atendimento e manter o cidadão/usuário bem informado. Neste âmbito, para além de fortalecer a cidadania, a Ouvidoria do Crea-MG contribui para o aperfeiçoamento e a consolidação do processo democrático no Conselho.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

¹ Canais e formas dispostos, ao cidadão, para acesso a informações de seu interesse e de relacionamento com a unidade.

Em novembro de 2016, foi implantado software para o melhor controle das demandas recebidas pela Ouvidoria.

O “**Fale Conosco**”, por sua vez, é o canal de comunicação para o envio de reclamações, dúvidas, denúncias de fiscalização e sugestões sobre a área de atuação do Crea-MG. O contato pode ser realizado via mensagem – por meio do formulário disponível no portal do Conselho na internet –, pela Central de Informações – através do telefone 0800 031 2732, com horário de atendimento das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira –, ou, ainda, pelo e-mail informacoes@crea-mg.or.br. Na página do “Fale Conosco”, o Conselho destaca o endereço físico da sede em Belo Horizonte, das unidades no interior do estado e os contatos telefônicos da alta gestão.

O resultado do trabalho executado pela Ouvidoria no ano 2018, com o registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, pode ser acessado através do Portal da Transparência do Crea-MG.

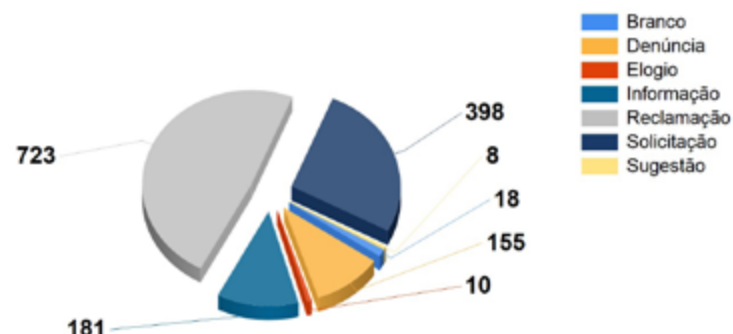
2.3.2. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE ATUAÇÃO DA UNIDADE

A **Lei de Acesso à Informação** – Lei n.º 12.527/2011 –, sancionada, pela Presidente da República, em 18 de novembro de 2011, garante ao cidadão brasileiro o direito de acesso a informações públicas sob guarda do Estado, previsto na Constituição Federal. A Lei torna, assim, possível uma maior participação popular e facilita o controle social das ações administrativas e governamentais.

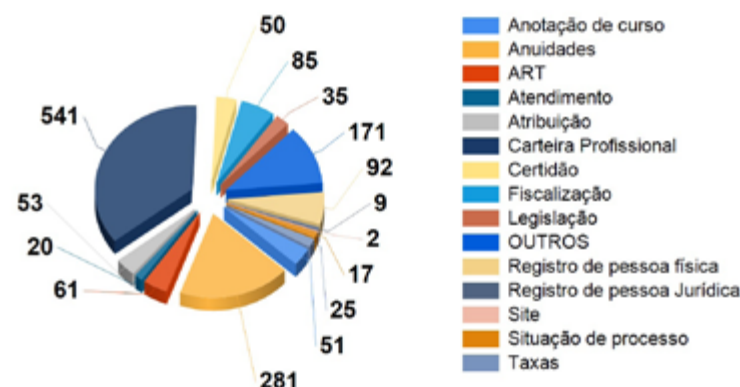
O **Portal da Gestão e Transparência do Crea-MG** possibilita, a qualquer cidadão, o acesso a informações referentes à atuação do Conselho consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão.

No site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br), na aba **Transparência**, é possível verificar, por exemplo, informações sobre auditorias; convênios, licitações e contratos; orçamento (receitas/despesas); demonstrações contábeis e gestão de pessoas.

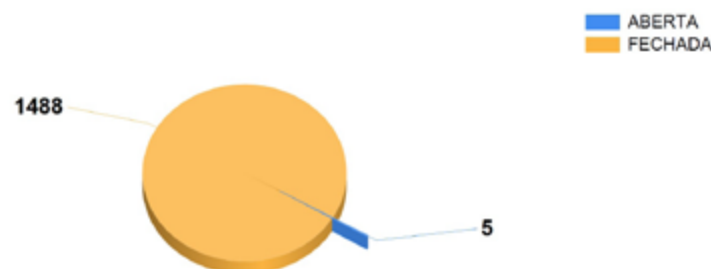
Distribuição por Objetivo



Distribuição por Assunto



Distribuição de Demandas por Status



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3

Neste capítulo, demonstra-se a gestão de riscos e controles internos do Crea-MG utilizados para mitigá-los, ao explicitar as atividades realizadas pela Controladoria, as medidas adotadas para assegurar a conformidade do Conselho com as normas aplicáveis e às demandas dos órgãos de controle externo, bem como as atividades de correção e apuração de ilícitos.

O objetivo é proporcionar, ao leitor deste relatório, melhor compreensão sobre as práticas que permitem identificar como a autarquia é controlada e monitorada.



3.1. CONTROLADORIA: ATRIBUIÇÕES

O órgão de controle da Estrutura Auxiliar é a Controladoria, que objetiva a defesa do patrimônio público, a correição e o incremento da transparência na gestão. As competências da unidade ou instância de controle interno – arroladas na Portaria n.º 131, de 13 de julho de 2005 – são, dentre outras:

- a) solicitar ao presidente a instauração dos procedimentos e processos administrativos que entender cabíveis;
- b) acompanhar procedimentos e processos administrativos em curso nas diversas unidades organizacionais;
- c) realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências ou correção de falhas;
- d) sugerir, quando for o caso, a declaração de nulidade de procedimento ou processo administrativo;
- e) propor ao presidente que sejam solicitadas informações e documentos externos necessários à realização de seus trabalhos;
- f) propor medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias para evitar a repetição de irregularidades constatadas;
- g) efetuar análise e estudos de casos propostos pelo presidente com vistas à solução de problemas relacionados ao controle interno;
- h) coordenar a elaboração do relatório de prestação de contas do Conselho, encaminhando-o ao Confea e ao Tribunal de Contas da União;
- i) cientificar o Presidente de toda e qualquer irregularidade verificada e registrada em seus relatórios, atinente a atos ou fatos atribuíveis a agentes do Conselho, dos quais haja resultado, ou possa resultar, prejuízo ao erário;
- j) impugnar, mediante representação ao presidente, quaisquer atos de gestão realizados sem a devida fundamentação legal;
- k) efetuar controle preventivo para evitar ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades, mediante atuação prévia e concomitante com outras unidades administrativas;
- l) efetuar controle corretivo após a detecção de erros, desperdícios ou irregularidades nos atos administrativos, mediante atuação posterior e propondo ações corretivas;
- m) zelar pela qualidade e pela independência do Sistema de Controle Interno;
- n) examinar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;
- o) acompanhar o cumprimento das recomendações realizadas por auditorias e pelos órgãos de Controle Externo.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

Na tabela abaixo, pretende-se demonstrar a percepção da própria unidade, representada pelo nível estratégico de direção, dos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência dos mesmos para mitigar riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência das operações face aos objetivos traçados. Consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados para assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no art. 1º, p.º, X, da IN TCU nº 63/2010.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS INSTITUÍDOS PARA MITIGÁ-LOS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
AMBIENTE DE CONTROLE	1	2	3	4	5
1. A ALTA ADMINISTRAÇÃO PERCEBE OS CONTROLES INTERNOS COMO ESSENCIAIS À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA UNIDADE E DÁ SUPORTE ADEQUADO AO SEU FUNCIONAMENTO.					X
2. OS MECANISMOS GERAIS DE CONTROLE INSTITUÍDOS PELA UJ SÃO PERCEBIDOS POR TODOS OS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS NOS DIVERSOS NÍVEIS DA ESTRUTURA DA UNIDADE.				X	
3. A COMUNICAÇÃO DENTRO DA UJ É ADEQUADA E EFICIENTE.			X		
4. EXISTE CÓDIGO FORMALIZADO DE ÉTICA OU DE CONDUTA.				X	
5. OS PROCEDIMENTOS E AS INSTRUÇÕES OPERACIONAIS SÃO PADRONIZADOS E ESTÃO POSTOS EM DOCUMENTOS FORMAIS.				X	
6. HÁ MECANISMOS QUE GARANTEM OU INCENTIVAM A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DOS DIVERSOS NÍVEIS DA ESTRUTURA DA UJ NA ELABORAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS, DAS INSTRUÇÕES OPERACIONAIS OU CÓDIGO DE ÉTICA OU CONDUTA.			X		
7. AS DELEGAÇÕES DE AUTORIDADE E COMPETÊNCIA SÃO ACOMPANHADAS DE DEFINIÇÕES CLARAS DAS RESPONSABILIDADES.				X	
8. EXISTE ADEQUADA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES NOS PROCESSOS E ATIVIDADES DA COMPETÊNCIA DA UJ.				X	
9. OS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS CONTRIBUEM PARA A CONSECUÇÃO DOS RESULTADOS PLANEJADOS PELA UJ.				X	
AVALIAÇÃO DE RISCO	1	2	3	4	5
10. OS OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE JURISDICIONADA ESTÃO FORMALIZADOS.					X
11. HÁ CLARA IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS CRÍTICOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE.					X
12. É PRÁTICA DA UNIDADE O DIAGNÓSTICO DOS RISCOS (DE ORIGEM INTERNA OU EXTERNA) ENVOLVIDOS NOS SEUS PROCESSOS ESTRATÉGICOS, BEM COMO A IDENTIFICAÇÃO DA PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DESSES RISCOS E A CONSEQUENTE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA MITIGÁ-LOS.					X
13. É PRÁTICA DA UNIDADE A DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE RISCOS OPERACIONAIS, DE INFORMAÇÕES E DE CONFORMIDADE QUE PODEM SER ASSUMIDOS PELOS DIVERSOS NÍVEIS DA GESTÃO.				X	
14. A AVALIAÇÃO DE RISCOS É FEITA DE FORMA CONTÍNUA, DE MODO A IDENTIFICAR MUDANÇAS NO PERFIL DE RISCO DA UJ OCASIONADAS POR TRANSFORMAÇÕES NOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO.					X
15. OS RISCOS IDENTIFICADOS SÃO MENSURADOS E CLASSIFICADOS DE MODO A SEREM TRATADOS EM UMA ESCALA DE PRIORIDADES E A GERAR INFORMAÇÕES ÚTEIS À TOMADA DE DECISÃO.					X
16. NÃO HÁ OCORRÊNCIA DE FRAUDES E PERDAS QUE SEJAM DECORRENTES DE FRAGILIDADES NOS PROCESSOS INTERNOS DA UNIDADE.				X	
17. NA OCORRÊNCIA DE FRAUDES E DESVIOS, É PRÁTICA DA UNIDADE INSTAURAR SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADES E EXIGIR EVENTUAIS RESSARCIMENTOS.					X
18. HÁ NORMA OU REGULAMENTO PARA AS ATIVIDADES DE GUARDA, ESTOQUE E INVENTÁRIO DE BENS E VALORES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.				X	
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE	1	2	3	4	5
19. EXISTEM POLÍTICAS E AÇÕES, DE NATUREZA PREVENTIVA OU DE DETECÇÃO, PARA DIMINUIR OS RISCOS E ALCANÇAR OS OBJETIVOS DA UJ, CLARAMENTE ESTABELECIDAS.					X
20. AS ATIVIDADES DE CONTROLE ADOTADAS PELA UJ SÃO APROPRIADAS E FUNCIONAM CONSISTENTEMENTE DE ACORDO COM UM PLANO DE LONGO PRAZO.				X	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNOS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

21. AS ATIVIDADES DE CONTROLE ADOTADAS PELA UJ POSSUEM CUSTO APROPRIADO AO NÍVEL DE BENEFÍCIOS QUE POSSAM DERIVAR DE SUA APLICAÇÃO.				X	
22. AS ATIVIDADES DE CONTROLE ADOTADAS PELA UJ SÃO ABRANGENTES E RAZOÁVEIS E ESTÃO DIRETAMENTE RELACIONADAS COM OS OBJETIVOS DE CONTROLE.				X	
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5
23. A INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA UJ É DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, DOCUMENTADA, ARMAZENADA E COMUNICADA TEMPESTIVAMENTE ÀS PESSOAS ADEQUADAS.				X	
24. AS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ SÃO DOTADAS DE QUALIDADE SUFICIENTE PARA PERMITIR AO GESTOR TOMAR AS DECISÕES APROPRIADAS.				X	
25. A INFORMAÇÃO DISPONÍVEL PARA AS UNIDADES INTERNAS E PESSOAS DA UJ É APROPRIADA, TEMPESTIVA, ATUAL, PRECISA E ACESSÍVEL.				X	
26. A INFORMAÇÃO DIVULGADA INTERNAMENTE ATENDE ÀS EXPECTATIVAS DOS DIVERSOS GRUPOS E INDIVÍDUOS DA UJ, CONTRIBUINDO PARA A EXECUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DE FORMA EFICAZ.			X		
27. A COMUNICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PERPASSA TODOS OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS DA UJ, EM TODAS AS DIREÇÕES, POR TODOS OS SEUS COMPONENTES E POR TODA A SUA ESTRUTURA.			X		
MONITORAMENTO	1	2	3	4	5
28. O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ É CONSTANTEMENTE MONITORADO PARA AVALIAR SUA VALIDADE E QUALIDADE AO LONGO DO TEMPO.					X
29. O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ TEM SIDO CONSIDERADO ADEQUADO E EFETIVO PELAS AVALIAÇÕES SOFRIDAS.				X	
30. O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ TEM CONTRIBUÍDO PARA A MELHORIA DE SEU DESEMPENHO.				X	

ANÁLISE CRÍTICA:

COM RELAÇÃO AO AMBIENTE DE CONTROLE, CUMPRE RESSALTAR QUE O CONSELHO RECONHECE A NECESSIDADE DE APRIMORAR OS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO INTERNOS, BEM COMO O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES NA ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS.

NO QUE SE REFERE A AVALIAÇÃO DE RISCO, SALIENTAMOS QUE A IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS DO AMBIENTE EXTERNO É REALIZADA CONTINUAMENTE ATRAVÉS DOS INPUTS OFERECIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PROFISSIONAIS DO MERCADO, CONSELHEIROS E INSPETORES DO CREA-MG.

AS POLÍTICAS E AÇÕES NÃO SÃO TRATADAS A LONGO PRAZO, TENDO EM VISTA QUE AS METAS ESTABELECIDAS SÃO REVISADAS A CADA NOVO PERÍODO DE GESTÃO.

ESCALA DE VALORES DA AVALIAÇÃO:

(1) TOTALMENTE INVÁLIDA: SIGNIFICA QUE O CONTEÚDO DA AFIRMATIVA É INTEGRALMENTE NÃO OBSERVADO NO CONTEXTO DA UJ.

(2) PARCIALMENTE INVÁLIDA: SIGNIFICA QUE O CONTEÚDO DA AFIRMATIVA É PARCIALMENTE OBSERVADO NO CONTEXTO DA UJ, PORÉM, EM SUA MINORIA.

(3) NEUTRA: SIGNIFICA QUE NÃO HÁ COMO AVALIAR SE O CONTEÚDO DA AFIRMATIVA É OU NÃO OBSERVADO NO CONTEXTO DA UJ.

(4) PARCIALMENTE VÁLIDA: SIGNIFICA QUE O CONTEÚDO DA AFIRMATIVA É PARCIALMENTE OBSERVADO NO CONTEXTO DA UJ, PORÉM, EM SUA MAIORIA.

(5) TOTALMENTE VÁLIDO. SIGNIFICA QUE O CONTEÚDO DA AFIRMATIVA É INTEGRALMENTE OBSERVADO NO CONTEXTO DA UJ.

FONTE: CONTROLADORIA DO CREA-MG



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



**RELATÓRIO
DE GESTÃO**



INTRODUÇÃO



**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**



**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**



**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**



**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**



**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**



**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**



**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**



**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**



8. ANEXOS



**FICHA
TÉCNICA**



CONTROLADORIA EM NÚMEROS:

- 1 (uma) Prestação de Contas/Relatório de Gestão (exercício 2017) ao Confea: envio da Prestação de Contas e Relatório de Gestão - exercício 2016 - ao Confea até o dia 02/04/2018, conforme Decisão Plenária PL-0078/2018 do Confea;
- 1 (uma) Prestação de Contas/Relatório de Gestão (exercício 2017) ao TCU: envio da Prestação de Contas e Relatório de Gestão - exercício 2016 - ao TCU até o dia 31/05/2018, conforme Decisão Normativa-TCU n.º 161, de 1º/11/2017;
- acompanhamento de 1 auditoria realizada pelo Confea, referente aos exercícios 2015 e 2016;
- análise e elaboração de justificativas/comentários a não conformidades constantes em 2 (dois) Relatórios Preliminares de Auditoria Institucional, Financeira, Patrimonial, Orçamentária, de Gestão de Pessoas e Controles Internos (exercícios 2015 e 2016) resultantes de auditorias realizadas pelo Confea;
- acompanhamento e suporte a auditorias externas independentes, inclusive com a elaboração de respostas e justificativas às recomendações realizadas pelos auditores contratados;
- análise de 29 (vinte e nove) prestações de contas referentes a termos de colaboração assinados no âmbito dos editais de Chamamento Público n.º 001/2016 e n.º 001/2017, que, juntos, repassaram recursos no valor total de R\$ 2.373.336,56;
- atuação junto à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas (COTC) para apresentação dos relatórios de auditoria externa no âmbito das prestações de contas trimestrais do Crea-MG;
- auxílio no processo de elaboração do Manual de Prestação de Contas das Entidades, no âmbito do Chamamento Público;
- a Controladoria integra a Comissão de Transparência (Portaria n.º 176/2018) do Crea-MG, para discutir e fazer aplicar a Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Crea-MG;
- a Controladoria atuou, decisivamente, juntamente com a Secretaria de Apoio ao Plenário (SAP) e a Procuradoria do Crea-MG, para a revogação de determinados atos normativos ainda em vigor, conforme apontado pelos auditores do Confea nos relatórios de auditoria dos exercícios 2015 e 2016.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE

O exercício de 2018 foi auditado pela empresa Maciel Auditores S/S, contratada através de licitação na modalidade tomada de preços (TP n.º 001/2018), tipo técnica e preço. O contrato CPS 028/2018 objetivou a realização de auditorias trimestrais e final do exercício de 2018, com valor de R\$ 59.840,00.

Dados da empresa contratada, da remuneração pelo contrato e dos serviços expressamente prestados constam no Portal da Transparência do Crea-MG na internet, bem como os relatórios circunstanciados de auditoria e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis resultantes dos trabalhos realizados pela Maciel Auditores no Crea-MG.

3.3. CONFORMIDADE DA GESTÃO A DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

O conteúdo desta seção objetiva informar acerca da conformidade da Gestão às demandas dos órgãos de controle interno e externo e proporcionar, ao leitor do relatório, compreensão sobre o atendimento a demandas específicas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU), do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e da Controladoria do Crea-MG.

3.3.1. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Neste item, objetiva-se oferecer, ao leitor, visão gerencial sobre como o Crea-MG responde às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) dirigidas àquele Conselho Regional, com a apresentação dos principais números e resultados relacionados. As deliberações do Tribunal, consubstanciadas em acórdãos, podem resultar em determinações e/ou recomendações às Unidades Prestadoras de Contas (UPCs).

O efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal é liderado pela Controladoria e pela Procuradoria desta unidade, assim como pelo Gabinete e pela Presidência da autarquia – em ampla estrutura de controle –, com a utilização de sistemas informatizados e com a adoção de metas, prazos e objetivos, muitos deles incluídos no planejamento estratégico da gestão.

Em 2018, não houve recomendações e/ou determinações exaradas, em acórdãos do TCU, ao Crea-MG, assim como não há deliberações do Tribunal que permanecem pendentes de atendimento pelo Regional mineiro.

3.3.2. TRATAMENTO DE NÃO CONFORMIDADES APONTADAS EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO CONFEA

Neste item, objetiva-se oferecer, ao leitor, visão gerencial e geral sobre as medidas adotadas, pelo Regional, face às **não conformidades** apontadas, pelo Confea, em relatórios de auditorias realizadas no Crea-MG.

O efetivo acompanhamento das **não conformidades** é liderado, em ampla estrutura de avaliações, pelo próprio órgão de controle interno e pelas Superintendências desta unidade, assim como pelo Gabinete e pela Presidência da autarquia, com a utilização de sistemas informatizados e com a adoção de metas, prazos e objetivos, muitos deles incluídos no planejamento estratégico da gestão.

No exercício de 2018, a Controladoria do Crea-MG atuou, decisivamente, para justificar e fazer cumprir os apontamentos resultantes dos processos de auditoria realizados, no Crea-MG, pelo Confea, referentes aos exercícios de 2015 e 2016. As respostas às **não conformidades** apontadas pela Auditoria do Confea foram elaboradas, no exercício 2018, pela Controladoria. Muitas das não conformidades foram acatadas e resultaram em esforços conjuntos do Gabinete e das Superintendências para aplicá-las às respectivas Gerências e Supervisões, a partir de recomendações gerais e específicas prolatadas pelo órgão de controle interno, apoiado, é claro, nas considerações dos auditores do Conselho Federal.

Os relatórios de auditoria do Confea poderão ser visualizados no Portal da Transparência do Crea-MG, na internet.

3.4. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

3.4.1. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Neste item, objetiva-se oferecer, ao leitor, visão gerencial sobre como o Crea-MG reage a ilícitos administrativos que resultam em dano ao Erário. Os demais ilícitos estão previstos na subseção 4.3.2, abaixo.

Para a apuração e minimização da ocorrência de eventuais ilícitos administrativos, o Crea-MG dispõe da estrutura do órgão de Controle Interno, cujo monitoramento tem dado especial relevo a processos que envolvam utilização do dinheiro público. Há, ainda, o assessoramento da Procuradoria Jurídica que avalia, previamente, a legalidade dos atos praticados.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

Caso identificadas práticas de ilícitos administrativos que resultem em danos ao erário, a Controladoria solicita, à Presidência do Regional, a nomeação de comissão para apurar os eventuais ilícitos, caracterizá-los e reparar os danos resultantes.

No exercício de 2018, não houve Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas e remetidas ao TCU.

3.4.2. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Neste item, objetivamos oferecer, ao leitor, visão gerencial e sucinta sobre como o Crea-MG responde a ilícitos administrativos, vale dizer, sobre a sistemática de apuração de ilícitos praticados por funcionários e colaboradores da unidade, bem como sobre a condução dos respectivos processos administrativos disciplinares. Em outras palavras, informaremos, aqui, sobre a execução das atividades corretivas no âmbito do Crea-MG, com os principais eventos apurados e providências adotadas – notadamente no que tange a eventuais irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos que sejam capazes de impactar no desempenho da autarquia.

No âmbito do Crea-MG, os ilícitos administrativos são apurados por meio da instauração de sindicâncias e processos administrativos. Não há, neste Conselho, normativo para a regulamentação dos supracitados procedimentos. Todavia, o Controle Interno – juntamente com a Procuradoria Jurídica, apoiada pela Superintendência de Planejamento – estão desenvolvendo regulamento que visa disciplinar os procedimentos para apuração de ilícitos administrativos praticados por funcionários e colaboradores deste Conselho. Ante a ausência de documento expresso que trace as diretrizes processuais, as referidas apurações, quando necessárias, são instauradas por portaria da Presidência que designa Comissão que conduzirá os trabalhos. Dita Comissão é composta por funcionários efetivos do Conselho e assessorada por advogado que garanta a legalidade dos atos. Em todos os processos, são observados, rigorosamente, os princípios do contraditório e da ampla defesa. As Comissões, portanto, são especiais – não-permanentes – e gozam de prazo para entrega do relatório conclusivo. Utilizam-se, por analogia, as Leis n.º 9.784/99 e 8.112/90.

No ano de referência foram instaurados ou prorrogados os seguintes processos administrativos disciplinares e sindicâncias:

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES (PADs) E SINDICÂNCIAS INSTAURADOS OU PRORROGADOS

PORTARIA N.º	DATA	ASSUNTO
077	15/02/2018	SINDICÂNCIA SOBRE O EXTRAVIO DE DOCUMENTO PROTOCOLADO POR ASSOCIADO IMEC (NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL) (PROTOCOLO N.º 20180221137)
147	12/04/2018	INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DOS FATOS QUE ENSEJARAM A PETIÇÃO DA LICITANTE VEGGA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2017.
148	13/04/2018	PRORROGA, POR 15 DIAS ÚTEIS, O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS E APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA PELA PORTARIA 077/2018, A CONTAR DE 03/04/2018.
183	15/06/2018	INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR POSSIVELMENTE COMETIDA POR FUNCIONÁRIOS DO CONSELHO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE FISCAL CONTRATADO PELO CREA-MG E DEMAIS FUNÇÕES, EM QUE EXISTE A INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO, CONFORME CONTRATO DE TRABALHO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA A TERCEIROS
212	14/08/2018	PRORROGAR, POR 30 DIAS, O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS E APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO CONCLUSIVO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO ATRAVÉS DA PORTARIA 183/2018

FONTE: GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GAB)



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



RESULTADOS
DA GESTÃO

4

4.1. PROBLEMAS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A partir da análise SWOT elaborada, foram identificadas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças no Crea-MG:

As principais forças são: métodos e controles produtivos, produtividade e desempenho dos processos, ambiente de trabalho, inteligência de mercado, conhecimento técnico, fidelidade de clientes e relações com as lideranças.

Para aprimorar as forças do Crea-MG, foram elaborados e aprovados projetos de **desenvolvimento de lideranças** (projeto 16), **Plano de Capacitação e desenvolvimento para funcionários** (projeto 15), **Manual da Engenharia nos Empreendimentos** (projeto 20) e o projeto 14, direcionado ao **plano diretor de comunicação**.

As principais oportunidades são: disponibilidade de recursos, produtos substituídos, atualização da tecnologia dos equipamentos, movimentos sociais e tecnologia da informação.

Duas das oportunidades identificadas na SWOT estão direcionadas à atualização de tecnologia de equipamentos e à tecnologia da informação, que também gera interface com a ameaça de tecnologia da informação, e para suprir estas deficiências e enfatizar as oportunidades, os projetos **Assegurar a infraestrutura** (projeto 11) e **Software de Gestão corporativo** (projeto 26) foram aprovados para gestão 2018-2020.

A oportunidade de movimentos sociais está direcionados aos projetos 9 (**Fortalecer Entidades e Colégios**), 10 (**Valorização Profissional**) e ao projeto 21 (**Propostas de Políticas Públicas para os eixos: Alimentos, Rodovias, Meio Ambiente, Impacto das chuvas e Urbanicidade**).

As principais ameaças são: indisponibilidade de recursos, mudança da legislação, disponibilidade de profissionais para atender os objetivos traçados, fiscalização e exigências legais, e tecnologia da informação.

As principais fraquezas são: métodos e controles produtivos, produtividade e desempenho, inteligência de mercado, ambiente de trabalho, clima de trabalho, contabilidade fiscal, gestão financeira, sistema de informação, sistema de remuneração e plano de cargos e salários, treinamento e avaliação de desempenho.

Para atuar na solução da ameaça “fiscalização e exigências legais” foram criados os projetos:

- **Implantar gestão por resultados na fiscalização** (projeto 1);
- **Continuidade na implantação do Sistema da Fiscalização** (projeto 2);
- **Ampliar projeto de especialização fiscalização** (projeto 3);
- **Planejamento participativo da fiscalização** (projeto 5).

A ameaça “disponibilidade de profissionais para atender os objetivos traçados” e as fraquezas “sistema de remuneração e plano de cargos e salários”, e “treinamento e avaliação de desempenho” serão superados através dos seguintes projetos:

- **Plano de capacitação e desenvolvimento para funcionários** (projeto 15);
- **Desenvolvimento de lideranças** (projeto 16);
- **Implantação do E-social** (projeto 18).

A fraqueza “gestão financeira” está direcionada ao projeto **Garantir a estrutura orçamentária** (Projeto 12) para alcançar os seguintes objetivos: tornar operacional o sistema Implanta para a gestão orçamentária e financeira, com resultados no uso do plano de contas; instituir práticas de controle orçamentário e estabelecer um plano de investimento, criar políticas e práticas de arrecadação e controle da dívida ativa do Crea-MG e estabelecer um programa de redução de custos.

Para mitigar as fraquezas “treinamento e avaliação de desempenho” e “ambiente e clima de trabalho”, desenvolvemos e aprovamos os seguintes projetos:

- **Campanha de instruções de profissionais** (projeto 4);
- **Aprimorar a integridade pública** (projeto 13);
- **Plano de Capacitação e Desenvolvimento para Funcionários do Crea-MG** (projeto 15);
- **Revisar e/ou padronizar a comunicação - direcionado ao plano diretor de comunicação** (projeto 14).



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



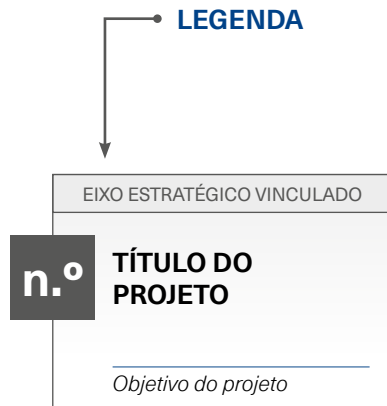
FICHA
TÉCNICA

4.2. PROJETOS ESTRATÉGICOS: PLANEJAMENTO DOS OBJETIVOS E INDICADORES

Em 2018, a Presidência e a Diretoria do Crea-MG, definiram e aprovaram os projetos estratégicos alinhados à missão, visão, valores e aos objetivos estratégicos da gestão (2018-2020).

Foram realizadas reuniões com a Diretoria e Presidência para análise dos projetos propostos, discussão e aprovação dos temas dos projetos mais relevantes alinhados aos objetivos estratégicos, missão, visão e valores do Crea-MG.

LEGENDA



GESTÃO E PLANEJAMENTO

01

IMPLANTAR GESTÃO POR RESULTADOS NA FISCALIZAÇÃO

Modelo de administração de empresas que exige bastante comprometimento da equipe, voltado ao empenho para a finalização das metas. A gestão por resultados enfatiza os objetivos a serem alcançados e os valores da organização. Tendo como conceito priorizar os resultados em todas as ações com o objetivo de otimizar o desempenho da autarquia, independentemente de seu porte ou de sua área de atuação.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

02

CONTINUIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO

Validação do software desenvolvido para a Gerência de Fiscalização através de contrato.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

03

AMPLIAR PROJETO DE ESPECIALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Criar os instrumentos para internalizar a dinâmica do projeto nos processos de rotina do CREA Minas utilizando as modalidades de Mineração, Elétrica e Civil. Capacitar os Fiscais para exercer a atividade de fiscalização com maior assertividade em atividades específicas

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

04

CAMPANHA DE INSTRUÇÕES AOS PROFISSIONAIS

Atuar de forma orientativa para que os profissionais conheçam os serviços do sistema CREA/ CONFEA, evitando assim, erro no preenchimento dos documentos, principalmente a ART e solicitação de CAT e para que os empreendedores e sociedade conheçam as atividades de engenharia existentes nos empreendimentos de forma a serem orientados quanto às exigências legais e profissionais habilitados.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

05

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DA FISCALIZAÇÃO

Criar um ambiente para viabilizar o Planejamento participativo da Fiscalização envolvendo todas as partes interessadas para otimizar a atuação e efetividade dos Fiscais.

INSERÇÃO SOCIAL

06

PARCERIAS PÚBLICAS

Criar um ambiente para viabilizar o Planejamento participativo da Fiscalização envolvendo todas as partes interessadas para otimizar a atuação e efetividade dos Fiscais.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

07

ESTABELECEER AS DIRETRIZES DE GESTÃO DO NEGÓCIO

Instituir boas práticas de gestão para aumentar o nível de eficiência e integridade dos processos, através das adoção de metodologias.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

08

AUMENTAR A EFICIÊNCIA NO SETOR DE ATENDIMENTO

Diminuição dos prazos de atendimento dos serviços da Gerência de Registro e Acervo e melhorias no atendimento da Sede (sinalização, identidade visual e fluxo de pessoas).

INSERÇÃO SOCIAL

09

FORTELECER ENTIDADES E COLÉGIOS

Celebrar parcerias na forma de projetos com as Entidades de Classe registradas no Crea-MG. Realizar chamadas públicas. Instruir e treinar os dirigentes e funcionários das Entidades de Classe. Criar manual de orientações de prestação de contas.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

10

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Fomentar e aumentar o n° de registro profissional dos docentes das instituições de ensino no Crea-MG através de agenda relacional; Realizar reuniões com os gestores, docentes, liderança do Crea Júnior nas 11 regiões (BH Metropolitana, Noroeste, Sudeste, Norte, Triângulo, Rio Grande, Nordeste, Vale do Aço, Centro-Sul, Sul, Centro oeste)

GESTÃO E PLANEJAMENTO

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

11

ASSEGURAR A INFRAESTRUTURA

Promover a adequação da infraestrutura no prédio sede do Crea-MG e da infraestrutura tecnológica da informação (TI) para assegurar a sustentabilidade dos processos através da identificar anomalias e/ou restrições às demandas de serviços do Crea-MG existentes, anotando soluções e estabelecendo a priorização de execução.

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

12

GARANTIR A ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

Instituir práticas de Controle Orçamentário; Estabelecimento de um programa de redução de custos; Instituir práticas para estabelecer um plano de investimento; Controle da Dívida Ativa; Tornar operacional o software Implanta para a gestão orçamentária e financeira, com resultados no uso do Plano de Contas.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

13

APRIMORAR INTEGRIDADE PÚBLICA

Sistematização e organização documental; Informatização do trâmite de documentos; Implantar os princípios da Qualidade e da gestão de riscos; Estruturar um Programa de Integridade e compliance preventivo; Estruturar um sistema de Gestão da Qualidade, riscos e Integridade.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

14

REVISAR E/OU PADRONIZAR A COMUNICAÇÃO

Estabelecer políticas, princípios e diretrizes para a área, que vão subsidiar a elaboração do Plano Diretor de Comunicação, com propostas de linhas de ação, programas e projetos de curto (6 meses), médio (12 meses) e longo (18 meses) prazos, em sintonia com o planejamento estratégico do Conselho, especificamente, e do Sistema Confea/Crea/Mútua de forma geral.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

15

PLANO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA FUNCIONÁRIOS

Aprimorar as competências técnicas e interpessoais, promovendo o crescimento profissional e reconhecendo o desempenho dos colaboradores com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho colaborativo.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

16

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA

Aprimorar as competências técnicas e interpessoais, promovendo o crescimento profissional e reconhecendo o desempenho das lideranças com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho colaborativo.

GESTÃO E PLANEJAMENTO

17

GESTÃO DOCUMENTAL

Estruturar a Gestão Documental da instituição em atendimento a legislação:

Padronização de documentos e procedimentos; Tornar os documentos do CREA acessíveis remotamente; Controlar o fluxo de documentos e organização dos arquivos (físico e eletrônico); Preservar o patrimônio documental; Racionalizar a produção de documentos; Implantar política de descarte de documentos;

GESTÃO E PLANEJAMENTO

18

IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL

Atender ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. - Os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

19

CANCELADO

GESTÃO E PLANEJAMENTO

20

MANUAL ENGENHARIA NOS EMPREENDIMENTOS

Especificar os serviços e atividades das profissões e do Sistema para os 100 principais tipos de empreendimentos através do Manual A Engenharia nos Empreendimentos e fazer ampla divulgação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

INSERÇÃO SOCIAL

21

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS EIXOS

Assessoramento técnico para orientação das administrações municipais, estadual e federal, e monitoramento das propostas das políticas públicas, definidas nos encontros das 12 regionais do Crea-MG no estado de Minas Gerais, para os eixos: alimentos, rodovias, meio ambiente, impacto das chuvas e urbanicidade;

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

22

RELATÓRIO ORIENTATIVOS A MONTAGEM DE EDITAIS

Elaboração de relatórios orientativos, palestras técnicas e apoio técnico a montagem de editais.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

23

ASSESSORAMENTO TÉCNICO PARA CONFEÇÃO DE RELATÓRIO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Assessoramento técnico e confecção de relatório para as Câmaras Temáticas, constando: meio ambiente e recursos hídricos, valorização profissional - setor público e desenvolvimento de políticas públicas, incluindo o diagnóstico e desenvolvimento dos estudos técnicos pertinentes a cada temática, bem como supervisão técnica e confecção parcial de relatório técnico.

INSERÇÃO SOCIAL

24

APOIO TÉCNICO AO CRI

Apoio técnico ao Colégio Estadual de Representantes Institucionais - CRI

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

25

APOIO TÉCNICO PARA GRUPOS DE TRABALHO DO PLENÁRIO DO CONSELHO

Apoio técnico na elaboração de peças e projetos especiais dos grupos de trabalho instituídos pelo plenário do conselho

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

26

LIVRO DE ORDEM

Adoção do Livro de Ordem nos termos estabelecidos na Resolução 1.089/2017.

4.2.1. PRINCIPAIS RISCOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Limitações das áreas com equipe enxuta;
- Tempo de dedicação da equipe de auditores internos;
- Ausência de integração dos processos internos do Crea-MG;
- Falhas de comunicação interna;
- Ausência de integração dos sistemas informatizados do Crea-MG;
- Capacidade técnica das associações de executar os projetos;
- Desconhecimento dos processos de comunicação por parte da alta direção;
- Falta de conhecimento técnico sobre determinados suportes e mídias;
- Indisponibilidade de T.I.;
- Ausência de comprometimento da equipe;
- Não ter profissionais aptos tecnicamente a serem indicados pelo Crea-MG na cidade da instituição demandante;
- Profissionais não estarem em dia com registro profissional;
- Profissionais consultores de atividades afins aos conselhos demandantes;
- Indefinição do layout, mobiliários e serviços;
- Espaço físico;
- Atendimento em andamento durante obras;
- Tabela de temporalidade desatualizada;
- Não trabalhar com profissionais não registrados no Conselho e/ou inadimplentes;
- Atendimento aos prazos de gestão dos projetos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
INTRODUÇÃO
MENSAGEM DO PRESIDENTE
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
4. RESULTADOS DA GESTÃO
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM
8. ANEXOS
FICHA TÉCNICA

4.2.2. PRINCIPAIS PREMISSAS DOS PROJETOS

- O ambiente para treinamento deverá ser disponibilizado nas Inspetorias;
- Utilização de linguagem simples e objetiva;
- Elaborar o material em formato tutorial, mesclando textos com imagens;
- As entidades de classe devem possuir registro ativo no Crea-MG para participarem do processo licitatório;
- Comprometimento da alta direção com a elaboração das políticas de comunicação;
- Participação efetiva dos representantes das áreas;
- Participação de representantes de todas as áreas da engenharia na elaboração do Manual de Engenharia nos Empreendimentos;
- Acesso ao software Implanta;
- Mobilização da equipe de estudo/trabalho;
- Acesso total ao plano de contas.

4.2.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS (RESTRIÇÕES)

- Limites e determinações orçamentárias;
- Cumprimentos dos prazos;
- Determinações legais;
- Indisponibilidade da T.I.;
- Capacitação durante o horário de trabalho dos funcionários;
- Lentidão nos processos internos de licitações, quando necessário;
- Licitação tipo menor preço, quando necessário;
- Espaço público na rede interna do Crea-MG para consultar material;
- Indisponibilidade de recursos em função de atividades primárias relativas às respectivas funções dos funcionários no Crea-MG;
- Clima organizacional atual;
- Participações de reuniões programadas;
- Desinteresse do profissional docente em não se registrar no Conselho, em função do art. 93 do Decreto n.º 9.225/2017;
- Desinteresse do Reitor, vice-reitor, diretores e coordenadores dos cursos de engenharia em apoiar os projetos estratégicos;
- Implantação de unidades do Crea-MG no interior;
- Não alteração do escopo em relação aos eixos temáticos;
- Não ultrapassar previsão orçamentária;
- Vinculação do Livro de Ordem à expedição da CAT;
- Vinculação do Livro de Ordem a ARTs encerradas antes da vigência do mesmo.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O presente capítulo traz a demonstração da situação e do desempenho patrimonial, orçamentário, financeiro e contábil da Gestão no exercício 2018.

Em 2018, o Crea-MG trabalhou para reduzir custos e propiciar rigoroso controle de gastos com o intuito de garantir o equilíbrio financeiro. Austeridade, portanto, é a marca da Gestão 2018-2020. Além do cenário de retração econômica do país, que afeta diretamente as áreas de engenharia, agronomia e geociências, outros fatores fizeram com que o controle de gastos fosse mais rigoroso para garantir o equilíbrio financeiro do Conselho. As despesas não previstas da ordem de R\$ 10 milhões, provenientes de compromissos assumidos em 2017, foram o alerta inicial de que o aspecto financeiro precisaria ser monitorado de perto. Os restos a pagar, ou seja, as despesas empenhadas no exercício 2017 e cujos pagamentos não haviam sido realizados até 31 de dezembro daquele ano; a recomposição da conta de recursos do CAU; as despesas relativas a serviços de informática e as transferências de recursos referentes ao Chamamento Público 2017 resultaram em um desembolso de R\$ 9.927.144,64. Além disso, em março, o cenário financeiro do Sistema Confea/ Crea foi modificado pela sanção da lei que instituiu os conselhos dos técnicos agrícolas e industriais. O impacto da migração dos técnicos industriais,

que já instituíram o próprio conselho, foi de aproximadamente R\$ 2 milhões, em 2018, valor este repassado, pelo Crea-MG, à nova autarquia por determinação do Confea. Para 2019, a projeção é de que haja uma queda de 13% na receita do Crea-MG, ou seja, mais de R\$ 11 milhões.

Para fazer frente ao desafio de manter o equilíbrio das contas mesmo com a redução da arrecadação, causada tanto pela saída dos técnicos quanto pelo reflexo da situação econômica, foram necessários cortes e reduções de despesas. “Nosso entendimento foi o de que precisávamos ser cautelosos com os gastos para que o Conselho garantisse uma prestação de serviços de qualidade e investisse assertivamente”, explica o presidente do Crea-MG, engenheiro civil Lucio Borges.

Uma das principais ações de contenção de gastos foi o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Este foi instituído com o objetivo de adequar o quadro funcional do Conselho à realidade financeira e aos princípios de eficiência e economicidade da administração pública. O PDV teve adesão de 40 funcionários da Sede e de 21, do interior. Embora a redução de pessoal tenha alterado a rotina, o Crea-MG adaptou-se à nova realidade, reestruturando atividades do dia a dia. O custo do programa foi de R\$ 7.902.649,89 e a economia com pessoal, por sua vez foi de R\$ 532.606,81 por mês. Assim, em 14,85 meses, a economia gerada pelo PDV cobrirá as despesas realizadas e, a partir daí, a economia com pessoal será de aproximadamente R\$ 500 mil por mês.

Em obras, o Conselho havia previsto quase R\$ 7 milhões de reais, na primeira versão do orçamento para 2018. Entretanto, o cenário econômico demandou uma revisão de quando realizar o investimento. Na análise do Crea-MG, não é um bom momento para imobilizar capital, porque o ganho em aplicações financeiras tem sido bem maior do que o custo com os aluguéis. Foram priorizadas obras que estavam em etapas cujo prejuízo com a paralisação seria maior e o investimento, até setembro, foi de R\$ 1.755.444,46.

O desafio lançado pelo presidente do Crea-MG, engenheiro Lucio Borges, é o de desenvolver alternativas que sejam sustentáveis, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista econômico. Conselheiros, inspetores, entidades e funcionários assumiram esse compromisso e, com essa união, o Conselho tem atingido o objetivo de fazer mais com menos. A preocupação central do Conselho tem sido em garantir que os serviços sejam prestados com qualidade. Embora o dia a dia tenha sido impactado tanto financeiramente quanto em termos de recursos humanos, já que muitos quadros se desligaram com o PDV, o Crea conseguiu se adaptar à nova realidade. As atividades de rotina passaram por uma reestruturação e o saldo tem sido positivo.

A racionalização no uso dos recursos é um dos princípios. A gestão optou por não editar a versão impressa da Revista Vértice, que consumia mais de R\$ 200 mil a cada edição, e tem investido no relacionamento com a imprensa e nos meios digitais para manter os profissionais e a sociedade informados. Em relação à comunicação institucional, o Crea-MG deixou de utilizar os serviços de agência de publicidade e, considerando os gastos no período de janeiro a setembro de 2017, foram economizados mais de R\$ 1.700.000,00 em 2018.

A reavaliação técnica dos contratos e termos de referência foi prática recorrente em 2018. Com os termos de referência mais adequados à realidade do Crea-MG, os contratos são otimizados e a concorrência é ampliada. Até agora, a redução média no desembolso dos contratos de manutenção da infraestrutura do Conselho, tanto na sede quanto no interior, licitados ou aditados, foi de 41,5%.

Na área de TI, 3 (três) contratos foram suprimidos e os seus objetos incorporados, dentro das necessidades, por outros contratos, com uma redução de 31% para a prestação dos mesmos serviços. O contrato de veículos também foi reduzido a partir de estudos sobre a utilização da frota pelo Conselho, resultando em redução de custo na ordem de 13% desde junho de 2018. O resultado global para serviços de terceiros teve redução de 11%, o que significa redução de R\$ 2.805.644,29 até setembro de 2018. Os contratos de aluguel vêm sendo renegociados dentro da realidade do mercado de cada cidade onde há sede de inspetoria, possibilitando redução do valor pago ou a não aplicação da correção prevista. Dito procedimento proporcionou economia média da ordem de 2,5% tanto dos contratos renovados quanto dos licitados.

5.1. GESTÃO DE CUSTOS, PATRIMONIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O conteúdo desta seção noticiará as informações orçamentárias (exercício 2018) referentes ao Crea-MG, e tem por objetivo informar sobre a programação e execução do orçamento da unidade no exercício. A seção foi organizada em 8 subseções: “Origem das receitas”; “Informações sobre a realização das receitas”; “Arrecadação de receita”; “Informações sobre a execução das despesas, investimentos e gestão de licitações e contratos”; “Execução descentralizada com transferência de recursos”; “Desempenho financeiro no exercício”; “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos” e “Sistemática de apuração de custos vigente no exercício 2018, no âmbito da unidade”.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

5.1.1. ORIGEM DAS RECEITAS

ORIGEM DAS RECEITAS

CÓDIGO	FONTE DE RECEITA	VALOR BRUTO	COTA PARTE CONFEA	COTA PARTE MÚTUA	VALOR ARRECADADO
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	125.413.340,85	16.670.883,85	10.347.504,60	98.419.512,30
6.2.1.2.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	51.737.523,01	6.208.502,76	10.347.504,60	35.181.515,65
6.2.1.2.1.01.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	51.737.523,01	6.208.502,76	10.347.504,60	35.181.515,65
6.2.1.2.1.01.01.01	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	51.737.523,01	6.208.502,76	10.347.504,60	35.181.515,65
6.2.1.2.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.233.488,39	9.485.023,26	-	53.748.465,13
6.2.1.2.1.02.01	ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	41.021.321,65	6.153.198,25	-	34.868.123,40
6.2.1.2.1.02.01.01	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	34.506.127,51	5.175.919,13	-	29.330.208,38
6.2.1.2.1.02.01.02	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.515.194,14	977.279,12	-	5.537.915,02
6.2.1.2.1.02.02	ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	22.212.166,74	3.331.825,01	-	18.880.341,73
6.2.1.2.1.02.02.01	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	19.410.693,20	2.911.603,98	-	16.499.089,22
6.2.1.2.1.02.02.02	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.801.473,54	420.221,03	-	2.381.252,51
6.2.1.2.1.03	COTA-PARTE	-	-	-	-
6.2.1.2.1.04	RECEITA PATRIMONIAL ¹	67.503,34	-	-	67.503,34
6.2.1.2.1.04.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	67.503,34	-	-	67.503,34
6.2.1.2.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	3.638.636,53	545.795,48	-	3.092.841,05
6.2.1.2.1.05.01	EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	3.149.075,65	472.361,35	-	2.676.714,30
6.2.1.2.1.05.02	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	107.145,78	16.071,87	-	91.073,91
6.2.1.2.1.05.03	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	251.004,54	37.650,68	-	213.353,86
6.2.1.2.1.05.04	EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	-	-	-	-
6.2.1.2.1.05.07	RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	131.410,56	19.711,58	-	111.698,98
6.2.1.2.1.06	FINANCEIRAS	1.665.686,72	-	-	1.665.686,72
6.2.1.2.1.06.01	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.02	JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.04	JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.05	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.05.01	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.05.03	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.05.04	MULTAS SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-
6.2.1.2.1.06.05.07	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.665.686,72	-	-	1.665.686,72
6.2.1.2.1.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	147.064,14	-	-	147.064,14
6.2.1.2.1.07.01	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
6.2.1.2.1.07.02	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	147.064,14	-	-	147.064,14
6.2.1.2.1.07.03	TRANSFERÊNCIAS DE INST. PRIVADAS	-	-	-	-
6.2.1.2.1.07.04	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-	-	-	-
6.2.1.2.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.930.291,34	431.562,35	-	4.516.436,27
6.2.1.2.1.08.01	DÍVIDA ATIVA	1.680.706,09	269.813,19	-	1.428.600,18
6.2.1.2.1.08.02	MULTAS DE INFRAÇÕES	1.078.327,72	161.749,16	-	916.578,56
6.2.1.2.1.08.03	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.171.257,53	-	-	2.171.257,53
6.2.1.2.1.08.04	RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	-	-

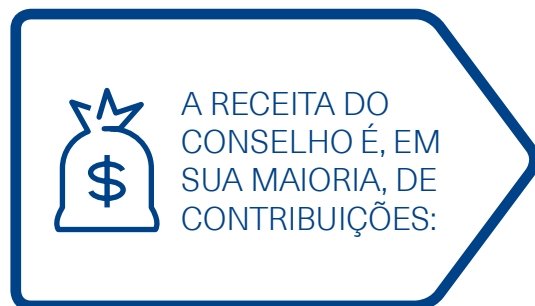
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

6.2.1.2.2	RECEITA DE CAPITAL	-	-	-	-
6.2.1.2.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
6.2.1.2.2.01.01	EMPRÉSTIMOS TOMADOS	-	-	-	-
6.2.1.2.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
6.2.1.2.2.02.01	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-
6.2.1.2.2.02.02	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	-	-	-	-
6.2.1.2.2.02.03	ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	-	-	-	-
6.2.1.2.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	-	-	-	-
6.2.1.2.2.03.01	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO	-	-	-	-
6.2.1.2.2.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES PÚBLICAS	-	-	-	-
6.2.1.2.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
6.2.1.2.2.04.01	TRANSFERÊNCIAS	-	-	-	-
6.2.1.2.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
TOTAL		125.413.340,85	16.670.883,85	10.347.504,60	98.419.512,30

¹ - "Receita patrimonial" é a previsão de arrecadação com alugueis de espaços do Crea-MG, e não tem partilha de receita.

FONTE: SISTEMA IMPLANTA



5.1.2. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

O Crea-MG elabora, anualmente, o próprio orçamento, com base em Resoluções do Confea, e o submete para aprovação do Plenário (Crea-MG) e, posteriormente, ao Confea. A receita orçamentária do Crea-MG foi instituída pela Lei n.º 5.194/66 – em seus artigos 28, 35 e 73 –, pela Lei n.º 6.496/1977 e pela Lei n.º 12.514/2011 e está regulamentada pelas Resoluções do Confea e, internamente, por Instruções de Serviço que especificam os termos ditados pelas referidas Resoluções. Para o exercício de 2018, os mesmos estão descritos na Instrução de Serviço n.º 001- GRA (valores de anuidades, serviços e multas para 2018).

Para o exercício de 2018, o orçamento fora aprovado na Plenária de 09/11/2017 e aprovado na Plenária do Confea de 22/11/2017. Nesse exercício houve, apenas, 1 (uma) reformulação orçamentária, aprovada na Plenária de 04/10/2018 e aprovada, pelo Confea, em 28/11/2018.

As receitas com anuidades e ARTs são responsáveis por 90,36% de toda a arrecadação do Crea-MG. As demais receitas são provenientes de emolumentos, taxas, receitas de alugueis e receitas diversas. As receitas são arrecadadas e controladas pelo Crea-MG, e a disponibilidade está sob responsabilidade da unidade.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS – 2018

FONTES DE RECEITAS E NATUREZA DOS RECURSOS	ORÇADO	REALIZADO	% VARIAÇÃO
6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	109.192.559,37	98.419.512,30	100,00%
6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	97.174.200,00	98.419.512,30	100,00%
6.2.1.2.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	32.680.000,00	35.181.515,65	35,75%
6.2.1.2.1.01.01 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE PÓLÍCIA	32.680.000,00	35.181.515,65	35,75%
6.2.1.2.1.01.01.01 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	32.680.000,00	35.181.515,65	35,75%
6.2.1.2.1.01.01.01.001 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	32.680.000,00	35.180.362,39	35,75%
6.2.1.2.1.01.01.01.003 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - SEM PARTIÇÃO	0,00	1.153,26	0,00%
6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	54.038.800,00	53.748.465,13	54,61%
6.2.1.2.1.02.01 - ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	34.903.497,72	34.868.123,40	35,43%
6.2.1.2.1.02.01.01 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	30.773.274,83	29.330.208,38	29,80%
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - NÍVEL SUPERIOR - ATUAL	27.126.000,00	26.182.535,37	26,60%
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - ANUIDADE PF ATUAL - SEM PARTIÇÃO	0,00	458,26	0,00%
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - NÍVEL MÉDIO - ATUAL	3.647.274,83	3.147.214,75	3,20%
6.2.1.2.1.02.01.01.004.001 - CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS	798.423,70	677.293,11	0,69%
6.2.1.2.1.02.01.01.004.002 - CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS	2.781.957,83	2.412.097,95	2,45%
6.2.1.2.1.02.01.01.004.003 - TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO COM DUPLA TITULAÇÃO	66.893,30	57.823,69	0,06%
6.2.1.2.1.02.01.02 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.130.222,89	5.537.915,02	5,63%
6.2.1.2.1.02.01.02.001 - NÍVEL SUPERIOR - ANTERIOR	2.954.926,71	4.126.302,10	4,19%
6.2.1.2.1.02.01.02.002 - NÍVEL MÉDIO - ANTERIOR	1.175.296,18	1.411.612,92	1,43%
6.2.1.2.1.02.02 - ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	19.135.302,28	18.880.341,73	19,18%
6.2.1.2.1.02.02.01 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	17.395.000,00	16.499.089,22	16,76%
6.2.1.2.1.02.02.01.001 - FAIXA 1 - ATUAL	4.730.500,00	4.874.444,09	4,95%
6.2.1.2.1.02.02.01.002 - FAIXA 2 - ATUAL	3.588.300,00	3.461.112,66	3,52%
6.2.1.2.1.02.02.01.003 - FAIXA 3 - ATUAL	2.243.000,00	1.970.333,00	2,00%
6.2.1.2.1.02.02.01.004 - FAIXA 4 - ATUAL	1.505.000,00	1.388.375,18	1,41%
6.2.1.2.1.02.02.01.005 - FAIXA 5 - ATUAL	1.145.000,00	1.026.236,30	1,04%
6.2.1.2.1.02.02.01.006 - FAIXA 6 - ATUAL	1.898.200,00	1.748.989,33	1,78%
6.2.1.2.1.02.02.01.007 - FAIXA 7 - ATUAL	2.285.000,00	2.029.598,66	2,06%
6.2.1.2.1.02.02.02 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.740.302,28	2.381.252,51	2,42%
6.2.1.2.1.02.02.02.001 - FAIXA 1 - ANTERIOR	614.954,06	976.485,87	0,99%
6.2.1.2.1.02.02.02.002 - FAIXA 2 - ANTERIOR	437.077,05	530.910,09	0,54%
6.2.1.2.1.02.02.02.003 - FAIXA 3 - ANTERIOR	194.472,59	251.366,28	0,26%
6.2.1.2.1.02.02.02.004 - FAIXA 4 - ANTERIOR	114.334,04	139.874,17	0,14%
6.2.1.2.1.02.02.02.005 - FAIXA 5 - ANTERIOR	82.764,54	134.965,18	0,14%
6.2.1.2.1.02.02.02.006 - FAIXA 6 - ANTERIOR	124.600,00	158.244,49	0,16%
6.2.1.2.1.02.02.02.007 - FAIXA 7 - ANTERIOR	172.100,00	189.406,43	0,19%
6.2.1.2.1.03 - COTA-PARTE	-	-	-
6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	63.200,00	67.503,34	0,07%
6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS IMOBILIÁRIAS	63.200,00	67.503,34	0,07%
6.2.1.2.1.04.01.01 - ALUGUÉIS	63.200,00	67.503,34	0,07%
6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	2.995.000,00	3.092.841,05	3,14%
6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	2.680.000,00	2.676.714,30	2,72%
6.2.1.2.1.05.01.01 - INSCRIÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E TAXAS DE RECADASTRAMENTO	1.750.000,00	1.704.035,84	1,73%
6.2.1.2.1.05.01.02 - INSCRIÇÕES PESSOAS JURÍDICAS	930.000,00	972.678,46	0,99%

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	100.500,00	91.073,91	0,09%
6.2.1.2.1.05.02.01 - EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS	100.500,00	91.073,91	0,09%
6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	194.500,00	213.353,86	0,22%
6.2.1.2.1.05.03.01 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES - PESSOAS FÍSICAS	181.100,00	199.580,20	0,20%
6.2.1.2.1.05.03.02 - EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES - PESSOAS JURÍDICAS	13.400,00	13.773,66	0,01%
6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	20.000,00	111.698,98	0,11%
6.2.1.2.1.05.07.07 - RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	10.000,00	109.767,98	0,11%
6.2.1.2.1.05.07.14 - ABERTURA DE PROCESSOS NA CMA	7.000,00	1.931,00	0,00%
6.2.1.2.1.05.07.16 - RECEITA DE TAXAS ADMINISTRATIVAS CMA	3.000,00	0,00	0,00%
6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	2.075.000,00	1.665.686,72	1,69%
6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.075.000,00	1.665.686,72	1,69%
6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.075.000,00	1.665.686,72	1,69%
6.2.1.2.1.06.05.07.001 - RENDIMENTOS DE POUPANÇA	281.000,00	701.498,19	0,71%
6.2.1.2.1.06.05.07.002 - RENDIMENTOS DE FUNDOS	1.794.000,00	964.188,53	0,98%
6.2.1.2.1.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	700.000,00	147.064,14	0,15%
6.2.1.2.1.07.02 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	700.000,00	147.064,14	0,15%
6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.622.200,00	4.516.436,27	4,59%
6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	1.775.000,00	1.428.600,18	1,45%
6.2.1.2.1.08.01.01 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA DE ANUIDADE - PJ	142.000,00	64.661,11	0,07%
6.2.1.2.1.08.01.03 - RECEITA ANUIDADE AJUIZADAS - SEM PARTIÇÃO	0,00	160.090,88	0,16%
6.2.1.2.1.08.01.04 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA DE ANUIDADE - PF	285.000,00	292.758,46	0,30%
6.2.1.2.1.08.01.05 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA ANUIDADE - PF	341.000,00	469.633,22	0,48%
6.2.1.2.1.08.01.06 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA ANUIDADE - PJ	75.000,00	138.371,27	0,14%
6.2.1.2.1.08.01.07 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA AUTO DE INFRAÇÃO - PJ	40.000,00	47.914,77	0,05%
6.2.1.2.1.08.01.08 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA AUTO DE INFRAÇÃO - PF	20.000,00	6.254,13	0,01%
6.2.1.2.1.08.01.09 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA AUTO DE INFRAÇÃO - PJ	10.000,00	49.302,67	0,05%
6.2.1.2.1.08.01.10 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA AUTO DE INFRAÇÃO - PF	0,00	19.220,80	0,02%
6.2.1.2.1.08.01.11 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA DE ANUIDADE - PJ - CMA	0,00	485,60	0,00%
6.2.1.2.1.08.01.12 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA DE ANUIDADE - PF - CMA	1.000,00	1.000,66	0,00%
6.2.1.2.1.08.01.13 - DÍVIDA ATIVA ADMINISTRATIVA DE AUTO DE INFRAÇÃO - PJ - CMA	47.000,00	0,00	0,00%
6.2.1.2.1.08.01.15 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA DE ANUIDADES - PJ - CMA	136.000,00	21.525,83	0,02%
6.2.1.2.1.08.01.16 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA DE ANUIDADES - PF - CMA	525.000,00	79.394,75	0,08%
6.2.1.2.1.08.01.17 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA DE AUTO DE INFRAÇÃO - PJ - CMA	114.000,00	76.737,41	0,08%
6.2.1.2.1.08.01.18 - DÍVIDA ATIVA AJUIZADA AUTO DE INFRAÇÃO - PF - CMA	39.000,00	1.248,62	0,00%
6.2.1.2.1.08.02 - MULTAS DE INFRAÇÕES	923.000,00	916.578,56	0,93%
6.2.1.2.1.08.02.01 - AUTO DE INFRAÇÃO - PESSOAS FÍSICAS	79.200,00	89.084,28	0,09%
6.2.1.2.1.08.02.02 - AUTO DE INFRAÇÃO - PESSOAS JURÍDICAS	843.800,00	827.494,28	0,84%
6.2.1.2.1.08.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.924.200,00	2.171.257,53	2,21%
6.2.1.2.1.08.03.02 - RESTITUIÇÕES	1.890.000,00	2.143.753,38	2,18%
6.2.1.2.1.08.03.03 - CONDOMÍNIOS	34.200,00	27.504,15	0,03%
6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	12.018.359,37	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.02 - ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.02.02 - ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	70.000,00	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.02.02.03 - SALAS	70.000,00	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.06 - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.948.359,37	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.06.01 - SUPERÁVIT FINANCEIRO	11.948.359,37	0,00	0,00%
FONTE: SISTEMA IMPLANTA			

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

5.1.3. ARRECADAÇÃO DE RECEITA

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADA

CÓDIGO	NATUREZA	RECEITA ARRECADADA					
		2016	%	2017	%	2018	%
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	85.604.090,21	100,00%	107.461.917,40	99,87%	98.419.512,30	100,00%
6.2.1.2.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	29.285.102,06	34,21%	32.423.632,75	30,13%	35.181.515,65	35,75%
6.2.1.2.1.01.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	29.285.102,06	34,21%	32.423.632,75	30,13%	35.181.515,65	35,75%
6.2.1.2.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	47.609.705,43	55,62%	52.241.296,00	48,55%	53.748.465,13	54,61%
6.2.1.2.1.02.01	ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	31.772.050,75	37,12%	34.416.752,93	31,99%	34.868.123,40	35,43%
6.2.1.2.1.02.01.01	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	29.781.215,98	34,79%	29.753.651,76	27,65%	29.330.208,38	29,80%
6.2.1.2.1.02.01.02	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.990.834,77	2,33%	4.663.101,17	4,33%	5.537.915,02	5,63%
6.2.1.2.1.02.02	ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	15.837.654,68	18,50%	17.824.543,07	16,57%	18.880.341,73	19,18%
6.2.1.2.1.02.02.01	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	15.108.583,16	17,65%	16.346.749,90	15,19%	16.499.089,22	16,76%
6.2.1.2.1.02.02.02	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	729.071,52	0,85%	1.477.793,17	1,37%	2.381.252,51	2,42%
6.2.1.2.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	45.128,12	0,05%	60.650,72	0,06%	67.503,34	0,07%
6.2.1.2.1.04.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	45.128,12	0,05%	60.650,72	0,06%	67.503,34	0,07%
6.2.1.1.1.04.02	RECEITAS MOBILIÁRIAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6.2.1.2.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	2.460.500,29	2,87%	2.994.619,58	2,78%	3.092.841,05	3,14%
6.2.1.2.1.05.01	EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	2.202.060,46	2,57%	2.653.028,17	2,47%	2.676.714,30	2,72%
6.2.1.2.1.05.02	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	104.742,72	0,12%	89.531,46	0,08%	91.073,91	0,09%
6.2.1.2.1.05.03	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	143.234,38	0,17%	204.510,88	0,19%	213.353,86	0,22%
6.2.1.2.1.05.07	RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	10.462,73	0,01%	47.549,07	0,04%	111.698,98	0,11%
6.2.1.2.1.06	FINANCEIRAS	2.148.462,40	2,51%	1.844.967,28	1,71%	1.665.686,72	1,69%
6.2.1.2.1.06.05	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.148.462,40	2,51%	1.844.967,28	1,71%	1.665.686,72	1,69%
6.2.1.2.1.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	745.696,27	0,87%	14.782.298,47	13,74%	147.064,14	0,15%
6.2.1.2.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.309.495,64	3,87%	3.114.452,60	2,89%	4.516.436,27	4,59%
6.2.1.2.1.08.01	DÍVIDA ATIVA	2.093.337,20	2,45%	1.813.045,85	1,68%	1.428.600,18	1,45%
6.2.1.2.1.08.02	MULTAS DE INFRAÇÕES	733.095,70	0,86%	846.045,48	0,79%	916.578,56	0,93%
6.2.1.2.1.08.03	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	483.062,74	0,56%	455.361,27	0,42%	2.171.257,53	2,21%
6.2.1.2.2	RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00%	140.000,00	0,13%	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.01.01	EMPRÉSTIMOS TOMADOS						
6.2.1.2.2.02	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00%	140.000,00	0,13%		0,00%
6.2.1.2.2.02.01	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00		0,00		0,00	
6.2.1.2.2.02.02	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		0,00%		0,00%		0,00%
6.2.1.2.2.02.03	ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00		0,00		0,00	
6.2.1.2.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES PÚBLICAS						
6.2.1.2.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						
6.2.1.2.2.04.01	TRANSFERÊNCIAS						
6.2.1.2.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL						
VALOR TOTAL		85.604.090,21	100,00%	107.601.917,40	100,00%	98.419.512,30	100,00%

FONTE: SISTEMA IMPLANTA

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

5.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS, INVESTIMENTOS E GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Este subitem visa demonstrar, de forma sucinta, comparativa e gerencial, a consolidação da execução da despesa, pela autarquia, nos exercícios 2017 e 2018.

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA	
	2018	2017	2018	2017
1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO (A+B+C+D+E+F+G)	26.854.065,57	22.314.651,22	26.854.065,57	22.314.651,22
A) CONVITE	0,00	11.261,72	0,00	11.261,72
B) TOMADA DE PREÇOS	559.354,56	68.463,73	559.354,56	68.463,73
C) CONCORRÊNCIA	5.674.062,86	9.201.093,11	5.674.062,86	9.201.093,11
D) PREGÃO (PRESENCIAL + ELETRÔNICO)	18.702.511,25	13.033.832,66	18.702.511,25	13.033.832,66
E) CONCURSO	0,00	0,00	0,00	0,00
F) CONSULTA	0,00	0,00	0,00	0,00
G) REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	1.918.136,90	0,00	1.918.136,90	0,00
2. CONTRATAÇÕES DIRETAS (H+I)	6.847.711,20	10.985.383,83	6.845.942,61	10.985.383,83
H) DISPENSA	2.386.886,27	2.499.342,35	2.385.117,68	2.499.342,35
I) INEXIGIBILIDADE	4.460.824,93	8.486.041,48	4.460.824,93	8.486.041,48
3. REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL	114.170,94	155.625,74	114.170,94	155.625,74
3.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS	114.170,94	155.625,74	114.170,94	155.625,74
4. PAGAMENTO DE PESSOAL (K+L)	40.380.097,83	39.836.084,23	39.747.940,24	39.836.084,23
K) PAGAMENTO EM FOLHA	39.107.201,20	38.472.513,15	38.475.043,61	38.472.513,15
L) DIÁRIAS	1.272.896,63	1.363.571,08	1.272.896,63	1.363.571,08
5. OUTROS	24.747.261,76	20.872.556,34	24.747.261,76	20.872.556,34
6. TOTAL (1+2+3+4+5)	98.943.307,30	94.164.301,36	98.309.381,12	94.164.301,36

FONTE: SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS (SLCC/CREA-MG)

No item 1 do quadro acima, houve variação em algumas modalidades, como aumento no valor do “Pregão (presencial e eletrônico)” e gastos na modalidade “Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Adesão a Ata de Registro de Preços e Chamamento Público)”. No item 2, houve redução na modalidade “Inexigibilidade”.



O tempo médio sem cobertura contratual em janeiro de 2018 era de 85 dias. Em dezembro, o Crea-MG chegou a zero



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES E ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

CONTRATO CPS-0001/2018 CONTRATADO MQV QUALIDADE LTDA. - ME OBJETO Contratação de serviços especializados em consultoria de gestão. INÍCIO 26/01/2018 FIM 25/01/2020 VALOR R\$ 1.138.922,50 MODALIDADE/N.º LICITAÇÃO CP-005/2017 OBJETIVO ESTRATÉGICO Planejamento e Gestão.	CONTRATO CPS-0038/2018 CONTRATADO IT- ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. OBJETO Aquisição de Appliances de Hiperconvergência, com serviço de instalação das soluções e suporte técnico aos servidores. DATA 17/09/2018 VALOR R\$ 749.990,00 MODALIDADE/N.º LICITAÇÃO PE-017/2018 OBJETIVO ESTRATÉGICO Planejamento e Gestão.	CONTRATO CPS-0028/2017 CONTRATADO CLL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO Contratação de empresa construtora, com fornecimento de mão de obra e materiais, para prestação de serviços técnicos de execução de obras da Inspetoria do Crea-MG da cidade de Passos-MG. INÍCIO 19/06/2017 FIM 14/09/2019 VALOR R\$ 2.209.370,64 MODALIDADE/N.º LICITAÇÃO CP-002/2016 OBJETIVO ESTRATÉGICO Exercício profissional.	CONTRATO CPS-0029/2017 CONTRATADO TOTVS S.A. OBJETO Manutenção, atualização das versões e suporte técnico de sistemas tecnológicos (softwares) para utilização na Gerência de Recursos Humanos, para controle dos processos de gestão da folha de pagamento (Totvs Folha de Pagamento), Controle de Frequência dos funcionários (Totvs Automação de Ponto) e medicina e segurança do trabalho (Totvs Gestão de Pessoas), além do sistema Portal.Net para acesso pela intranet pelos funcionários, incluindo consultoria especializada mediante banco de horas, com fornecimento de apoio técnico, presencial e remoto, nos termos do Anexo I - Termo de Referência. INÍCIO 26/08/2017 FIM 25/08/2019 VALOR R\$ 92.409,08 MODALIDADE/N.º LICITAÇÃO IN-014/2017 OBJETIVO ESTRATÉGICO Planejamento e Gestão.
---	---	---	--

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO
INTRODUÇÃO
MENSAGEM DO PRESIDENTE
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
4. RESULTADOS DA GESTÃO
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM
8. ANEXOS
FICHA TÉCNICA

CP - Concorrência Pública • PE - Pregão Eletrônico • DL - Dispensa de Licitação • IN - Inexigibilidade

COMPARAÇÃO DAS DESPESAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

CÓDIGO	NATUREZA	EXERCÍCIO DE 2016		EXERCÍCIO DE 2017		EXERCÍCIO DE 2018	
		ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO
6.2.2.1.3.01.01	DESPESA CORRENTE	81.350.363,91	77.626.128,00	97.556.842,12	91.196.828,36	104.608.459,37	95.038.330,42
6.2.2.1.3.01.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.205.745,08	34.205.745,08	39.212.165,36	38.472.513,15	39.824.556,58	38.475.043,61
6.2.2.1.3.01.03	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
6.2.2.1.3.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.144.618,83	43.420.382,92	58.344.676,76	52.724.315,21	64.783.902,79	56.563.286,81
6.2.2.1.3.01.02	DESPESA DE CAPITAL	4.139.339,92	1.883.094,28	9.120.000,00	2.967.473,00	4.584.100,00	3.271.050,70
6.2.2.1.3.01.02.01	INVESTIMENTOS	4.139.339,92	1.883.094,28	9.120.000,00	2.967.473,00	4.584.100,00	3.271.050,70
6.2.2.1.3.01.03	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
6.2.2.1.3.01.04	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
6.2.2.1.3.01.05.01	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-	-	-
6.2.2.1.3.01.06	OUTRAS DESPESAS CAPITAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: SISTEMA IMPLANTA

DESPESA POR NATUREZA E ELEMENTO

COMPARATIVO DA DESPESA PAGA

DESPESA	ORÇADO	REALIZ. PERÍODO	REALIZ. EXERC.	DIFERENÇA
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	109.192.559,37	98.309.381,12	98.309.381,12	10.883.178,25
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	104.608.459,37	95.038.330,42	95.038.330,42	9.570.128,95
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.824.556,58	38.475.043,61	38.475.043,61	1.349.512,97
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	28.706.624,16	28.535.628,74	28.535.628,74	170.995,42
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - SALÁRIOS	19.640.033,12	19.615.288,71	19.615.288,71	24.744,41
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	86.800,00	52.469,28	52.469,28	34.330,72
6.2.2.1.1.01.01.01.004 - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	1.611.368,51	1.611.368,51	1.611.368,51	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.006 - GRATIFICAÇÃO DE NATAL 13º SALÁRIO	1.879.443,04	1.870.597,25	1.870.597,25	8.845,79
6.2.2.1.1.01.01.01.007 - ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	150.000,00	69.056,13	69.056,13	80.943,87
6.2.2.1.1.01.01.01.008 - 1/3 DE FÉRIAS - CF/88	300.598,82	300.598,82	300.598,82	0,00
6.2.2.1.1.01.01.01.009 - HORAS EXTRAS	250.000,00	227.869,37	227.869,37	22.130,63
6.2.2.1.1.01.01.01.012 - INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	4.788.380,67	4.788.380,67	4.788.380,67	0,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	11.117.932,42	9.939.414,87	9.939.414,87	1.178.517,55
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - INSS PATRONAL	5.950.500,00	5.066.919,37	5.066.919,37	883.580,63
6.2.2.1.1.01.01.02.003 - FGTS	4.873.532,42	4.665.489,69	4.665.489,69	208.042,73
6.2.2.1.1.01.01.02.004 - PIS/PASEP SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	293.900,00	207.005,81	207.005,81	86.894,19
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.574.670,70	37.824.915,50	37.824.915,50	6.749.755,20
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.229.612,27	6.037.843,73	6.037.843,73	191.768,54
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - VALE TRANSPORTE	347.500,00	277.858,37	277.858,37	69.641,63
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - VALE REFEIÇÃO E/OU VALE ALIMENTAÇÃO	4.057.835,01	4.046.729,36	4.046.729,36	11.105,65
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - PLANO DE SAÚDE	1.689.277,26	1.604.822,18	1.604.822,18	84.455,08
6.2.2.1.1.01.04.01.004 - PLANO ODONTOLÓGICO	135.000,00	108.433,82	108.433,82	26.566,18
6.2.2.1.1.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	10.000,00	9.012,64	9.012,64	987,36
6.2.2.1.1.01.04.02.004 - INATIVOS E PENSIONISTAS	10.000,00	9.012,64	9.012,64	987,36
6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	1.720.388,29	1.676.378,02	1.676.378,02	44.010,27
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	276.583,41	274.343,41	274.343,41	2.240,00

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

6.2.2.1.1.01.04.03.001.001 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE	166.119,23	166.119,23	166.119,23	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.010 - MATERIAIS ELÉTRICOS E DE TELEFONIA	38.883,88	38.883,88	38.883,88	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.011 - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.451,60	2.451,60	2.451,60	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.012 - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	19.560,04	19.560,04	19.560,04	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.014 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	1.993,19	1.993,19	1.993,19	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.015 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	23.349,00	21.109,00	21.109,00	2.240,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001.017 - BENS MÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS	24.226,47	24.226,47	24.226,47	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.002 - DESPESAS COM VEÍCULOS	455.419,22	415.619,10	415.619,10	39.800,12
6.2.2.1.1.01.04.03.002.001 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	455.419,22	415.619,10	415.619,10	39.800,12
6.2.2.1.1.01.04.03.003 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	22.571,00	22.521,50	22.521,50	49,50
6.2.2.1.1.01.04.03.003.001 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	22.571,00	22.521,50	22.521,50	49,50
6.2.2.1.1.01.04.03.004 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	965.814,66	963.894,01	963.894,01	1.920,65
6.2.2.1.1.01.04.03.004.008 - SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM	7.734,00	6.466,00	6.466,00	1.268,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004.019 - DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	13.590,00	13.130,00	13.130,00	460,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004.020 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS	7.320,00	7.320,00	7.320,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004.024 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO BENS MÓVEIS	300,00	300,00	300,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004.025 - REMUNERAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	936.870,66	936.678,01	936.678,01	192,65
6.2.2.1.1.01.04.05 - DIÁRIAS	4.556.894,59	3.945.012,72	3.945.012,72	611.881,87
6.2.2.1.1.01.04.05.001 - DIÁRIAS DE FUNCIONÁRIOS	1.429.000,00	1.252.911,28	1.252.911,28	176.088,72
6.2.2.1.1.01.04.05.002 - DIÁRIAS DE CONSELHEIROS	2.530.294,59	2.427.117,23	2.427.117,23	103.177,36
6.2.2.1.1.01.04.05.003 - DIÁRIAS DE COLABORADORES	332.000,00	141.852,01	141.852,01	190.147,99
6.2.2.1.1.01.04.05.004 - DIÁRIAS DE INSPETORES	265.600,00	123.132,20	123.132,20	142.467,80
6.2.2.1.1.01.04.08 - DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1.919.053,93	1.639.664,94	1.639.664,94	279.388,99
6.2.2.1.1.01.04.08.001 - LOCOMOÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	45.000,00	19.985,35	19.985,35	25.014,65
6.2.2.1.1.01.04.08.002 - LOCOMOÇÃO DE CONSELHEIROS	1.484.417,64	1.474.444,74	1.474.444,74	9.972,90
6.2.2.1.1.01.04.08.003 - LOCOMOÇÃO DE COLABORADORES	181.500,00	74.632,69	74.632,69	106.867,31
6.2.2.1.1.01.04.08.007 - FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	3.136,29	2.110,00	2.110,00	1.026,29
6.2.2.1.1.01.04.08.008 - LOCOMOÇÃO DE INSPETORES	205.000,00	68.492,16	68.492,16	136.507,84
6.2.2.1.1.01.04.09 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	30.138.721,62	24.517.003,45	24.517.003,45	5.621.718,17
6.2.2.1.1.01.04.09.001 - SERVIÇO DE AUDITORIA E PERÍCIA	129.300,48	95.327,50	95.327,50	33.972,98
6.2.2.1.1.01.04.09.002 - SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA	3.982.221,80	3.756.679,08	3.756.679,08	225.542,72
6.2.2.1.1.01.04.09.005 - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	3.544.305,82	2.978.867,14	2.978.867,14	565.438,68
6.2.2.1.1.01.04.09.008 - SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM	2.599.689,03	2.034.519,91	2.034.519,91	565.169,12
6.2.2.1.1.01.04.09.009 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PREDIAL E PREVENTIVA	252.948,02	215.806,41	215.806,41	37.141,61
6.2.2.1.1.01.04.09.010 - SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO	118.533,72	108.655,91	108.655,91	9.877,81
6.2.2.1.1.01.04.09.011 - SERVIÇOS DE SELEÇÃO, TREINAMENTO E ORIENTAÇÃO PROFIS.	11.502,06	11.502,06	11.502,06	0,00
6.2.2.1.1.01.04.09.014 - REMUNERAÇÃO DE MENORES APRENDIZES	228.000,00	193.903,83	193.903,83	34.096,17
6.2.2.1.1.01.04.09.018 - SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	305.208,70	276.412,55	276.412,55	28.796,15
6.2.2.1.1.01.04.09.022 - DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	9.469.504,60	7.088.969,50	7.088.969,50	2.380.535,10
6.2.2.1.1.01.04.09.023 - SEGUROS DE BENS MÓVEIS	3.208,09	3.208,09	3.208,09	0,00
6.2.2.1.1.01.04.09.024 - SEGUROS DE BENS IMÓVEIS	4.002,90	4.002,90	4.002,90	0,00
6.2.2.1.1.01.04.09.025 - SEGUROS DE VIAGENS	4.277,20	4.277,20	4.277,20	0,00
6.2.2.1.1.01.04.09.026 - LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.330.880,00	1.172.176,86	1.172.176,86	158.703,14
6.2.2.1.1.01.04.09.027 - LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.663.062,18	1.519.485,24	1.519.485,24	143.576,94
6.2.2.1.1.01.04.09.028 - CONDOMÍNIOS	167.887,41	132.993,44	132.993,44	34.893,97
6.2.2.1.1.01.04.09.029 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO BENS MÓVEIS	338.839,28	250.175,33	250.175,33	88.663,95
6.2.2.1.1.01.04.09.030 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS	293.418,67	245.767,49	245.767,49	47.651,18
6.2.2.1.1.01.04.09.031 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	1.190,00	1.190,00	1.190,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.09.032 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	966.992,91	866.335,15	866.335,15	100.657,76

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

6.2.2.1.1.01.04.09.033 - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	173.542,78	145.894,97	145.894,97	27.647,81
6.2.2.1.1.01.04.09.035 - POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIA INSTITUCIONAL	1.273.963,33	833.720,74	833.720,74	440.242,59
6.2.2.1.1.01.04.09.037 - SERVIÇOS DE INTERNET	1.521.641,07	1.230.921,10	1.230.921,10	290.719,97
6.2.2.1.1.01.04.09.039 - ASSINATURAS	3.000,00	2.866,32	2.866,32	133,68
6.2.2.1.1.01.04.09.044 - IMPRESSOS GRÁFICOS	125.677,79	51.438,10	51.438,10	74.239,69
6.2.2.1.1.01.04.09.045 - CÓPIAS E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS	18.453,85	5.783,06	5.783,06	12.670,79
6.2.2.1.1.01.04.09.047 - INSCRIÇÕES	66.000,00	53.900,00	53.900,00	12.100,00
6.2.2.1.1.01.04.09.048 - SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO	321.129,35	233.906,47	233.906,47	87.222,88
6.2.2.1.1.01.04.09.049 - SERVIÇOS DE TÁXI	20.281,94	12.558,03	12.558,03	7.723,91
6.2.2.1.1.01.04.09.050 - TELEFONIA FIXA	797.727,14	639.332,45	639.332,45	158.394,69
6.2.2.1.1.01.04.09.051 - TELEFONIA MÓVEL	190.646,59	176.528,19	176.528,19	14.118,40
6.2.2.1.1.01.04.09.052 - FESTIVIDADES, CONGRESSOS E EXPOSIÇÕES	209.457,23	168.369,24	168.369,24	41.087,99
6.2.2.1.1.01.04.09.053 - SEGURO DE VIDA DOS ESTAGIÁRIOS	2.227,68	1.529,19	1.529,19	698,49
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	110.000,00	82.078,38	82.078,38	27.921,62
6.2.2.1.1.01.05.01 - TRIBUTOS	110.000,00	82.078,38	82.078,38	27.921,62
6.2.2.1.1.01.05.01.002 - IMPOSTOS E TAXAS	110.000,00	82.078,38	82.078,38	27.921,62
6.2.2.1.1.01.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	1.785.718,21	1.645.937,79	1.645.937,79	139.780,42
6.2.2.1.1.01.06.01 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.055.000,00	1.043.620,20	1.043.620,20	11.379,80
6.2.2.1.1.01.06.02 - INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E REPOSIÇÕES	406.161,00	349.424,10	349.424,10	56.736,90
6.2.2.1.1.01.06.04 - DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	195.000,00	124.306,60	124.306,60	70.693,40
6.2.2.1.1.01.06.16 - ENCARGOS DE PAGAMENTOS EM ATRASO	2.000,00	1.596,61	1.596,61	403,39
6.2.2.1.1.01.06.18 - DESPESA COM MULTAS DE TRÂNSITO	1.000,00	433,09	433,09	566,91
6.2.2.1.1.01.06.20 - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	126.557,21	126.557,19	126.557,19	0,02
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	2.175.700,00	1.559.598,44	1.559.598,44	616.101,56
6.2.2.1.1.01.07.01 - TAXA SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS	590.700,00	70.034,24	70.034,24	520.665,76
6.2.2.1.1.01.07.02 - DESPESAS COM COBRANÇA	1.585.000,00	1.489.564,20	1.489.564,20	95.435,80
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.137.813,88	15.450.756,70	15.450.756,70	687.057,18
6.2.2.1.1.01.08.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.604.641,08	1.917.583,90	1.917.583,90	687.057,18
6.2.2.1.1.01.08.01.003 - CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUDA A ENTIDADES - RES. 1032	2.604.641,08	1.917.583,90	1.917.583,90	687.057,18
6.2.2.1.1.01.08.01.003.001 - REPASSE RECEITA ART	2.604.641,08	1.917.583,90	1.917.583,90	687.057,18
6.2.2.1.1.01.08.03 - DEVOLUÇÃO DE SALDO /CANCELAMENTO DE CONVÊNIOS	13.533.172,80	13.533.172,80	13.533.172,80	0,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	4.584.100,00	3.271.050,70	3.271.050,70	1.313.049,30
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	4.584.100,00	3.271.050,70	3.271.050,70	1.313.049,30
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	3.359.873,45	2.495.690,00	2.495.690,00	864.183,45
6.2.2.1.1.02.01.01.001 - OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO	3.310.627,18	2.495.690,00	2.495.690,00	814.937,18
6.2.2.1.1.02.01.01.002 - REFORMAS	49.246,27	0,00	0,00	49.246,27
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.224.226,55	775.360,70	775.360,70	448.865,85
6.2.2.1.1.02.01.03.001 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	118.595,00	3.263,00	3.263,00	115.332,00
6.2.2.1.1.02.01.03.002 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.105.226,55	771.692,70	771.692,70	333.533,85
6.2.2.1.1.02.01.03.010 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS	405,00	405,00	405,00	0,00
TOTAL:	109.192.559,4	98.309.381,12	98.309.381,12	10.883.178,25

FONTE: SISTEMA IMPLANTA

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS 2018

R\$ 3.271.050,70

OBRAS,
INSTALAÇÕES
E REFORMAS
R\$ 2.495.690,00

EQUIPAMENTOS
E MATERIAIS
PERMANENTES
(Móveis, máquinas e
equipamentos)
R\$ 775.360,70



LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMÓVEIS 2018

LOCAÇÃO DE BENS
MÓVEIS, MÁQUINAS
E EQUIPAMENTOS
R\$ 1.172.176,86

LOCAÇÃO DE
BENS IMÓVEIS
R\$ 1.519.485,24



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
DESPESAS CORRENTES								
1 - DESPESAS DE PESSOAL	39.107.201,20	39.212.165,36	39.107.201,20	38.472.513,15	8.946,00	739.652,21	38.475.043,61	38.472.513,15
SALÁRIOS	19.615.288,71	24.156.446,61	19.615.288,71	24.156.446,61	0,00	0,00	19.615.288,71	24.156.446,61
INSS PATRONAL	5.456.299,67	6.347.685,56	5.456.299,67	5.894.452,51	0,00	453.233,05	5.066.919,37	5.894.452,51
FGTS	4.873.532,42	2.867.073,38	4.873.532,42	2.633.737,11	0,00	233.336,27	4.665.489,69	2.633.737,11
GRATIFICAÇÃO DE NATAL 13º SALÁRIO	1.870.597,25	2.087.099,83	1.870.597,25	2.087.099,83	0,00	0,00	1.870.597,25	2.087.099,83
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	7.291.483,15	3.753.859,98	7.291.483,15	3.700.777,09	8.946,00	53.082,89	7.256.748,59	3.700.777,09
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.626.314,10	48.051.818,22	37.826.684,09	45.791.342,26	2.790.684,01	2.260.476,33	37.824.915,50	45.791.342,26
DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	10.775.679,44	9.100.307,40	9.849.084,27	8.616.177,23	926.595,17	484.130,17	9.847.885,68	8.616.177,23
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	3.213.246,26	3.611.789,29	2.978.867,14	3.324.729,43	234.379,12	287.059,86	2.978.867,14	3.324.729,43
VALE REFEIÇÃO E/OU VALE ALIMENTAÇÃO	4.046.729,36	4.500.184,00	4.046.729,36	4.500.184,00	0,00	0,00	4.046.729,36	4.500.184,00

SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA	3.982.221,80	5.776.108,36	3.756.679,08	5.494.294,60	225.542,72	281.813,76	3.756.679,08	5.494.294,60
SERV. LIMPEZA, CONSERV. E JARDINAGEM	2.598.509,43	2.432.054,89	2.034.519,91	2.211.599,90	563.989,52	220.454,99	2.034.519,91	2.211.599,90
SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	302.208,70	2.894.419,16	276.412,55	2.870.770,54	25.796,15	23.648,99	276.412,55	2.870.770,54
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS	1.267.487,10	1.298.669,06	1.172.176,86	1.181.831,02	95.310,24	116.838,04	1.172.176,86	1.181.831,02
PLANO DE SAÚDE	1.604.822,18	1.681.296,33	1.604.822,18	1.681.296,33	0,00	0,00	1.604.822,18	1.681.296,33
LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.645.647,40	1.643.283,44	1.519.485,24	1.500.358,99	126.162,16	142.924,45	1.519.485,24	1.500.358,99
DIÁRIAS DE CONSELHEIROS	2.527.585,98	1.956.531,84	2.427.117,23	1.956.531,84	100.468,75	0,00	2.427.117,23	1.956.531,84
POSTAGEM DE CORRESPONDÊNCIA INSTIT.	895.213,68	1.385.376,61	833.720,74	1.316.355,16	61.492,94	69.021,45	833.720,74	1.316.355,16
DIÁRIAS DE FUNCIONÁRIOS	1.429.000,00	1.331.908,50	1.252.911,28	1.331.908,50	176.088,72	0,00	1.252.911,28	1.331.908,50
LOCOMOÇÃO DE CONSELHEIROS	1.475.861,70	1.399.759,83	1.474.444,74	1.399.759,83	1.416,96	0,00	1.474.444,74	1.399.759,83
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	966.992,91	942.051,98	866.335,15	836.800,23	100.657,76	105.251,75	866.335,15	836.800,23
SERVIÇOS DE INTERNET	1.354.211,43	1.082.635,36	1.230.921,10	987.084,80	123.290,33	95.550,56	1.230.921,10	987.084,80
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	2.540.896,73	7.015.442,17	2.502.457,26	6.581.659,86	29.493,47	433.782,31	2.501.887,26	6.581.659,86
4 - TRIB. E CONTRIB.; DEMAIS DESP. COR.; SERV. BANCÁRIOS; TRANF. COR.	18.738.371,31	8.522.919,89	18.738.371,31	6.932.972,95	0,00	1.589.946,94	18.738.371,31	6.932.972,95
REPASSE RECEITA ART	1.917.583,90	746.774,98	1.917.583,90	746.774,98	0,00	0,00	1.917.583,90	746.774,98
OUTROS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUDAS A ENTIDADES DE CLASSE	0,00	103.208,20	0,00	103.208,20	0,00	0,00	0,00	103.208,20
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.043.620,20	4.201.432,34	1.043.620,20	2.611.485,40	0,00	1.589.946,94	1.043.620,20	2.611.485,40
DESPESAS COM COBRANÇA	1.489.564,20	2.641.218,30	1.489.564,20	2.641.218,30	0,00	0,00	1.489.564,20	2.641.218,30
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	14.287.603,01	830.286,07	14.287.603,01	830.286,07	0,00	0,00	14.287.603,01	830.286,07
DESPESAS DE CAPITAL								
5 - INVESTIMENTOS	3.633.955,82	3.757.559,08	3.271.050,70	2.967.473,00	362.905,12	790.086,08	3.271.050,70	2.967.473,00
OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO	2.799.916,50	3.304.910,71	2.495.690,00	2.687.332,63	304.226,50	603.376,24	2.495.690,00	2.687.332,63
DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	834.039,32	452.648,37	775.360,70	280.140,37	58.678,62	186.709,84	775.360,70	280.140,37
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	102.105.842,43	99.544.462,55	98.943.307,30	94.164.301,36	3.162.535,13	5.380.161,56	98.309.381,12	94.164.301,36
FONTE: SISTEMA IMPLANTA								

POLÍTICAS DE PAGAMENTOS A ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS - ANO 2018

Em 2018, a Portaria n.º 199, de 30 de novembro de 2017, regulamentou a concessão de passagens, diárias, deslocamentos terrestres, auxílio traslado e indenizações. A Portaria n.º 102, de 28 de fevereiro de 2018, alterou o valor da indenização para R\$ 202,61. Dados referentes a verbas indenizatórias recebidas pelo Conselho de Administração (diárias, indenizações, deslocamento e valores gastos com passagens aéreas) estão disponíveis no **Portal da Transparência do Crea-MG**



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

DIÁRIAS E DESLOCAMENTOS

Os cargos da estrutura básica e de suporte do Crea-MG são honoríficos, ou seja, não são remunerados. Entretanto, para tornar possível a participação dos Conselheiros nas reuniões de trabalho nas Câmaras, nas sessões plenárias e em outras atividades do Conselho, são concedidas diárias e auxílios. Também estão previstos recursos para custeio de participação em eventos organizados por outras instituições, com foco na qualificação e aperfeiçoamento profissional.

A tabela de diárias, auxílio traslado e indenizações apresenta os valores atuais de custeio. Para entender os critérios de concessão e prestação de contas, verifique a Portaria 199/2017 e a Portaria 310/2013, que tratam do tema.

PORTARIA 310/2013

A Portaria 310, de 17 de dezembro de 2013, trata dos critérios para custeio de despesas referentes a deslocamento, diárias e indenizações de conselheiros, inspetores e dirigentes de entidades de classe, quando da sua participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, que não sejam organizados pelo Sistema Confea/Crea/Mútua.



PORTARIA 199/2017

A Portaria 199, de 30 de novembro de 2017, estabelece as regras para concessão de passagens, diárias, deslocamento terrestre, auxílio traslado e indenização.



O aporte realizado pelo Crea-MG com essas despesas pode ser conferido no site.
Os relatórios são mensais.

TABELA DE DIÁRIAS, AUXÍLIO TRANSLADO E INDENIZAÇÕES

CARGO/FUNÇÃO	NACIONAL	INTERNACIONAL
Presidente do Confea, presidentes de Creas, diretor-presidente da Mútua, conselheiros federais titulares e suplentes, conselheiros regionais	R\$ 406,70	US\$ 460,00
Empregados do Confea, empregados dos Creas, empregados da Mútua, colaborador eventual com ou sem vínculo com o Sistema Confea/Crea, membros do Colégio de Entidades Nacionais (CDEN), especialistas pertencentes a grupos de trabalhos (GTs), comissões temáticas e outros.	R\$ 224,20	US\$ 370,00
Espécie Auxílio Traslado – AT	R\$ 95,00	
Espécie Deslocamento Terrestre – DT*	R\$ 1,05 (jan/2018) R\$ 1,23 (dez/2018)	
*valor variável mensalmente, nos termos da Portaria 199/2017		
Indenização	R\$ 202,61	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

5.1.5. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O Crea-MG estabelece parcerias com entidades outras – públicas e privadas – por meio de instrumentos jurídicos próprios, para a realização de projetos ou para a implementação de ações que, de alguma forma, preservem ou garantam interesses sociais e humanos, bem como que promovam a valorização profissional, o desenvolvimento sustentável e a excelência do exercício e das atividades profissionais. Ditas parcerias poderão ou não abarcar repasses de recursos entre os contratantes, e observam aos princípios que regem os atos administrativos, bem como as normas às quais aquelas avenças encontram-se subordinadas. Os beneficiários das transferências e o acesso às demais informações, detalhadas, sobre os objetos executados e prestação de contas podem ser consultados através do Portal da Transparência (Crea-MG):

Este subitem objetiva informar sobre as características das transferências, voluntárias, de recursos do Crea-MG a outros órgãos e entidades, para a execução descentralizada de ações ou atividades relacionadas ao seu âmbito de atuação.



No dia 12 de julho de 2018, foi divulgado o resultado final do **Chamamento Público de 2018**. No total, 24 projetos, apresentados por 19 entidades de classe registradas no Conselho receberão R\$ 1.056.580,42 para realizar seminários, ciclo de palestras, trabalhos de valorização profissional, publicação de revistas, dentre outras ações. Busca-se incentivar e apoiar entidades de classe na elaboração de projetos e ações, consideradas estratégicas pela gestão, que valorizem as atividades do Sistema Confea/Crea. O Chamamento Público, ademais, é uma das formas de o Crea-MG fortalecer as entidades que compõem a base do Conselho.

Os projetos aprovados atendem ao objetivo de incentivar o aperfeiçoamento das profissões da área tecnológica, o fortalecimento das ações de fiscalização do Conselho, a divulgação do Código de Ética Profissional e da legislação da área, além da conscientização sobre a importância do registro profissional e da ART e acervo técnico.

O edital está de acordo com a Lei n.º 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo transferências de recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação.

As prestações de contas são analisadas pela Controladoria do Crea-MG, que, num processo de avaliação das parcerias, verifica o cumprimento dos objetos propostos nos planos de trabalho e o alcance das metas e dos resultados previstos, segundo os princípios da transparência, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

O valor máximo repassado para a execução de cada projeto é de 70 mil reais, com limite de dois projetos por entidade.



CHAMAMENTO PÚBLICO 2018

24 PROJETOS CONTEMPLADOS

19 ENTIDADES

R\$ 1.056.580,42

a serem repassados



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

5.1.6. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A Programação Orçamentária e Financeira é submetida ao Plenário do Crea-MG, que, por sua vez, detém a competência para apreciá-la e julgá-la, bem como para sugerir eventuais revisões. Uma vez aprovada, a programação é acompanhada e controlada por toda a governança do Crea-MG e, em especial, pela Comissão de Orçamento e Tomada de Contas (COTC – Crea-MG). Esta é competente para acompanhar a execução orçamentária e apreciar todos os temas de caráter econômico e financeiro da autarquia – inclusive com acesso a todos os processos e informações pertinentes. A COTC deliberará sobre a proposta orçamentária anual; a prestação de contas do Crea-MG; a transposição ou suplementação de verbas, e encaminhará as suas decisões para a apreciação do Plenário, conforme previsto nos artigos 152 e 153 do Regimento Interno do Crea-MG.

As contas são, trimestralmente, analisadas – primeiramente pela COTC e, ato contínuo, submetidas à apreciação e julgamento pelo Plenário. A COTC e o Plenário estão regimentalmente autorizados a aprovar ou rejeitar as contas do Crea-MG.

Esta subseção objetiva demonstrar os resultados obtidos, pelo Crea-MG, na condução da gestão financeira, vale dizer, as informações relevantes sobre o fluxo financeiro – de forma a demonstrar a compatibilidade e o sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO A PAGAR
2017	5.380.161,19	4.895.992,99	484.168,20	0,00
2016	5.937.826,83	3.376.796,87	2.561.029,96	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO A PAGAR
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SISCONT.NET - IMPLANTA



De acordo com o Volume V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extraorçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de restos a pagar não-processados e dos desembolsos extraorçamentários, bem como dos desembolsos da despesa de capital.

A Demonstração do Fluxo de Caixa de 2018 está assim evidenciada:

INGRESSOS

Receita Orçamentária	R\$ 98.419.512,30
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 81.293.942,89

DESEMBOLSOS

Despesa Orçamentária	R\$ 95.038.330,42
Desembolsos Extraorçamentários	R\$ 87.129.162,62
Apuração do Fluxo de Caixa no Período	R\$ -2.454.037,85



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

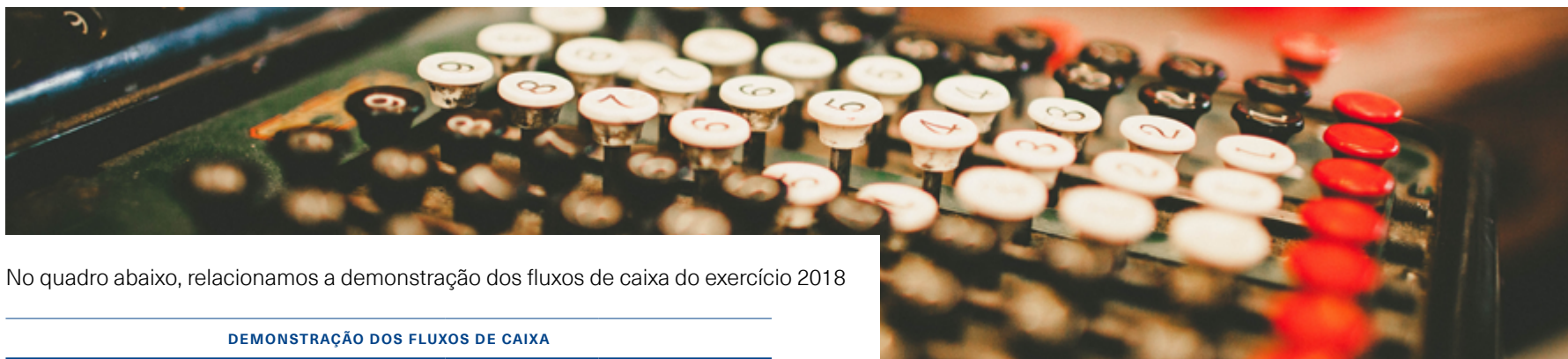
 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**



No quadro abaixo, relacionamos a demonstração dos fluxos de caixa do exercício 2018

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	98.419.512,30	107.461.917,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	35.181.515,65	32.423.632,75
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	35.181.515,65	32.423.632,75
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	35.181.515,65	32.423.632,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	53.748.465,13	52.241.296,00
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	34.868.123,40	34.416.752,93
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	29.330.208,38	29.753.651,76
NÍVEL MÉDIO - ATUAL	3.147.214,75	0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.537.915,02	4.663.101,17
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	18.880.341,73	17.824.543,07
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	16.499.089,22	16.346.749,90
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.381.252,51	1.477.793,17
RECEITA PATRIMONIAL	67.503,34	60.650,72
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	67.503,34	60.650,72
RECEITA DE SERVIÇOS	3.092.841,05	2.994.619,58
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	2.676.714,30	2.653.028,17
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	91.073,91	89.531,46
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	213.353,86	204.510,88
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	111.698,98	47.549,07
FINANCEIRAS	1.665.686,72	1.844.967,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.665.686,72	1.844.967,28
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.665.686,72	1.844.967,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	147.064,14	14.782.298,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.516.436,27	3.114.452,60
DÍVIDA ATIVA	1.428.600,18	1.813.045,85

MULTAS DE INFRAÇÕES	916.578,56	846.045,48
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.171.257,53	455.361,27
OUTROS INGRESSOS	81.293.942,89	60.727.232,61
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	95.038.330,42	91.196.828,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.535.628,74	29.705.015,48
ENCARGOS PATRONAIS	9.939.414,87	8.767.497,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.563.286,81	52.724.315,21
OUTROS DESEMBOLSOS	87.129.162,62	62.340.247,59
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-2.454.037,85	14.652.074,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	140.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	140.000,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	3.271.050,70	2.967.473,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.271.050,70	-2.827.473,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
0,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS		
0,00	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-5.725.088,55	11.824.601,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	18.528.928,54	6.704.327,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	12.803.839,99	18.528.928,54
FONTE: SISTEMA IMPLANTA		



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2018

INGRESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
RECEITA CORRENTE	31.032.252,89	8.458.861,86	8.345.821,13	9.070.683,36	5.505.695,29	6.697.411,23	6.889.953,08	5.405.806,59	2.172.049,64	5.434.972,42	4.847.943,71	4.558.061,10	98.419.512,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.617.076,05	2.460.364,28	3.056.116,83	3.007.740,84	3.014.857,83	2.956.464,13	3.112.164,33	3.289.831,59	2.804.028,94	3.189.847,64	2.968.128,39	2.704.894,80	35.181.515,65
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	2.617.076,05	2.460.364,28	3.056.116,83	3.007.740,84	3.014.857,83	2.956.464,13	3.112.164,33	3.289.831,59	2.804.028,94	3.189.847,64	2.968.128,39	2.704.894,80	35.181.515,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.726.300,52	5.394.094,06	4.568.682,60	5.347.126,85	1.901.786,42	1.653.830,15	3.096.556,66	1.387.052,06	-1.176.303,52	1.500.667,65	1.399.438,20	949.233,48	53.748.465,13
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	17.196.173,55	3.903.870,07	3.093.722,77	3.895.768,28	1.306.560,93	1.167.948,34	2.077.070,47	950.608,52	-1.396.825,20	987.601,26	945.437,06	740.187,35	34.868.123,40
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	10.530.126,97	1.490.223,99	1.474.959,83	1.451.358,57	595.225,49	485.881,81	1.019.486,19	436.443,54	220.521,68	513.066,39	454.001,14	209.046,13	18.880.341,73
RECEITA PATRIMONIAL	5107,62	5.107,62	5.107,62	0	10.215,24	5.107,62	5.107,62	7.937,50	7.937,50	7.937,50	7.937,50	0,00	67.503,34
RECEITA DE SERVIÇOS	269.901,55	297.311,62	313.703,55	300.046,01	234.620,43	336.874,41	264.479,63	306.352,27	231.301,86	222.525,05	181.082,86	134.641,81	3.092.841,05
FINANCEIRAS	76.724,45	130.005,15	186.682,96	185.470,90	173.586,50	174.246,01	174.173,34	173.534,70	132.603,20	130.908,13	68.321,86	59.429,52	1.665.686,72
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	76.724,45	130.005,15	186.682,96	185.470,90	173.586,50	174.246,01	174.173,34	173.534,70	132.603,20	130.908,13	68.321,86	59.429,52	1.665.686,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101.064,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.064,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	236.078,56	171.979,13	215.527,57	230.298,76	170.628,87	1.570.888,91	191.471,50	241.098,47	172.481,66	383.086,45	223.034,90	709.861,49	4.516.436,27
DÍVIDA ATIVA	98.014,60	69.332,45	82.043,82	98.294,92	57.104,17	59.648,97	76.573,46	99.823,15	69.967,36	79.217,28	109.748,29	528.831,71	1.428.600,18
MULTAS DE INFRAÇÕES	53.243,15	76.834,83	69.014,25	90.051,14	83.350,08	45.823,80	89.249,68	101.433,20	32.348,74	93.577,95	83.551,99	98.099,75	916.578,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	84.820,81	25.811,85	64.469,50	41.952,70	30.174,62	1.465.416,14	25.648,36	39.842,12	70.165,56	210.291,22	29.734,62	82.930,03	2.171.257,53
DESEMBOLSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DESPESA CORRENTE	2.048.432,29	6.507.625,64	6.893.771,33	10.705.074,28	7.368.859,46	6.955.467,06	6.558.473,82	8.957.234,35	6.024.593,37	5.951.261,23	19.205.338,74	7.862.198,85	95.038.330,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.173.000,27	2.766.773,23	3.613.434,93	5.547.733,36	3.211.716,94	2.979.601,09	2.866.126,85	4.380.879,43	3.274.572,38	2.316.560,25	2.675.436,14	3.669.208,74	38.475.043,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	583.142,15	3.209.522,23	2.983.912,59	4.482.925,88	3.922.992,78	3.631.369,26	3.396.185,03	3.666.856,43	2.439.168,10	3.353.865,72	2.340.214,11	3.814.761,22	37.824.915,50
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	7.506,85	2.126,87	14.418,46	33.594,90	5.306,47	5.025,49	10.621,36	2.369,08	141,64	638,55	183,89	144,82	82.078,38
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	18.059,19	85.361,19	49.444,09	58.117,36	64.778,51	32.647,86	136.578,95	524.928,01	145.762,62	46.153,53	358.891,17	125.215,31	1.645.937,79
SERVIÇOS BANCÁRIOS	239.228,83	126.844,12	140.721,26	144.776,26	119.168,26	112.858,56	124.401,63	121.490,66	100.048,63	117.138,18	111.583,29	101.338,76	1.559.598,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.495,00	316.998,00	91.840,00	437.926,52	44.896,50	193.964,80	24.560,00	260.710,74	64.900,00	116.905,00	13.719.030,14	151.530,00	15.450.756,70
DESPESAS DE CAPITAL		169.438,03	196.812,05	289.050,22	114.096,31	218.221,53	364.290,76	202.463,31	219.265,05	2.044,40	234.504,51	1.260.864,53	3.271.050,70
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	4.272.088,43	524.212,20	99.560,42	0,00	131,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.895.992,99
FONTE: SISCONT.NET - IMPLANTA													

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**



5.1.7. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Esta seção objetiva demonstrar as informações relativas a procedimentos e práticas adotadas, pelo Crea-MG, para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e, também, para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, na NBC T 16.9.

METODOLOGIA ADOTADA PARA ESTIMAR A VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO ATIVO:

O Crea-MG iniciou a depreciação dos bens móveis e imóveis a partir de 01/01/2016, em atendimento aos critérios mencionados pela NBC T 16.9 e aprovados pela Resolução CFC n.º 1.136/08.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO:

Os critérios utilizados na depreciação dos bens móveis foram:

- I. habilitação do Sistema Informatizado de Registro de Patrimônio para a depreciação automática de todos os itens móveis;
- II. fora adotado o método linear de depreciação, com a utilização do valor residual/revenda de 10% e vida útil de 10 anos; a taxa mensal de depreciação fora fixada em 0,83333% mensal;
- III. a primeira depreciação fora contabilizada no dia 1º/01/2016 – e delimitada ao período de 25/01/1994 a 1º/01/2016 –, exibindo itens que já ultrapassaram o período de vida útil e ainda não sofreram depreciação, pois é o primeiro lançamento da depreciação dos bens móveis.
- IV. a depreciação está atualizada até o dia 31/12/2018.

Os critérios utilizados na depreciação dos bens imóveis foram:

- I. habilitação do Sistema Informatizado de Registro de Patrimônio para depreciação automática de todos os itens imóveis;
- II. fora adotado o método linear de depreciação, com a utilização do valor residual/revenda de 10% e vida útil de 25 anos; a taxa mensal de depreciação fora fixada em 0,33333% mensal;
- III. a primeira depreciação fora contabilizada no dia 1º/01/2016 – e delimitada ao período de 25/01/1994 a 1º/01/2016 –, exibindo itens que já ultrapassaram o período de vida útil e ainda não sofreram depreciação, pois é o primeiro lançamento da depreciação dos bens imóveis.
- IV. a depreciação está atualizada até 31/12/2018.

O IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS CONTIDOS NA NBC T 16.9 SOBRE O RESULTADO APURADO PELA UPC NO EXERCÍCIO.

Os saldos patrimoniais em 31/12/2018 são:

- I. Bens Móveis: R\$ 7.834.404,45 – depreciação acumulada: R\$ 173.001,98;
- II. Bens Imóveis: R\$ 66.262.522,13 – depreciação acumulada: R\$ 15.418.093,81.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

5.1.8. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS VIGENTE NO EXERCÍCIO 2018, NO ÂMBITO DA UNIDADE

Esta subseção objetiva informar acerca do estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação deste Conselho Regional, especialmente aqueles decorrentes da execução de seus objetivos estratégicos.

O Crea-MG utiliza o sistema Implanta Informática. Este sistema foi adquirido através de processo licitatório e trabalha de forma integrada com os processos de Compras, Contratos, Almoxarifado, Patrimonial, Orçamentário, Empenhos, Pagamentos, Contábil e Autorizações de Viagens. O sistema Implanta é voltado para Conselhos Profissionais, tendo, conforme informação no site www.implantainfo.com.br, mais de 400 Conselhos como clientes. Como o sistema trabalha de forma integrada, todas as fases administrativas estão interligadas – desde o momento das coletas de orçamentos, até a aprovação da compra, pré-empenhos, empenhos, ordem de serviço/compras, entrega dos produtos, liquidação e contábil. Com esta integração, alcançamos um processo refinado de apuração de custos, pois o sistema permite a estruturação de centros de custos em diversos níveis. Ademais, o Implanta detém vários relatórios para acompanhamento da execução orçamentária, v.g. participação de cada centro de custo nas despesas totais.

O Crea-MG detém estrutura financeira de arrecadação centralizada na sede, embora as despesas sejam lançadas por centros de custos – que são separados por Gerências em sua Sede e por localidades, no caso de Regionais, Inspetorias e Escritórios de Representação.

Na estrutura organizacional, para além da Diretoria Administrativa e Financeira, há a Superintendência de Planejamento, Gestão e Tecnologia, a Gerência Administrativa e Financeira e a Supervisão Administrativa e Financeira, as quais acompanham e gerenciam as despesas do Conselho.

5.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O conteúdo desta seção traz informações sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício 2018 e obrigatórias para a unidade, sob a égide da Lei n.º 4.320/1964, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demonstrações que compõem o Balanço Patrimonial do Crea-MG são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/1964, pois toda unidade prestadora de contas deverá elaborar as próprias demonstrações contábeis em consonância com as normas às quais submete, para fins de comunicação da situação financeira, patrimonial e orçamentária.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

5.2.1. BALANÇO FINANCEIRO E PATRIMONIAL

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	98.419.512,30	107.601.917,40	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	102.105.842,43	99.544.462,55
RECEITA REALIZADA	98.419.512,30	107.601.917,40	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	633.926,18	0,00
RECEITA CORRENTE	98.419.512,30	107.461.917,40	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.162.535,13	5.380.161,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	35.181.515,65	32.423.632,75	CRÉDITO EMPENHADO - PAGO	98.309.381,12	94.164.301,36
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	35.181.515,65	32.423.632,75	DESPESA CORRENTE	95.038.330,42	91.196.828,36
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	35.181.515,65	32.423.632,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.535.628,74	29.705.015,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	53.748.465,13	52.241.296,00	ENCARGOS PATRONAIS	9.939.414,87	8.767.497,67
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	34.868.123,40	34.416.752,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.563.286,81	52.724.315,21
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	29.330.208,38	29.753.651,76	DESPESA DE CAPITAL	3.271.050,70	2.967.473,00
NÍVEL MÉDIO - ATUAL	3.147.214,75	0,00	INVESTIMENTOS	3.271.050,70	2.967.473,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.537.915,02	4.663.101,17		0,00	0,00
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	18.880.341,73	17.824.543,07		0,00	0,00
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	16.499.089,22	16.346.749,90		0,00	0,00
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.381.252,51	1.477.793,17		0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	67.503,34	60.650,72		0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	67.503,34	60.650,72		0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.092.841,05	2.994.619,58		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	2.676.714,30	2.653.028,17		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	91.073,91	89.531,46		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	213.353,86	204.510,88		0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	111.698,98	47.549,07		0,00	0,00
FINANCEIRAS	1.665.686,72	1.844.967,28		0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.665.686,72	1.844.967,28		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.665.686,72	1.844.967,28		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	147.064,14	14.782.298,47		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.516.436,27	3.114.452,60		0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA	1.428.600,18	1.813.045,85		0,00	0,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	916.578,56	846.045,48		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.171.257,53	455.361,27		0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	140.000,00		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	140.000,00		0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	140.000,00		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	84.609.447,07	65.609.321,11	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	86.295.386,80	62.294.548,30
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.162.535,13	5.380.161,19	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.895.992,99	3.376.796,87
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	633.926,18	0,00	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.323.578,83	1.557.177,52	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.321.330,09	1.675.030,45
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	79.489.406,93	58.671.982,40	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	80.078.063,72	57.242.720,98
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.600.415,88	7.228.188,22	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	13.228.146,02	18.600.415,88
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	18.528.928,54	6.704.327,48	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	12.803.839,99	18.528.928,54
DEPÓSITOS. REST. VLRS VINCULADOS	71.487,34	523.860,74	DEPÓSITOS. REST. VLRS VINCULADOS	424.306,03	71.487,34
TOTAL:	201629375,3	180439426,7		201629375,3	180439426,7

FONTE: SISTEMA IMPLANTA

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	208.045.983,04	PASSIVO CIRCULANTE	15.442.631,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.803.839,99	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.601.051,22
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	194.458.955,61	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	194.458.955,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	663.665,83	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	623.692,78
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	273.218,65
ESTOQUES	119.521,61	PROVISÕES A CURTO PRAZO	10.737.220,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	207.448,29
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	124.547.773,03	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	66.041.942,24	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	66.041.942,24	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	58.505.830,79	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	7.834.404,45	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	66.262.522,13	RESULTADO DIFERIDO	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	15.591.095,79C		0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	15.442.631,11
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
		DEMAIS RESERVAS	0,00
		RESULTADOS ACUMULADOS	317.151.124,96
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	317.151.124,96
TOTAL	332.593.756,07	TOTAL	332.593.756,07
ATIVO FINANCEIRO	13.467.505,82	PASSIVO FINANCEIRO	4.721.293,32
ATIVO PERMANENTE	319.126.250,25	PASSIVO PERMANENTE	13.883.872,92
SALDO PATRIMONIAL			313.988.589,83

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
SALDO DO ATOS POTENCIAIS ATIVOS		SALDO DO ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS	0,00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO	0,00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SUPERÁVIT FINANCEIRO	8.746.212,50	11.948.359,37
FONTE: SISTEMA IMPLANTA		

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

5.2.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o artigo 104 da Lei n.º 4.320/1964. O Crea-MG apresentou, no exercício de 2018, um superávit patrimonial no valor de R\$ 161.934.765,56 (cento e sessenta e um milhões, novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). A composição do superávit patrimonial, em 31/12/2018, é a seguinte:

a) Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) R\$ 279.363.418,37	b) (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) R\$ 117.428.652,81	c) (=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/2018 R\$ 161.934.765,56
---	--	--

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2018 foi realizado com base no regime de competência das receitas e despesas, escrituradas no sistema patrimonial.

A Demonstração das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, detalhada, segue abaixo:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	279.363.418,37	145.151.829,47	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	117.428.652,81	97.750.663,34
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	35.181.515,65	32.423.632,75	PESSOAL E ENCARGOS	47.488.406,54	46.406.766,56
TAXAS	35.181.515,65	32.423.632,75	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	24.963.712,01	30.080.801,74
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	35.181.515,65	32.423.632,75	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	24.963.712,01	30.080.801,74
CONTRIBUIÇÕES	232.479.709,42	67.791.248,20	ENCARGOS PATRONAIS	11.688.771,21	9.092.444,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	232.479.709,42	67.791.248,20	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	11.688.771,21	9.092.444,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	232.479.709,42	67.791.248,20	BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.047.542,65	6.559.370,26
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.160.344,39	3.055.103,46	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	6.047.542,65	6.559.370,26
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.160.344,39	3.055.103,46	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	4.788.380,67	674.150,02
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.160.344,39	3.055.103,46	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.788.380,67	674.150,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.665.686,72	1.844.967,28	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	38.841.704,16	44.363.501,72
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.665.686,72	1.844.967,28	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	759.211,02	906.574,02
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.665.686,72	1.844.967,28	CONSUMO DE MATERIAL	759.211,02	906.574,02
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	147.064,14	14.782.298,47	SERVIÇOS	33.073.135,26	41.049.470,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	147.064,14	14.782.298,47	DIARIAS	3.945.012,72	3.742.829,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	147.064,14	14.782.298,47	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	2.619.357,49	2.631.183,40



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	180.747,30	672.333,33	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	26.508.765,05	34.675.457,99
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	180.747,30	532.333,33	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	5.009.357,88	2.407.456,89
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	180.747,30	532.333,33	DEPRECIAÇÃO	5.009.357,88	2.407.456,89
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	140.000,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.559.598,44	2.920.187,38
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	140.000,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.559.598,44	2.920.187,38
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.548.350,75	24.582.245,98	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.559.598,44	2.920.187,38
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.548.350,75	24.582.245,98	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	15.450.756,70	867.983,18
MULTAS ADMINISTRATIVAS	916.578,56	846.045,48	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.533.172,80	0,00
INDENIZAÇÕES	2.171.272,59	454.458,58	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.533.172,80	0,00
DÍVIDA ATIVA	3.459.870,12	23.281.741,92	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.917.583,90	867.983,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	629,48	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.917.583,90	867.983,18
	0,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	23.991,05	20.334,10
	0,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	23.991,05	20.334,10
	0,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	23.991,05	20.334,10
	0,00	0,00	TRIBUTÁRIAS	82.078,38	83.444,89
	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	82.078,38	83.444,89
	0,00	0,00	IMPOSTOS	82.078,38	83.444,89
	0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.982.117,54	3.088.445,51
	0,00	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.982.117,54	3.088.445,51
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	13.982.117,54	3.088.445,51
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	279363418,4	145151829,5	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	117428652,8	97750663,34
RESULTADO PATRIMONIAL					
DÉFICIT DO EXERCÍCIO			SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	161934765,6	47401166,13
TOTAL	279363418,4	145151829,5	TOTAL	279363418,4	145151829,5

FONTE: SISTEMA IMPLANTA

5.2.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2018 foi de déficit de R\$ 3.686.330,13 (três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta reais e treze centavos), conforme demonstramos abaixo:

a)	b)	c)
Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/2018	(-) Crédito Empenhado até 31/12/2018	(=) Déficit Orçamentário apurado em 31/12/2018
R\$ 98.419.512,30	R\$ 102.105.842,43	R\$ 3.686.330,13

O Crea-MG apurou, em 31/12/2018, superávit primário no valor de R\$ 3.381.181,88 (três milhões, trezentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstramos abaixo:

a)	b)	c)
Receita Corrente	(-) Despesa Corrente	(=) Superávit Primário apurado em 31/12/18
R\$ 98.419.512,30	R\$ 95.038.330,42	R\$ 3.381.181,88



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

O Balanço Orçamentário, detalhado, segue abaixo:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	97.619.400,00	97.174.200,00	97.619.400,00	97.174.200,00	98.419.512,30	1.245.312,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.680.000,00	32.680.000,00	32.680.000,00	32.680.000,00	35.181.515,65	2.501.515,65
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	32.680.000,00	32.680.000,00	32.680.000,00	32.680.000,00	35.181.515,65	2.501.515,65
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	32.680.000,00	32.680.000,00	32.680.000,00	32.680.000,00	35.181.515,65	2.501.515,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	54.484.000,00	54.038.800,00	54.484.000,00	54.038.800,00	53.748.465,13	-290.334,87
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	36.041.000,00	34.903.497,72	36.041.000,00	34.903.497,72	34.868.123,40	-35.374,32
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	33.263.000,00	30.773.274,83	33.263.000,00	30.773.274,83	29.330.208,38	-1.443.066,45
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.778.000,00	4.130.222,89	2.778.000,00	4.130.222,89	5.537.915,02	1.407.692,13
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	18.443.000,00	19.135.302,28	18.443.000,00	19.135.302,28	18.880.341,73	-254.960,55
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	17.395.000,00	17.395.000,00	17.395.000,00	17.395.000,00	16.499.089,22	-895.910,78
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.048.000,00	1.740.302,28	1.048.000,00	1.740.302,28	2.381.252,51	640.950,23
RECEITA PATRIMONIAL	63.200,00	63.200,00	63.200,00	63.200,00	67.503,34	4.303,34
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	63.200,00	63.200,00	63.200,00	63.200,00	67.503,34	4.303,34
RECEITA DE SERVIÇOS	2.995.000,00	2.995.000,00	2.995.000,00	2.995.000,00	3.092.841,05	97.841,05
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	2.680.000,00	2.680.000,00	2.680.000,00	2.680.000,00	2.676.714,30	-3.285,70
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	100.500,00	100.500,00	100.500,00	100.500,00	91.073,91	-9.426,09
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	194.500,00	194.500,00	194.500,00	194.500,00	213.353,86	18.853,86
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	111.698,98	91.698,98
FINANCEIRAS	2.075.000,00	2.075.000,00	2.075.000,00	2.075.000,00	1.665.686,72	-409.313,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.075.000,00	2.075.000,00	2.075.000,00	2.075.000,00	1.665.686,72	-409.313,28
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.075.000,00	2.075.000,00	2.075.000,00	2.075.000,00	1.665.686,72	-409.313,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	147.064,14	-552.935,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.622.200,00	4.622.200,00	4.622.200,00	4.622.200,00	4.516.436,27	-105.763,73
DÍVIDA ATIVA	3.275.000,00	1.775.000,00	3.275.000,00	1.775.000,00	1.428.600,18	-346.399,82
MULTAS DE INFRAÇÕES	923.000,00	923.000,00	923.000,00	923.000,00	916.578,56	-6.421,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	424.200,00	1.924.200,00	424.200,00	1.924.200,00	2.171.257,53	247.057,53
RECEITA DE CAPITAL	70.000,00	12.018.359,37	70.000,00	12.018.359,37	0,00	-12.018.359,37
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	11.948.359,37	0,00	11.948.359,37	0,00	-11.948.359,37
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	97.689.400,00	109.192.559,37	97.689.400,00	109.192.559,37	98.419.512,30	-10.773.047,07
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00	3.686.330,13	3.686.330,13
TOTAL	97.689.400,00	109.192.559,37	97.689.400,00	109.192.559,37	102.105.842,43	-7.086.716,94



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	87.812.506,00	104.608.459,37	98.471.886,61	95.672.256,60	95.038.330,42	6.136.572,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.858.300,00	39.824.556,58	39.107.201,20	39.107.201,20	38.475.043,61	717.355,38
REMUNERAÇÃO PESSOAL	29.762.800,00	28.706.624,16	28.535.628,74	28.535.628,74	28.535.628,74	170.995,42
ENCARGOS PATRONAIS	9.095.500,00	11.117.932,42	10.571.572,46	10.571.572,46	9.939.414,87	546.359,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.345.506,00	44.574.670,70	40.626.314,10	37.826.684,09	37.824.915,50	3.948.356,60
BENEFÍCIOS A PESSOAL	7.174.800,00	6.229.612,27	6.046.789,73	6.037.843,73	6.037.843,73	182.822,54
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	10.000,00	10.000,00	9.012,64	9.012,64	9.012,64	987,36
USO DE BENS E SERVIÇOS	2.022.600,00	1.720.388,29	1.705.415,20	1.676.948,02	1.676.378,02	14.973,09
DIÁRIAS	3.838.100,00	4.556.894,59	4.221.570,19	3.945.012,72	3.945.012,72	335.324,40
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1.755.500,00	1.919.053,93	1.642.108,19	1.639.664,94	1.639.664,94	276.945,74
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	28.544.506,00	30.138.721,62	27.001.418,15	24.518.202,04	24.517.003,45	3.137.303,47
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	90.000,00	110.000,00	82.078,38	82.078,38	82.078,38	27.921,62
TRIBUTOS	90.000,00	110.000,00	82.078,38	82.078,38	82.078,38	27.921,62
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	1.793.000,00	1.785.718,21	1.645.937,79	1.645.937,79	1.645.937,79	139.780,42
SERVIÇOS BANCÁRIOS	2.025.700,00	2.175.700,00	1.559.598,44	1.559.598,44	1.559.598,44	616.101,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.700.000,00	16.137.813,88	15.450.756,70	15.450.756,70	15.450.756,70	687.057,18
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.700.000,00	2.604.641,08	1.917.583,90	1.917.583,90	1.917.583,90	687.057,18
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	8.900.000,00	4.584.100,00	3.633.955,82	3.271.050,70	3.271.050,70	950.144,18
INVESTIMENTOS	8.900.000,00	4.584.100,00	3.633.955,82	3.271.050,70	3.271.050,70	950.144,18
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	8.600.000,00	3.359.873,45	2.799.916,50	2.495.690,00	2.495.690,00	559.956,95
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	300.000,00	1.224.226,55	834.039,32	775.360,70	775.360,70	390.187,23
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	976.894,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	97.689.400,00	109.192.559,37	102.105.842,43	98.943.307,30	98.309.381,12	7.086.716,94
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	97.689.400,00	109.192.559,37	102.105.842,43	98.943.307,30	98.309.381,12	7.086.716,94
FONTE: SISTEMA IMPLANTA						

5.2.4. NOTAS EXPLICATIVAS INCLUINDO A DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.2.4.1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG, é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público.

O Crea-MG exerce o papel institucional de primeira e segunda instância, verifica, orienta e fiscaliza o exercício profissional com a missão de defender a sociedade da prática ilegal das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, visando a ser reconhecido pelos profissionais do Sistema e pela sociedade como instituição de excelência por sua atuação ágil, íntegra e eficaz, através de um excelente atendimento aos profissionais e a sociedade, partici-

pação e comprometimento com os resultados organizacionais e de capacitação técnica.

5.2.4.2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e às Normas de Contabilidade constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, aprovado pelas Portarias n.º 406 e 407, de 20 de junho de 2011 da Secretaria do Tesouro Nacional.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

ATIVO CIRCULANTE

Compreende as contas representativas de disponibilidades, isto é, caixa, bancos e as contas representativas de créditos do Conselho, compostos em sua maioria pelo créditos realizáveis até o término do exercício seguinte.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Compreendem os valores em bancos que representam recursos financeiros com livre movimentação e aplicados em ativos com liquidez imediata.

Valores em R\$

DESCRIÇÃO	2017	2018	VARIAÇÃO
BANCOS C/MOVIMENTO	1.058.697,92	692.884,40	(65.813,52)
BANCOS C/ARRECAÇÃO	1.549.908,92	1.165.643,46	(384.265,46)
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	15.920.321,70	10.945.312,13	(4.975.009,57)
TOTAL	18.528.928,54	12.803.839,99	(5.725.088,55)

b) Bloqueios Judiciais - Compreendem os valores que estão bloqueados judicialmente nas contas bancárias do Crea-MG e os valores já transferidos para contas judiciais mantidas no ativo até o desfecho judicial de ganho ou perda.

Valores em R\$

DESCRIÇÃO	2017	2018	VARIAÇÃO
BLOQUEIOS JUDICIAIS	44.870,27	322.801,15	277.930,88
DEP. CONTA JUDICIAL	26.617,07	101.504,88	74.887,81
TOTAL	71.487,34	424.306,03	352.818,69

c) Estoques - o saldo da conta material de consumo (almoxarifado) encerrou o exercício em R\$ 119.521,61, conforme quadro abaixo:

Valores em R\$

DESCRIÇÃO	2017	2018	VARIAÇÃO
MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.104,23	2.027,83	(1.076,40)
FORMULÁRIO CONTÍNUO	2.093,59	1.890,98	(202,61)
FORMULÁRIOS PLANOS	38.585,10	32.499,51	(6.085,59)
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	4.910,06	4.289,91	(620,15)
LÂMPADAS	46.025,26	62.284,02	16.258,76
OUTROS MATERIAIS	17.129,42	16.529,36	(600,06)
TOTAL	111.847,65	119.521,61	
SALDO CONTÁBIL	111.847,65	119.521,61	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante do Crea-MG é composto de Dívida Ativa a receber. Segue o quadro demonstrativo das inscrições e recebimentos:

DESCRIÇÃO	2017	RECEB. 2018	SALDO	INSC. 2018	SALDO 31/12/2018
INSCRIÇÕES ANUIDADES					
INSC. AUTO DE INFRAÇÃO	64.010.672,30	1.428.600,18	62.582.072,12	3.459.870,12	66.041.942,24

**IMOBILIZADO**

Bens Móveis – os bens móveis são registrados pelo custo de aquisição. O saldo, em 31/12/2018, é de **R\$ 7.834.404,45**, com a depreciação acumulada de **R\$ 173.001,98**.

DESCRIÇÃO	2017	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	2018
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.511.057,01	771.912,70	22.054,60	4.260.915,11
VEÍCULOS	38.481,99			38.481,99
EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.512.345,35		2.401.813,88	110.531,47
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.969.794,94	172.288,00		2.142.082,94
BIBLIOTECA	11.718,32			11.718,32
MOBILIÁRIO EM GERAL	1.102.244,03	3.435,80	2.169,25	1.103.510,58
EQUIPAMENTO DIVERSOS	164.683,34	405,00		165.088,34
OUTROS BENS MÓVEIS	2.075,70			2.075,70
TOTAL	9.312.400,68	948.041,50	2.426.037,73	7.834.404,45

TABELA DE DEPRECIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10 ANOS	10%
VEÍCULOS	10 ANOS	10%
BIBLIOTECA	10 ANOS	10%
MOBILIÁRIO EM GERAL	10 ANOS	10%
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 ANOS	10%
OUTROS BENS MÓVEIS	10 ANOS	10%



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

Bens Imóveis – os bens imóveis são registrados pelo custo de aquisição. O saldo, em 31/12/2018, é de **R\$ 66.262.522,13**, com a depreciação acumulada de **R\$ 15.418.093,81**.

PASSIVO FINANCEIRO

Restos a Pagar - No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão dívida flutuante:

RESTOS A PAGAR	2017	2018	VARIAÇÃO
INSCRITOS	5.380.161,19	3.796.461,31	1.583.699,88

No ano de 2017, foi inscrita em restos a pagar a quantia de R\$ 5.380.161,19, e foram pagos, no ano de 2018, R\$ 4.895.992,99.

Provisionamento de Contingências – quando, em decorrência de eventos passados, possa haver uma saída de recursos para a extinção de:

- uma obrigação presente; ou
- uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

PROVISIONAMENTO DE CONTINGÊNCIA JURÍDICA

PROVÁVEL	POSSÍVEL	PROVÁVEL	POSSÍVEL	PROVÁVEL	POSSÍVEL	PROVÁVEL	POSSÍVEL
CIVIL	CIVIL	TRIBUTÁRIA	TRIBUTÁRIA	TRABALHISTA	TRABALHISTA	PREVI-DENCIÁRIA	PREVI-DENCIÁRIA
20.000,00	2.166.450,00	-	-	14.915,47	-	-	-
247.878,50	46.862,64	187.986,96	16.154,52	108.000,00	-	-	-
1.414.957,62	30.576,60	95.857,30	742.988,97	65.453,84	-	-	-
3.199.000,00	47.000,00	6.500,00	-	1.175.000,00	70.000,00	570.000,00	-
86.108,20	52.765,12	-	-	-	-	-	-
269.245,40	-	32.519,02	-	21.000,00	50.000,00	-	-
CIVIL	7.580.844,09	TRIBUTÁRIA	1.082.006,77	TRABALHISTA	1.504.369,31	PREVI-DENCIÁRIA	570.000,00

OBS: CADA LINHA DA TABELA ACIMA SE REFERE A CONJUNTO DE AÇÕES (POR NATUREZA) ACOMPANHADO POR CADA PROCURADOR DO CREA-MG.

TABELA DE DEPRECIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
CASAS	25 ANOS	10%
EDIFÍCIOS	25 ANOS	10%
SALAS	25 ANOS	10%



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultado Financeiro - A Lei n.º 4.320/1964, no §2º do artigo 43, estabeleceu a regra para a apuração do superávit financeiro apenas com a operação de subtração do ativo financeiro para o passivo financeiro:

	2017	2018	VARIAÇÃO
SUPERÁVIT FINANCEIRO	11.948.359,37	8.746.212,50	(3.202.146,87)

Resultado Diferido - Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e para as quais não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

	2017	2018	VARIAÇÃO
RECEITA			
ANUIDADES EMPRESAS	81.127,99		
ANUIDADES PROFISSIONAIS	271.491,30	177.759,12	(93.732,18)
TOTAL	352.619,29	177.759,12	(174.860,17)

5.3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

PLANEJAMENTO	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME APROVADA	
CONTROLE DAS RECEITAS E DESPESAS	
DESVIOS	
JUSTIFICATIVA	PLANO DE AÇÃO
PICO DE DESPESAS NA CONTA DE PESSOAL NOS MESES DE ABRIL E AGOSTO DE 2018, EM DECORRÊNCIA DO PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV)	REDUZIR OUTRAS DESPESAS, PARA QUE, NO FINAL DO EXERCÍCIO, A DESPESA TOTAL NÃO FIQUE ACIMA DO ORÇADO
NO MÊS DE SETEMBRO DE 2018, HOVE AUMENTO DO PERCENTUAL-LIMITE PREVISTO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL EM VIRTUDE DA SAÍDA DO VALOR RECEBIDO EM DECORRÊNCIA DO TÉRMINO DO CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO	ACOMPANHAR, MENSALMENTE, OS ÍNDICES (PERCENTUAL-LIMITE) RELACIONADOS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, PARA QUE OS MESMOS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 50%
SAÍDA DOS TÉCNICOS	AJUSTAR AS DESPESAS COM A PERDA DE RECEITAS EM ANUIDADES, ART E TAXAS
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT	CANCELAMENTO E DEVOLUÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO ENTRE O CREA-MG E O MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONCLUSÃO	
MESMO COM AS ADVERSIDADES ACIMA APONTADAS, A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTÁ DENTRO DO PLANEJADO.	

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
INTRODUÇÃO
MENSAGEM DO PRESIDENTE
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
4. RESULTADOS DA GESTÃO
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM
8. ANEXOS
FICHA TÉCNICA



REGULARIZE

O Crea-MG promoveu, de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2018, uma campanha de regularização oferecendo condições especiais para a renegociação de dívidas de anuidades em atraso e autos de infração, inscritos ou não em dívida ativa.

O Conselho ofereceu descontos em juros e multas para aqueles que quitassem o débito: no caso de pagamento à vista, 95% de desconto em juros e multa; pagamento em duas parcelas, 75% de desconto; e, por fim, pagamento de três a cinco parcelas com 50% de desconto. A campanha Regularize foi uma oportunidade para que profissionais e empresas se tornassem regulares com o Conselho, condição para o exercício legal das atividades profissionais e para o gozo de benefícios ofertados pela Mútua-MG – Caixa de Assistência aos Profissionais do Crea-MG.

O Crea-MG criou uma estrutura especial para atender profissionais e empresas. Uma equipe foi preparada para explicar os procedimentos e renegociar as dívidas. No período da campanha, foram recebidos 7.979 e-mails, sendo 7.618 respondidos. Foram negociadas 745 dívidas no valor de R\$ 806.180,51.

Para dar ampla divulgação à Campanha, além de enviar 43 mil cartas para devedores, o Crea-MG enviou releases à imprensa tendo como resultado a publicação de matérias em jornais, portais e em rádios de todo o estado.

DÍVIDA ATIVA CARTAS ENVIADAS	43.000
DÍVIDA ATIVA E-MAIL'S RECEBIDOS	7.979
DÍVIDA ATIVA E-MAIL'S RESPONDIDOS	7.618
DÍVIDA ATIVA NEGOCIAÇÕES REALIZADAS	745
DÍVIDA ATIVA VALORES NEGOCIADOS	R\$ 806.180,51



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



MPT

No ano de 2017, o Crea-MG firmou convênios com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais para a realização de obras em Belo Horizonte. O espaço reformado seria ocupado pelo MPT em Minas Gerais.

Através desse convênio, o Crea-MG recebeu um montante de R\$ 12.883.877,39 para ser utilizado na finalidade específica. Em abril de 2018, a auditoria do Conselho Federal (Confea) recomendou a revogação do convênio que, segundo o Confea, não atendia à atividade finalística do Crea-MG, que é a fiscalização.

Com a revogação, ocorrida no 2º semestre de 2018, o Crea-MG, que havia pago R\$ 23.715,50 a fornecedores, devolveu R\$ 13.533.172,80 referentes ao valor restante acrescido do rendimento da aplicação financeira.

Assim, embora haja um impacto contábil provocado pela devolução do montante, a saída significativa dos recursos não afetou o orçamento do Crea-MG pois os recursos não eram destinados para utilização por nenhuma atividade do Conselho.

TÉCNICOS INDUSTRIAIS TÊM NOVO CONSELHO DE REPRESENTAÇÃO

Os técnicos industriais têm um novo Conselho de Representação. A Lei n.º 13.639/2018, que criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e os respectivos Conselhos Regionais, foi sancionada pelo presidente Michel Temer no dia 26 de março de 2018.

No dia 20 de setembro, os técnicos industriais de nível médio se desligaram do Sistema Confea/Crea e passaram a ser regidos pelo CFT. No entanto, atendendo à Portaria n.º 327 do Confea, os Creas voltaram a registrar os técnicos industriais. A norma cumpriu liminar da 10ª Vara da Justiça Federal – no âmbito de ação movida pelo CFT –, determinando que o registro fosse realizado, pelos Creas, até o dia 20 de dezembro de 2018. A liminar também determinou que os Creas continuassem emitindo as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e as Certidões de Acervo Técnico (CATs) dos técnicos das

modalidades das engenharias mecânica e metalurgia, química, elétrica, civil, agrimensura e geologia e minas.

Como parte do processo de migração, o Crea-MG transferiu, no dia 20 de setembro, para o CFT, o valor de R\$ 1.937.230,30 referente a anuidades pagas no período de janeiro a julho de 2018, conforme determinado na decisão PL 1429/2018 do Confea. Em 21 de dezembro, foi realizado o segundo repasse, no valor de R\$ 61.771,31, referente ao período de agosto até o dia 20 de setembro, conforme determinado na decisão PL 2208/2018 do Confea.

Assim, o impacto da migração dos técnicos industriais foi de aproximadamente R\$ 2 milhões em 2018. Para 2019, a projeção é de que haja uma queda de 13% na receita do Crea-MG, ou seja, mais de R\$ 11 milhões.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O conteúdo deste capítulo contempla os principais aspectos acerca da estrutura, da organização e da gestão de pessoal, bem como da infraestrutura de tecnologia da informação do Crea-MG, quantificando-os e qualificando-os para fins de avaliar a adequação e a suficiência para o cumprimento das missões e objetivos institucionais da autarquia. Está organizado em três seções: “Gestão de pessoas”, “Gestão e modelo de governança da Tecnologia da Informação” e “Obras”, com a análise circunstanciada dos dados apresentados.



6.1. GESTÃO DE PESSOAS

6.1.1. DADOS GERAIS DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

A presente seção versa sobre a descrição da força de trabalho, estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.

O quadro a seguir exhibe a distribuição da força de trabalho, isto é, dos cargos e respectivos quantitativos, dividindo-os em empregados de carreira, ocupantes de cargos comissionados, temporários e requisitados de outros órgãos. **Percebe-se que os cargos que apresentam maior quantidade de funcionários no Conselho são os de Assistente Administrativo e Fiscal de Nível Técnico/Superior, cargos que atendem, predominantemente, à atividade-fim do Crea-MG, qual seja, o Atendimento e a Fiscalização (Assistente Administrativo: 49,86% do total; fiscais: 26,44% do total; os ocupantes de cargos comissionados correspondem a 7,16% do total de empregados).**

Dos 363 funcionários distribuídos nas Inspetorias, Superintendências e respectivas Gerências do Conselho, 94 compõem os quadros da Gerência de Fiscalização, vale dizer, integram áreas responsáveis pelo macroprocesso finalístico da autarquia, qual seja, a atividade direta de fiscalização profissional na capital e no interior.

Ressalta-se que, no ano de 2018, não houve empregados com contrato de trabalho temporário e nenhum empregado cedido a outro órgão. O Crea-MG detém 1 (uma) servidora cedida pela Prefeitura de São Gonçalo do Rio Abaixo através de convênio, embora ela não integre a folha de pagamentos do Conselho, porquanto custeada pela própria Prefeitura.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

**FORÇA DE TRABALHO DO CREA-MG (COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO,
INCLUSIVE COM A RELAÇÃO ENTRE SERVIDORES EFETIVOS E TEMPORÁRIOS) EM 31/12/2018**

NATUREZA DO VÍNCULO DO EMPREGADO		EM EXERCÍCIO																CEDIDOS	QUADRO DE PESSOAL REAL	QUADRO DE PESSOAL AUTORIZADO	
		ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO																			
		ASS. TÊC. ESPECIALIZADO	SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA	PREGOIEIRO/PRESIDENTE CPL	COORDENADOR	SECRETÁRIO DO PLENÁRIO	CONTROLADOR I	SUPERVISOR REGIONAL	SUPERVISOR	OUVIDOR	PROCURADOR GERAL	PROCURADOR GERAL ADJ.	ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA	GERENTE	CHEFE DE GABINETE	ASS. JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	ASSESSOR PARLAMENTAR				SUPERINTENDENTE
1. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS																				337	NÃO HÁ
1.1. ANALISTA TÉCNICO	13	1			7													1	0		NÃO HÁ
1.2. PROF. DE NÍVEL SUPERIOR	27	1	1	1	5								4						0		NÃO HÁ
1.3. ASSIST. ADMINISTRATIVO	181	1			4			1	5	1			1						0		NÃO HÁ
1.4. AUX. SERVIÇOS GERAIS	6																		0		NÃO HÁ
1.5. MOTORISTA	1																		0		NÃO HÁ
1.6. TELEFONISTA	3																		0		NÃO HÁ
1.7. FISCAL DE NÍVEL BÁSICO	8																		0		NÃO HÁ
1.8. FISCAL DE NÍVEL TÉCNICO	72	1						2	1										0		NÃO HÁ
1.9. FISCAL DE NÍVEL SUPERIOR	16							3	1										0		NÃO HÁ
1.10. TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	5																		0		NÃO HÁ
1.11. NÃO REGIDOS PELO PCCS	5												1						0		NÃO HÁ
2. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO		7			1		1		2		1		6	4	1		1	2	0	26	NÃO HÁ
3. EMPREGADOS C/ CONTRATO TEMPORÁRIO																			0	0	NÃO HÁ
4. EMPREGADOS REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS																			0	0	NÃO HÁ
TOTAL		11	1	1	17	0	1	6	9	1	1	0	6	10	1	0	1	2	0	363	NÃO HÁ
		68																			

FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

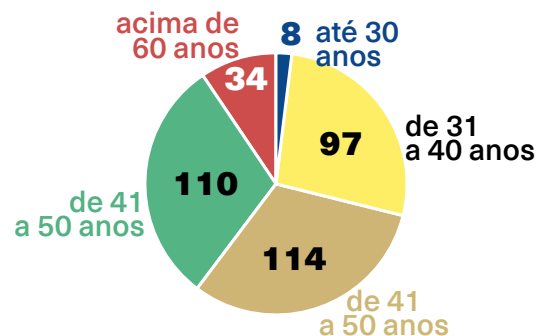
FICHA TÉCNICA

A planilha abaixo, por sua vez, detalha os cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos e comissionados no Conselho, na data de 31/12/2018. Destaca-se que 76,92% dos cargos são ocupados por efetivos, e 23,08% por empregados de recrutamento amplo (cargos comissionados) (RA).

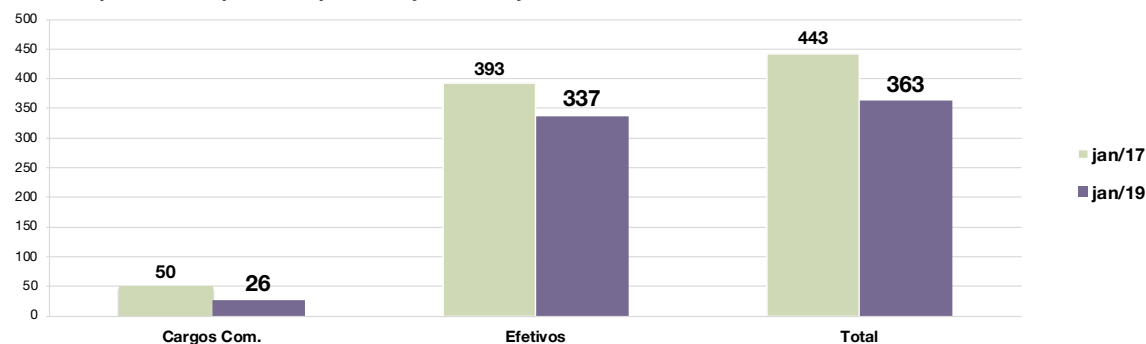
CARGOS GERENCIAIS	EFETIVOS	RA
CHEFE DE GABINETE	0	1
CONTROLADOR	0	1
COORDENADOR	16	1
COORDENADOR I	0	0
COORDENADOR II	0	0
GERENTE	6	4
OUVIDOR	1	0
PREGOEIRO/PRESIDENTE DA CPL	1	0
PROCURADOR GERAL	0	1
PROCURADOR GERAL ADJUNTO	0	0
SECRETÁRIO(A) DA PRESIDÊNCIA	1	0
SUPERINTENDENTE	1	2
SUPERVISOR	14	2
	40	12
	76,92%	23,08%

A tabela ao lado demonstra a distribuição dos cargos no Conselho de acordo com a faixa etária. A maioria dos empregados está na faixa de 41 a 50 anos (31,40%), 51 a 60 (30,30%) e 31 a 40 anos (26,72%). Salienta-se a pequena quantidade de empregados com menos de 30 anos – apenas 8 (2,20%).

POR FIM, CABE DESTACAR QUE, COMPARATIVAMENTE AOS DADOS DE 2017, IDENTIFICA-SE REDUÇÃO NO QUANTITATIVO DE EMPREGADOS COM IDADE ENTRE 51 E 60 ANOS (ANTERIORMENTE A MAIORIA). ISTO SE DEVE À ADESÃO DE 61 EMPREGADOS AO PDV – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA, EM SUA GRANDE MAIORIA EMPREGADOS COM IDADE AVANÇADA E JÁ APOSENTADOS.



Comparativo do quadro de pessoal - jan/2017 x jan/2019



Houve redução em **46%** no número de servidores ocupantes de cargos em comissão; houve **13,99%** de redução no número de servidores efetivos.

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA ETÁRIA EM 31/12/2018

NATUREZA DO VÍNCULO DO EMPREGADO	QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA					TOTAL POR NATUREZA DO VÍNCULO DO EMPREGADO
	ATÉ 30 ANOS	DE 31 A 40 ANOS	DE 41 A 50 ANOS	DE 51 A 60 ANOS	ACIMA DE 60 ANOS	
1. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS DE CARREIRA						337
1.1 ANALISTA TÉCNICO	0	0	4	8	1	13
1.2 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	4	55	66	46	10	181
1.3 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0	0	0	4	2	6
1.4 PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	1	10	10	5	1	27
1.5 MOTORISTA	0	0	0	1	0	1
1.6 TELEFONISTA	0	0	2	1	0	3
1.7 FISCAL DE NÍVEL BÁSICO	0	0	0	4	4	8
1.8 FISCAL DE NÍVEL TÉCNICO	1	20	21	28	2	72
1.9 FISCAL DE NÍVEL SUPERIOR	0	4	5	5	2	16
1.10 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	0	1	3	1	0	5
1.11 NÃO REGIDOS PELO PCCS VIGENTE	0	0	0	2	3	5
2. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO	2	7	3	5	9	26
3. EMPREGADOS COM CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0	0	0	0	0
4. EMPREGADOS REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS	0	0	0	0	0	0
TOTAL POR FAIXA ETÁRIA	8	97	114	110	34	363

FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

A tabela ao lado elenca as **hipóteses pelas quais contratos de trabalho dos empregados são suspensos ou interrompidos** – fatos a reduzirem a força de trabalho efetiva/ativa do Conselho. Do total de 363 empregados, 22 encontram-se naquela situação (6,00%), em especial nas hipóteses de afastamento médico/licenças/aposentadoria/aposentadoria por invalidez (totalizando 21). O quantitativo em relação a 2017 praticamente não se alterou, uma vez que, nesse ano, o total de empregados naquelas situações era de 23.

Os impactos dos afastamentos nas atividades desenvolvidas pelo Crea-MG são insignificantes. Conforme a tabela ao lado, a porcentagem total de afastamentos é de 6,00%. Se desconsideramos os aposentados por invalidez e o aposentado pelo regime estatutário – situações que podemos considerar como permanentes –, teremos percentual de, apenas, 3,00% dos funcionários em afastamento. Podemos dividir o impacto dos afastamentos por localidade:

- Sede do Crea-MG/Belo Horizonte: o impacto nas atividades é mínimo, devido à alta concentração de funcionários na Sede – que facilita o gerenciamento das ausências, reposição e demais movimentações, para que as atividades não sofram impactos indesejados.
- Regionais/Inspetorias: nas cidades do interior, o impacto apresenta-se com potencial de significância, uma vez que, em diversas cidades, contamos com 1 (um) atendente e 1 (um) fiscal, o que poderia comprometer o atendimento e o planejamento da Fiscalização. De toda forma, o Crea-MG conta com Supervisores Regionais, que têm, como função, o gerenciamento do contingente de pessoal – de forma a não gerar impacto dos afastamentos nas atividades do Conselho, com a garantia de atendimento ao profissional através do deslocamento de funcionários de cidades próximas e com a readequação do planejamento das fiscalizações.

A tabela ao lado traz a distribuição dos cargos no Conselho de acordo com o **nível de escolaridade**. Tal como já abordado, a maioria dos cargos do Conselho – que atua nas atividades-fim de atendimento e fiscalização – consiste em Assistente Administrativo e Fiscal (em especial os de nível técnico), os quais são de nível médio/técnico. Por isso, 322 (88,70%) dos cargos do Conselho possui exigência de nível médio para ingresso no quadro, via concurso público. É importante destacar que o quadro abaixo versa sobre o nível de escolaridade exigido para o cargo, uma vez que o nível de escolaridade de cada empregado poderá ser superior ao constante no edital do concurso ou aquele exigido para o desempenho funcional, conforme o PDRP – Plano de Desenvolvimento e Resultado de Pessoal.

SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO – SITUAÇÃO EM 31/12/2018

TIPOLOGIAS DOS AFASTAMENTOS	QUANTIDADE
1. CEDIDOS	0
2. LICENÇA REMUNERADA	0
3. LICENÇA NÃO REMUNERADA	1
4. OUTRAS SITUAÇÕES	21
4.1. LICENÇA-MATERNIDADE	3
4.2. LICENÇA-MATERNIDADE COMPLEMENTAR	2
4.3. AUXÍLIO-DOENÇA	5
4.4. APOSENTADO POR INVALIDEZ	10
4.5. APOSENTADO LEI N.º 8.112/1990	1
TOTAL	22

FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 31/12/2018

NATUREZA DO VÍNCULO DO EMPREGADO	NÍVEL FUNDAMENTAL	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	TOTAL POR NATUREZA DO VÍNCULO DO EMPREGADO
1. EMPREGADOS EM CARGOS DE CARREIRA				337
1.1 ANALISTA TÉCNICO			13	13
1.2 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		181		181
1.3 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6			6
1.4 PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR			27	27
1.5 MOTORISTA	1			1
1.6 TELEFONISTA		3		3
1.7 FISCAL DE NÍVEL BÁSICO	8			8
1.8 FISCAL DE NÍVEL TÉCNICO		72		72
1.9 FISCAL DE NÍVEL SUPERIOR			16	16
1.10 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO		5		5
1.11 NÃO REGIDOS PELO PCCS VIGENTE		4	1	5
2. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO			26	26
3. EMPREGADOS COM CONTRATO TEMPORÁRIO				0
4. EMPREGADOS REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS				0
TOTAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	15	265	83	363

FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.

NO CAPÍTULO 8 DESTA RELATÓRIO, CONSTA TABELA COM A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES NO CREA-MG. NELA, ENCONTRAM-SE INFORMAÇÕES E DADOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL, GÊNERO, SITUAÇÃO FUNCIONAL E UNIDADE DE EXERCÍCIO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

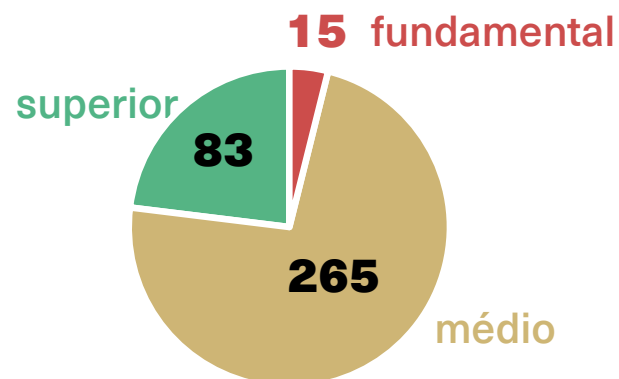
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

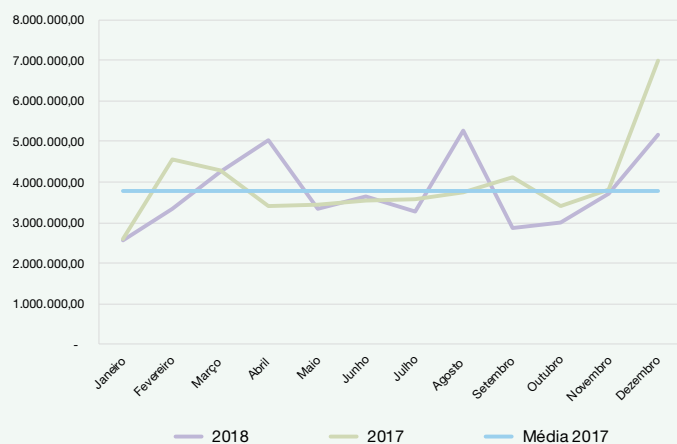
8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 31/12/2018 (EM NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS)



Valores folha de pagamento 2017/2018



A elevação dos gastos com pessoal, nos meses de abril e agosto de 2018, é justificada pelos desembolsos ocorridos no âmbito do Programa de Demissão Voluntária (PDV).

6.1.2. GESTÃO DE DESPESAS COM PESSOAL

Com o objetivo de acompanhar as despesas com pessoal, o Crea-MG, através da Diretoria de Recursos Humanos, promove rigoroso controle do quadro de pessoal e das respectivas despesas com remuneração e benefícios. Através destas informações, a Administração é informada periodicamente – de forma a planejar as despesas em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, são, periodicamente, realizados cálculos que envolvem as áreas financeira e de recursos humanos, com consequentes subsídios à decisão da Presidência desta autarquia no que tange a reajustes salariais, progressões e, até mesmo, admissão de funcionários.

A tabela na página seguinte demonstra as despesas realizadas, pelo Conselho, nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 – e, em especial, aquelas relacionadas a custos com pessoal, divididos por tipo de despesa.

EM RELAÇÃO AO TOTAL DA DESPESA, ESTE É 11,21% MAIOR COMPARATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, A REFLETIR, EM BOA PARTE, OS DESLIGAMENTOS REALIZADOS NO PDV (PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA), ATRAVÉS DO QUAL SE DESLIGARAM 61 EMPREGADOS. VALE DESTACAR, PORÉM, QUE, NO ANO DE 2017 E 2018, NÃO HOUE REAJUSTE SALARIAL E REAJUSTE EM BENEFÍCIOS.

No que tange a custos com gratificação de função, observou-se que os valores mantiveram-se constantes, uma vez que, a partir de janeiro/2018, a Gestão iniciou a recomposição do quadro de gestores e assessores através de nomeações, haja vista as exonerações ocorridas ao final de 2017 (encerramento da Gestão 2015-2017).

Em relação às despesas com verbas indenizatórias, houve redução de 7,78% - o que reflete a redução no quadro de pessoal ocorrida entre março e agosto/2018, através do PDV. O vale alimentação/refeição teve reajuste em novembro/2016 – de R\$ 780,00 para R\$ 921,00, sem, pois, sofrer alteração nos anos de 2017 e 2018.

As despesas com benefícios assistenciais e previdenciários mantiveram-se constantes. Não obstante os desligamentos realizados pelo PDV, vale destacar que os planos de saúde e odontológico foram mantidos no período do aviso prévio indenizado. Desta forma, a queda nesta rubrica pela redução no quadro de pessoal será observada a partir do ano de 2019. Em 2018, o Plano de Saúde não sofreu reajuste contratual através de negociação com a empresa Vitallis, e o contrato com o plano odontológico sofreu reajuste conforme índice do IGP-M.

A despesa com encargos e impostos sofreu pequena redução de 4,20%. Importante destacar que o acréscimo nas despesas totais foi resultado dos custos com rescisão contratual (verbas rescisórias e incentivo para adesão). As demais despesas observaram redução (em especial remuneração básica e fixa), refletindo na redução dos encargos e impostos da folha de pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

ANO ⁽¹⁾	REMUNERAÇÃO BÁSICA E FIXA ⁽²⁾	RETRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DE CARGO COMISSIONADO	DESPESAS VARIÁVEIS				ENCARGOS E IMPOSTOS
			VERBAS INDENIZATÓRIAS ⁽³⁾	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS ⁽⁴⁾	DIÁRIAS, AJUDA DE CUSTO E AUXÍLIO DESLOCAMENTO ⁽⁵⁾	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS ⁽⁶⁾	
EMPREGADOS DE CARREIRA ⁽⁷⁾							
2018	24.429.023,11	1.599.426,35	4.785.085,69	1.603.888,80		238.537,26	5.711.711,84
2017	29.115.854,59	1.569.643,15	5.690.849,42	1.735.190,22		363.087,98	9.643.829,00
2016	20.968.022,41	1.565.036,15	4.561.726,38	1.673.164,13		234.446,65	7.075.014,34
EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO ⁽⁸⁾							
2018	3.412.939,27	0	287.352,00	85.088,52		0	1.058.011,17
2017	1.518.996,05	0	143.676,00	47.070,60		0	470.888,78
2016	4.843.870,33	0	558.126,00	143.654,32		0	1.501.599,80
EMPREGADOS COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS ⁽⁹⁾							
2018	0	0	0	0		0	0
2017	0	0	0	0		0	0
2016	0	0	0	0		0	0
EMPREGADOS EM GOZO DE LICENÇA							
2018	143.300,31	0	0	13.110,56		0	44.423,10
2017	81.557,49	0	0	5.062,94		0	25.282,82
2016	283.811,14	0	0	19.402,46		0	87.981,45
EMPREGADOS CEDIDOS COM ÔNUS ⁽¹⁰⁾							
2018	9.335,22	0	3.605,40	958,16		0	2.893,92
2017	40.452,62	0	14.566,80	3.787,44		0	12.540,31
2016	36.831,99	0	11.568,80	3.532,56		0	11.417,92
EMPREGADOS QUE ADERIRAM AO PDV/PDI							
2018	1.482.793,96	-	318.158,00	109.285,80		7.902.649,90	2.909.487,60
2017	-	-	-	-		-	-
2016	55.848,01	3.745,00	13.260,00	5.397,16		-	18.473,83
APOSENTADOS OU PENSIONISTAS PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO (RJU)							
2018	60.540,09	-	-	6.030,20		-	-
2017	60.540,09	-	-	5.956,92		-	-
2016	55.121,69	-	-	5.554,96		-	-
TOTAL POR TIPO DE DESPESA							
2018	29.537.931,96	1.599.426,35	5.394.201,09	1.818.362,04		8.141.187,16	9.726.527,63
2017	30.817.400,84	1.569.643,15	5.849.092,22	1.797.068,12		363.087,98	10.152.540,91
2016	26.243.505,57	1.568.781,15	5.144.681,18	1.850.705,59		234.446,65	8.694.487,34
FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.							

FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.

⁽¹⁾O Crea-MG retrata a situação em 31 de dezembro do exercício de referência.

⁽²⁾A tabela salarial dos funcionários do Conselho poderá ser consultada através do Portal da Transparência do Crea-MG na internet.

⁽³⁾Vale-alimentação, vale-transporte e bolsa estágio.

⁽⁴⁾Assistência médica e odontológica; auxílio funeral e seguro de vida.

⁽⁵⁾Remetemos ao Capítulo 5.

⁽⁶⁾Valores pagos a servidores que não se enquadram nos demais títulos.

⁽⁷⁾Servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira.

⁽⁸⁾Servidores sem vínculo com a Administração Pública, embora componham a força de trabalho da autarquia.

⁽⁹⁾Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se, como referência, os termos da Lei n.º 8.745/1993, com as modificações da Lei n.º 9.849/1999 e Lei n.º 10.667/2003.

⁽¹⁰⁾Servidores cedidos, pelo Crea-MG, a qualquer outro órgão e entidade – da Administração Pública ou não –, a qualquer título, cujo ônus tenha permanecido com a autarquia.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**



PDV

A tabela infracitada exhibe o quantitativo de contratações e demissões processadas no exercício 2018, dividindo-as em cargos de carreira, comissão, temporários e os cedidos/requisitados. Houve pequeno número de nomeações via concurso público (05), reflexo da reestruturação administrativa observada no PDV – Programa de Demissão Voluntária, que resultou em 61 dos 66 desligamentos de cargos efetivos ao longo do ano.

JUSTIFICATIVAS DO PDV

Adequação do quadro de pessoal, para otimizar custos e gestão de pessoas;

Maior satisfação do empregado ao optar pelo desligamento

DIREITOS TRABALHISTAS

As rescisões de contrato de trabalho, objeto do PDV, foram efetuadas na condição de dispensa, pelo empregador, sem justa causa; o Crea-MG disponibilizou recursos financeiros para a quitação dos direitos trabalhistas

INCENTIVOS FINANCEIROS E SOCIAIS

O Crea-MG ofereceu, ao funcionário cuja adesão ao PDV foi aceita, incentivos financeiros/sociais a título de indenização: pagamento de 50% (cinquenta por cento) da remuneração percebida no último mês para cada ano trabalhado (somente período completo), até o limite de 14 (quatorze) vezes do valor da última remuneração.

EMPREGADOS CONTRATADOS E DEMITIDOS NO EXERCÍCIO 2018 SITUAÇÃO EM 31/12/2018

NATUREZA DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO	CONTRATADOS NO EXERCÍCIO	DEMITIDOS NO EXERCÍCIO
1. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS DE CARREIRA	5	66
1.1. PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	1	6
1.2. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3	43
1.3 FISCAL DE NÍVEL TÉCNICO	1	4
1.4 FISCAL DE NÍVEL BÁSICO	0	1
1.5 FISCAL DE NÍVEL SUPERIOR	0	3
1.6 ANALISTA TÉCNICO	0	2
1.7 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	0	5
1.8 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	0	2
2. EMPREGADOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO	22	9
3. EMPREGADOS COM CONTRATO TEMPORÁRIO	0	0
4. EMPREGADOS REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS	0	0
TOTAL	27	75

FONTE: PLANILHAS DE CONTROLE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

Com o objetivo de adequar o quadro funcional do Conselho à realidade financeira e aos princípios da eficiência e economicidade na administração pública, o Crea-MG promoveu, em 2018, um Plano de Demissão Voluntária (PDV). A reestruturação no quadro de pessoal ocorreu, sobretudo, em virtude da desvinculação dos técnicos agrícolas e industriais que gerou significativo impacto financeiro, o que, por sua vez, trouxe a necessidade de readequar os recursos humanos do órgão diante do novo cenário.

O custo de sua execução gira em torno de R\$ 8 milhões. Entretanto, em cerca de 15 meses, a economia gerada pelo PDV cobrirá a despesa realizada e, a partir daí, a economia com pessoal (folha de pagamento) será de, aproximadamente, R\$ 500 mil por mês.

O PDV TEVE A ADEÇÃO DE 40 FUNCIONÁRIOS DA SEDE E DE 21 DO INTERIOR. A preocupação central do Conselho tem sido a de garantir que os serviços continuem a ser prestados com qualidade, apesar da perda de servidores. **EMBORA A REDUÇÃO DE PESSOAL TENHA ALTERADO A ROTINA, O CONSELHO ADAPTOU-SE À NOVA REALIDADE, REESTRUTURANDO ATIVIDADES DO DIA A DIA. O SALDO TEM SIDO, SIM, POSITIVO. EXEMPLO DISTO É QUE, EM 2018, HOUVE AUMENTO EM 71,0% DO NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO (AINs) EMITIDOS COMPARATIVAMENTE AO EXERCÍCIO 2017. FORAM REALIZADAS 121.495 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, E EMITIDOS 5.770 AUTOS DE INFRAÇÃO.** O aumento das irregularidades detectadas é explicado pela adoção de metodologias mais inovadoras e inteligentes, além da celebração de convênios com órgãos e instituições públicas, o que contribui para ampliar o alcance das ações.

Assim, diante dos desligamentos via PDV e do novo cenário, foram realizadas movimentações internas com o intuito de adequar a disponibilidade de pessoal com a demanda de atividades das unidades, privilegiando as áreas fins do Conselho, quais sejam, Fiscalização e Atendimento.

Somente na Gerência de Atendimento, houve a demissão de 22 funcionários, conforme gráfico na página a seguir:

PDV 2018



CUSTO DO PDV

Total geral
R\$ 7.902.649,89

PDV 2018



ADESÕES DE FUNCIONÁRIOS

40 SEDE
+
21 INTERIOR
=
61 TOTAL

PDV 2018



Economia mensal com salários de funcionários que aderiram ao PDV
R\$ 532.606,81



14,85 meses

É o tempo previsto para que o PDV se pague



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

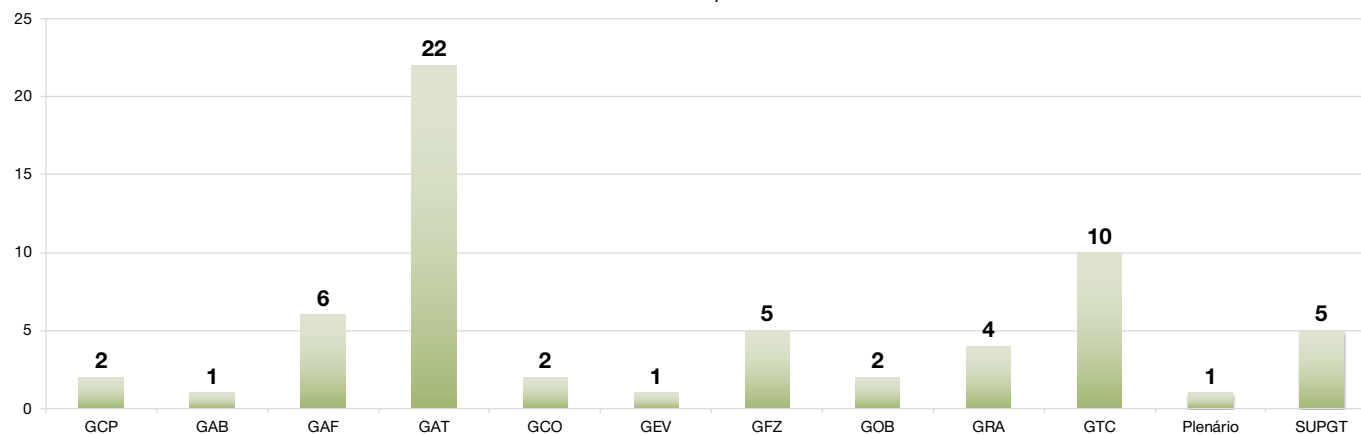


8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

Adesão ao PDV por Gerência



GCP - Gerência de Comunicação e Publicidade
GAB - Gabinete
GAF - Gerência Administrativa e Financeira
GAT - Gerência de Atendimento
GCO - Gerência de Apoio aos Colégios
GEV - Gerência de Eventos
GFZ - Gerência de Fiscalização
GOB - Gerência de Obras
GRA - Gerência de Registro e Acervo Técnico
GTC - Gerência Técnica e de Atribuições Profissionais
SUPGT - Superintendência de Planejamento, Gestão e Tecnologia

FONTE: GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

DESAFIO E AÇÕES DA GERÊNCIA DE ATENDIMENTO (GAT) FACE AO PDV

DESAFIO

- UNIDADES DE ATENDIMENTO DO CREA-MG COM REDUÇÃO DO EFETIVO

AÇÕES

- REALOCAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS (SEM ÔNUS)
- REDESENHO DE UNIDADES / REMODELAGEM DE PROCESSOS
- TREINAMENTO E RECICLAGEM DE PESSOAL



6.1.3. GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL (POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO PESSOAL): ESTRATÉGIA E NÚMEROS

Várias ações de treinamento são postas em prática, pelo Conselho, para a capacitação e desenvolvimento do quadro de empregados, no tocante às respectivas áreas de atuação e aos objetivos estratégicos da Gestão. Neste âmbito, o Crea-MG detém sala exclusiva para treinamentos, localizada no edifício-sede (Belo Horizonte/MG), com capacidade para 18 participantes e equipada com computadores e televisor 52 polegadas.

Segue, abaixo, relatório dos treinamentos ofertados, pelo Conselho, no ano 2018. Foram realizados 35 eventos de treinamento, com o total de 432 participações. O total de investimento no período foi de **R\$ 2.480,00**.

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
2. NR 13 - caldeiras, vasos de pressão e tubulações / pólo Uberlândia
3. NR 13 - caldeiras, vasos de pressão e tubulações / Belo Horizonte - turma 01
4. NR 13 - caldeiras, vasos de pressão e tubulações / Governador Valadares
5. NR 13 - caldeiras, vasos de pressão e tubulações / Belo Horizonte - turma 02
6. NR 13 - caldeiras, vasos de pressão e tubulações / Varginha
7. NR 35 - trabalho em altura
8. CREAte
9. Gerenciamento de projetos
10. Treinamento *backoffice* - Regional Triângulo
11. Auditoria interna
12. Capacitação da CIPA
13. Especialização na mineração
14. Implantação da Resolução Confea n.º 1047/2013
15. Padronização de relatórios de fiscalização
16. Descentralização da regional norte
17. Treinamento introdutório
18. Fiscalização de contrato

CREA-MG

TOTAL DE PARTICIPAÇÕES	432
CURSOS PRESENCIAIS	35
CURSOS A DISTÂNCIA	0
BLENDED-LEARNING	0
CUSTO TOTAL	R\$ 2.480,00
CUSTO POR PARTICIPANTE	R\$ 5,74
CARGA HORÁRIA (HORAS)	530
FUNCIONÁRIOS ATIVOS (CAGED)	363
FONTE: GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS (GRH), PLANILHAS DE CONTROLE DE TREINAMENTOS.	

6.1.4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MERITOCRACIA: REMUNERAÇÃO, GRATIFICAÇÕES E PROGRESSÃO FUNCIONAL

Através da Portaria n.º 191, de 25 de junho de 2018, foi estabelecida a suspensão do PDRP - Plano de Desenvolvimento e Resultado de Pessoal - Anexo IV - Manual do Programa de Avaliações de Desempenho. Com o Plano, o Crea-MG realizava a Avaliação Institucional, parte integrante das avaliações de desempenho. A avaliação era composta por três sub-eixos: a) atendimento presencial, nas Inspetorias do Crea-MG; b) pelo profissional, através do Sistema AtendeWeb e c) pela sociedade em geral, através da avaliação do Portal.

Serão realizados estudos com o intuito de redefinir os critérios para a realização das avaliações de desempenho e concessão das respectivas gratificações e progressões funcionais, integrantes do plano de carreira do órgão.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

6.2. GESTÃO E MODELO DE GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.2.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES

A Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) do Crea-MG trabalha com o objetivo de garantir que as informações estejam disponíveis para dar suporte ao processo de governança corporativa, com a integração dos setores e apoio na tomada de decisões da alta cúpula da organização. Neste sentido, a GTI elaborou, em 2018, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para atender às estratégias da autarquia e para nortear as ações de planejamento da GTI no biênio 2019-2020, em consonância com o eixo estratégico “Gestão e Planejamento” – na perspectiva “Aprendizado e Conhecimento” – e, ainda, no objetivo “Assegurar a Infraestrutura”.

6.2.2. MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM T.I.

Ao longo de 2018, os valores consumidos pelos contratos da GTI foram:

CONTRATOS (GTI) – 2018		
CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
PLENOS	LICENÇAS E FRANQUIA DE DATA STORAGE DA SALESFORCE.	R\$ 1.557.545,56
STOQUE	PROJETO E-CREA, OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO.	R\$ 3.502.813,96
ALGAR	LINK DE INTERNET BANDA LARGA.	R\$ 25.592,48
TELEMAR	LINK DE INTERNET BANDA LARGA.	R\$ 526.555,29
SOFTWARE AG	SUORTE AOS SOFTWARES NATURAL E ADABAS.	R\$ 364.872,61
TELEALPHA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE TELECOMUNICAÇÃO.	R\$ 44.880,88
TSO	SUORTE ANUAL AO SOFTWARE VISUALJET.	R\$ 4.045,35
TELEFÔNICA	MODEM 4G / 20G- VIVO.	R\$ 4.565,31
EQUINIX	ESTRUTURA DE DATA CENTER EM NUVEM.	R\$ 228.708,26
ALTAS NET	SUORTE WIRELESS, ANTIVIRUS CYLANCE, LICENÇA FORTIGATE/FORTINALYZER/FORTIMAIL, SUPORTE A REDE LAN.	R\$ 785.290,87
BIT7 (GMAES)	LINK DE INTERNET DAS INSPETORIAS.	R\$ 218.015,31
M & M SUPRIMENTOS	AQUISIÇÃO DE HDS INTERNOS E PEN-DRIVES DE 32GB.	R\$ 9.826,00
TOTAL		R\$ 7.272.711,88
FONTE: GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (GTI)		

6.2.3. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM T.I.

Em 2018, houve a aquisição de novos servidores para o DataCenter do Crea-MG, com o emprego da tecnologia de hiperconvergência. Houve, assim, a disponibilização de máquinas com melhor performance e maior espaço de armazenamento de dados.

6.2.4. PRINCIPAIS INICIATIVAS: SISTEMAS E PROJETOS

- **Atualização dos servidores do DataCenter >>** disponibilização de servidores com melhor performance e maior espaço de armazenamento de dados para atender aos sistemas do Crea-MG;
- **Implantação do novo sistema de anuidades >>** sistema de controle e gestão das anuidades do Crea-MG, desenvolvido em linguagem moderna e de mercado.

Tecnologia da informação



Os novos servidores foram instalados em novembro de 2018 e utilizam a tecnologia de **hiperconvergência**, que condensa, em um único módulo, **processamento, memória e armazenamento**, simplificando gestão de dados.

+50% de capacidade de processamento
+25% de memória
+285% de armazenamento



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

6.2.5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A GTI utiliza recursos para proteger as informações do Crea-MG, tais como:

- Firewall de borda (Fortigate Caixa 1000D), no qual está implementado controle de CFS e Web App Control;
- As Inspetorias do Crea-MG acessam a sede do Conselho via VPN fechada entre os equipamentos próprios da Inspetoria e o firewall da sede;
- O NOC (Network Operation Center) e o SOC (Security Operations Center) estão configurados no FortiAnalyzer, com o monitoramento de incidentes para intervenção quando esta se fizer necessária. Regras de NAT e controle de portas são aplicadas de Wan para Lan no acesso aos serviços disponibilizados pelo Crea-MG na web;
- Cylance, ferramenta de Anti-Malware Next Generation baseada em inteligência artificial, está instalada em todos os equipamentos da rede (desktops, notebooks, servidores físicos e virtuais - Linux e Windows);
- As portas USB das máquinas de usuários estão desabilitadas, com pouquíssimas exceções, em virtude da necessidade própria da função desempenhada pelo empregado;
- Os e-mails corporativos passam pela ferramenta FortiMail, que é projetada e parametrizada para bloquear ransomware, phishing e outras cyber ameaças com acesso via entrada de e-mail e saída das mensagens;
- Todos os colaboradores têm conhecimento e assinaram o termo de responsabilidade de uso da rede de dados do Crea-MG;
- A sala do DataCenter possui senha para acesso, assim como todos os switches dos andares e do core. O acesso aos switches é fechado – somente a equipe de infraestrutura do Crea-MG detém a chave de acesso.
- A rede interna do Crea-MG é segmentada em vLANs por andar; não há acesso de uma a outra, na hipótese de infecção de uma delas;
- O acesso à rede de dados pelos colaboradores é feito por autenticação em Active Directory (AD) da Microsoft.

6.2.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O principal desafio da GTI para os próximos anos é garantir a funcionalidade dos sistemas de negócio do Crea-MG, e, para isto, faz-se necessário a atualização tecnológica de parte da infraestrutura e a aquisição de sistema corporativo que atenda à necessidade-fim daquela autarquia.

Abaixo estão listados projetos que fazem parte do plano de investimento da GTI a partir de 2019:

- Novo sistema corporativo integrado;
- Aquisição de licenciamento para os servidores Windows, a fim de atualizar o sistema operacional que perderá o suporte da Microsoft a partir de janeiro/2020;
- Aquisição de novas estações de trabalho para atualização tecnológica das máquinas e suporte ao sistema operacional Windows 10 – a última aquisição foi realizada em 2013 e o sistema operacional (Windows 7) utilizado atualmente nas estações perderá o suporte da Microsoft a partir de janeiro/2020;
- Solução de videoconferência para atender demandas do Crea-MG;
- Software de e-mail corporativo com mais recursos e suporte do fornecedor, pois, atualmente, é utilizada solução “free” – desatualizada e sem suporte;
- Aquisição de um novo switch principal de rede com tecnologia mais moderna e que consiga atender às necessidades de performance dos sistemas.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



6.3. OBRAS

Obras	Previsão de conclusão	Andamento – Execução física/financeira
Insp. Itabira	maio/2020	15%
Conc. das Alagoas (MTE)	out/2019	30%
Insp. Passos	mar/2020	36%
Insp. Varginha	mar/2019	85%
Insp. Divinópolis	mar/2019	90%
Uberaba (MTE)	abr/2019	95%
Insp. Alfenas	concluído	100%



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**



OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES
SOBRE A
ATIVIDADE-FIM



7.1. FISCALIZAÇÃO

O Crea-MG fiscaliza o exercício e as atividades da engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia com o intuito de assegurar à sociedade a prestação de serviços por profissionais habilitados. “A fiscalização evita um ambiente de concorrência desleal e predatória, já que há um custo envolvido para o profissional se manter regularmente habilitado e tem sido, cada vez mais, necessário buscar uma qualificação constante para dar conta dos desafios contemporâneos”, observa o presidente do Crea, engenheiro Lucio Borges.

Um dos focos da Gestão, no exercício 2018, compreendeu a fiscalização enquanto atividade-fim do Crea-MG.

O trabalho realizado pelas áreas-fim do Conselho apresentou resultados bastante positivos e a expectativa é que, em 2019, haja números ainda melhores.

Em 2018, o percentual de autos de infração (AINs) passou de 2,2% para 4,6%. Foram realizadas 121.495 ações de fiscalização e emitidos 5.644 autos de infração.

O aumento das irregularidades detectadas é explicado pela adoção de metodologias mais inovadoras e inteligentes, além da celebração de convênios com órgãos e instituições públicas para intercâmbio de dados – o que contribui para ampliar o alcance das ações. A troca de experiências com outros Creas também tem trazido contribuições positivas para a rotina do Regional mineiro. Ademais, **o Conselho reforçou a descentralização ao designar 1 (um) supervisor para a gestão do planejamento e controle das atividades em cada região do Estado.** As características regionais foram, também, valorizadas pela adoção do modelo de blitz de fiscalização. “Os inspetores foram integrados de maneira mais efetiva e o planejamento das blitz parte de uma demanda deles. Os inspetores conhecem a realidade local e, por isso, tornam as ações mais assertivas”, detalha Lucio. As blitz otimizam as ações de fiscalização e envolvem um maior número de agentes, o que lhes confere agilidade, proatividade e impessoalidade.

Os fiscais passaram por treinamentos para garantir a eficácia da Resolução n.º 1.047/2013 (Confea), que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades.

O Crea-MG fiscaliza o exercício e as atividades da engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia com o intuito de assegurar à sociedade a prestação de serviços por profissionais habilitados.

SET
2018

Crea-MG discute a Resolução n.º 1.047/2013

Com o objetivo de proteger a sociedade, garantindo a presença de profissionais legalmente habilitados à frente de obras e empreendimentos, o Crea-MG realizou treinamento para aprimorar aplicação da Resolução n.º 1.047/2013 do Confea.

De acordo com a resolução, o auto de infração deve ser lavrado pelo fiscal quando constatada alguma irregularidade, sem a emissão de notificação, como era feito anteriormente. “Embora o Crea-MG continue realizando ações educativas e de orientação, não haverá mais notificação de irregularidades”, explica o superintendente de Atendimento e Fiscalização, engenheiro agrônomo Humberto Falcão.

Ainda com o objetivo de potencializar a fiscalização, o Crea-MG tem realizado blitz a partir de demanda dos inspetores. “As blitz são proativas, impessoais e mais rápidas, pois contam com vários fiscais”, finaliza Falcão.

NOV
2018

Crea-MG já trabalha de acordo com a Resolução n.º 1.047

A Resolução n.º 1.047/2013 do Confea revogou dois artigos da 1.008/2004 que tratam de procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, extinguindo a notificação. A resolução determina que o fiscal lave o auto de infração quando detectada a irregularidade.

Na prática, significa que o fiscal, após a ação, fará todas as verificações, inclusive solicitando ao fiscalizado algum documento que não tenha sido localizado. A documentação, mesmo que apresentada posteriormente, deverá ter como data limite, o dia da visita do fiscal. Esgotadas as possibilidades legais, o fiscal lavrará o auto de infração, de acordo com o que determina a Resolução n.º 1.008.

Lembrando que o amplo direito a defesa continua assegurado ao autuado, conforme determina o artigo 5º da Constituição Federal de 1988.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

Segundo o presidente do Crea-MG, Lucio Borges,



“entendemos que a mudança cultural envolvida na diretriz de Fiscalização da [Resolução] 1.047 é um desafio para os fiscais e, por isso, nos preocupamos em lhes dar o suporte necessário e treinamento adequado”.

Ampliou-se a especialização para a mineração, bem como citam-se ações voltadas para o agronegócio. “Temos investido muito na fiscalização e recebido um retorno positivo dos profissionais”, afirmou o presidente do Crea-MG.

Atualmente, **o Crea-MG conta com 87 fiscais em atividade**. De acordo com o Gerente de Fiscalização, Nicolau Neder Pinheiro, a fiscalização é ferramenta indispensável para proteger a coletividade de profissionais não habilitados: “o desafio do novo modelo de fiscalização é conciliar as ações educativas e de orientação com um maior rigor na identificação e correção de irregularidades. A orientação ocorre quando o Conselho divulga as normas para a atuação das empresas e profissionais da engenharia, agronomia e geociência, assim como nas reuniões das fiscalizações por empreendimentos como agronegócio e mineração. Sem deixar de lado a orientação, o objetivo é aferir os resultados das ações de fiscalização com a identificação e correção de irregularidades ligadas ao exercício das nossas profissões, tendo como produto primário a proteção dos interesses sociais, dentre eles, a segurança da sociedade, o bem-estar social e humano e o equilíbrio ambiental.”

“Quando se pensa em promover o bem estar social, com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, devemos fazer mais do que simplesmente fiscalizar. Cabe ao Crea-MG orientar a sociedade, os profissionais e as empresas da área tecnológica, objetivando o bem comum, o aperfeiçoamento dos serviços, a salvaguarda dos direitos individuais, e a consequente valorização profissional” (Nicolau Neder).



Para promover a aproximação dos profissionais junto ao Conselho, o Crea-MG desenvolveu o **aplicativo Crea-MG Mobile** – disponível para download em dispositivos Android e IOS.

O app facilita o acesso do profissional e da sociedade civil a informações, desde a consulta da regularidade de profissionais e empresas até a conferência da autenticidade de ARTs e certidões. Além disso, cria um canal de comunicação direto com a Fiscalização do Conselho. O módulo **“Você Fiscal”** permite o envio de denúncias de forma rápida e simples. Através do aplicativo, é possível encaminhar o endereço e dados de obras e serviços irregulares, denunciando o exercício ilegal de engenharia, agronomia e geociências. Além das informações básicas, há possibilidade de encaminhar fotos e consultar o trâmite da denúncia no Conselho.

O aplicativo requer conexão de dados (Wi-Fi ou rede móvel) para funcionar.

É através da fiscalização que o Crea-MG cumpre a sua função de proteger a sociedade, garantindo a presença de profissionais legalmente habilitados à frente de empreendimentos da área tecnológica com todos os projetos e estudos necessários para acompanhar a execução da obra ou serviço. O resultado das ações é bom para todos: para os profissionais, há uma ampliação do mercado de trabalho e, para a sociedade, a garantia de que as obras e serviços serão executados com qualidade e segurança.

7.1.1. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do Conselho é focada no exercício profissional da engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, conforme prevê a Lei Federal n.º 5.194/1966.

Blitze de fiscalização ocorreram, em 2018, em inúmeras cidades mineiras. As ações de fiscalização foram realizadas, por fiscais do Conselho, em obras públicas e privadas de construção civil, bem como no agronegócio. Fiscais visitaram, por exemplo, hospitais e empresas de construção civil, mineração, instalação e manutenção elétrica, consultoria ambiental, bioenergia, energia solar fotovoltaica, instalação e manutenção mecânica, engenharia de segurança do trabalho e saneamento.

O principal objetivo das *blitze* é reforçar as fiscalizações de rotina ordinariamente realizadas pelas Inspetorias do Crea-MG para promover segurança e defender interesses sociais. Em linhas gerais, as ações de fiscalização objetivam a regularidade nas atividades e serviços, bem como verificar se há responsável técnico através do registro das empresas e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Destarte, avalia-se o cumprimento de normas e leis com o objetivo de garantir o bom andamento das obras. Vislumbra-se, pois, o Conselho como gerador de valores e garantidor de práticas que assegurem a segurança e o bem-estar social.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

Nas obras de **construção civil**, verificou-se a existência de profissional legalmente habilitado responsável pela elaboração dos projetos de obras/reformas, assim como o acompanhamento da sua execução, os contratos em serviços de engenharia, a regularidade junto ao Conselho, os registros de quadro técnico, bem como o registro de empresas/profissionais contratados para os serviços abrangidos pelo Sistema Confea/Crea. Os empreendimentos foram selecionados com base nos serviços de engenharia prestados e em obras de grande impacto nas cidades visitadas, bem como a partir de levantamentos feitos em portais da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), da Receita Federal, Portal Empresas do Brasil, além das informações das Inspetorias do Crea-MG.

No âmbito do **agronegócio**, a fiscalização verifica a existência de profissionais legalmente habilitados nos processos produtivos, com conhecimento e atribuições específicas para a orientação técnica dos empreendimentos. Objetiva-se garantir boas práticas nos processos de produção, e, assim, assegurar segurança alimentar, com a obtenção de produto final com qualidade, produtividade, continuidade e confiabilidade.

Fiscais do Crea-MG iniciaram, também, na presente Gestão, as primeiras ações fiscalizatórias em hospitais das redes pública e privada de Belo Horizonte/MG. Numa primeira abordagem, os fiscais verificaram se as empresas prestadoras de serviços (empresas que oferecem serviços ao hospital) possuem registro no Conselho, se os profissionais da área tecnológica têm atribuições para tais atividades e se emitem Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs). Foram verificados sistemas de ar condicionado, no-breaks, grupo motor gerador, aquecimento de água, vasos de pressão e equipamentos de combate a incêndio, numa verificação criteriosa dos equipamentos que compõem o complexo hospitalar fiscalizado. Avaliaram-se riscos à qualidade da prestação do serviço, já que engenheiros químicos, civis, eletricitas, mecânicos, de segurança do trabalho podem garantir eficiência em itens estratégicos como, qualidade da água e do ar, conforto da edificação, segurança das instalações e equipamentos, e, claro, dos profissionais que atendem pacientes e familiares. A ideia, sempre, é garantir a qualidade do serviço prestado à população. O intuito da fiscalização do Crea-MG é garantir que os servi-

[...] o principal objetivo do Conselho é resguardar a coletividade do exercício ilegal da engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, ao protegê-la da atuação de leigos, o que, consequentemente, amplia o mercado de trabalho para os profissionais abrangidos pelo Sistema.

ços são prestados por empresas habilitadas, ou seja, que os profissionais que atuam em hospitais têm o estudo adequado, a formação para desempenhar o serviço, para, ao fim, garantir que a qualidade do serviço esteja a contento para aqueles que utilizam os equipamentos – com a consequente salvaguarda dos interesses da coletividade.

Em todo e qualquer caso, a exigência do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) representa segurança tanto para o profissional quanto para a sociedade. A verdadeira missão do Crea é proteger o cidadão, ao garantir que profissionais estejam habilitados para desempenhar determinadas funções e assumir a responsabilidade técnica por atividades e serviços. Assim, o principal objetivo do Conselho é resguardar a coletividade do exercício ilegal da engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, ao protegê-la da atuação de leigos, o que, consequentemente, amplia o mercado de trabalho para os profissionais abrangidos pelo Sistema. A partir destas premissas, o Crea realiza, periodicamente, ações de fiscalização em obras e empreendimentos para verificar regularidades.

No âmbito do agronegócio, a fiscalização ampliou o mercado de trabalho de profissionais da área tecnológica e diminuiu o número de autuações, uma vez que aumentou o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e, acima de tudo, beneficiou os produtores rurais.

Após a realização das visitas técnicas e ao final dos processos de fiscalização – que incluem verificações quanto à regularidade dos empreendimentos e obras feitas nas Inspetorias –, caso seja detectada a existência de irregularidades, serão lavrados autos de infração.

Nas ações, é, também, esclarecida, aos empreendedores, a função do Conselho, que é defender a sociedade da prática ilegal das atividades técnicas, e, assim, garantir que existam profissionais legalmente habilitados, com conhecimento e atribuições específicas na condução dos empreendimentos da área tecnológica. O Crea-MG, logo, cumpre o seu dever legal de zelar pelo interesse público ao verificar a existência de responsáveis técnicos habilitados para os citados serviços. As ações de fiscalização, assim, garantem atendimento especializado, o que contribui para a melhoria e segurança dos serviços, bem como otimizações dos empreendimentos.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

Fiscalização promove especialização e intensifica ações

A fiscalização do Crea-MG mostra para a sociedade a importância de se ter um profissional legalmente habilitado. Para cobrir todo o estado, o Conselho conta com o envolvimento dos conselheiros e inspetores, além dos supervisores e fiscais. Conhecedores da realidade local, os inspetores contribuem com o planejamento da fiscalização e sua execução, apresentando demandas em relação às atividades da engenharia. Os conselheiros, por sua vez, focam as necessidades específicas de cada modalidade.

Entre as ações desenvolvidas pelo Conselho estão a especialização da fiscalização do agronegócio e da mineração. No caso do agronegócio, o Crea tem atingido bons resultados com a realização de reuniões preliminares com os envolvidos nessa cadeia produtiva. Além disso, os fiscais passaram por capacitação com o objetivo de aprofundarem seus conhecimentos a respeito do setor. Para a especialização na mineração, em implantação, os fiscais estão sendo treinados para nivelar o conhecimento sobre o setor, incluindo as implicações técnicas e ambientais da área.

Outro modelo, intensificado desde março deste ano, é o de blitz. O objetivo é reforçar as fiscalizações de rotina que são promovidas pelas inspetorias. Elas já ocorreram em obras e empreendimentos de algumas cidades como Uberaba, Santa Luzia, Viçosa, Ipatinga, Araxá e Juiz de Fora. Segundo o superintendente de Atendimento e Fiscalização, engenheiro agrônomo Humberto Falcão, ocorrerão ações desse tipo em todas as regiões do estado. "As blitzes são planejadas a partir de demanda dos inspetores e é a melhor forma de otimizar as ações de fiscalização. Elas são proativas, impessoais e mais rápidas, pois contam com vários fiscais", ressaltou.

DADOS DAS BLITZES DE FISCALIZAÇÃO:

46
blitze
+11.000
ações

5.054
obras

3.572
empresas

102
créditos
rurais

514
integrantes de
quadros técnico

1.997
contratos



noticiacrea

Fiscalização Integrada é realizada na Bacia do Rio das Velhas

Equipes do Crea-MG e de órgãos do Governo de Minas Gerais participaram de uma operação especial de fiscalização para verificar empreendimentos ao longo do Rio das Velhas, no trecho de seis municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Entre os dias 14 e 18 de maio, 50 fiscais, distribuídos em 11 equipes, deflagraram a 2ª etapa do Programa de Fiscalização no Rio das Velhas, maior afluente em extensão da bacia do Rio São Francisco.

O programa de fiscalização tem o objetivo de orientar os responsáveis por empreendimentos sobre o correto uso dos recursos naturais. Nesta edição, a ação chegou aos municípios de Lagoa Santa, Santa Luzia, Sabará, Jaboticatubas, Caeté e Taquaraçu de Minas. A área compreende as regiões do alto e médio Rio das Velhas, por onde os fiscais atuaram, apurando possíveis descumprimentos da legislação ambiental em recursos hídricos, saneamento, parcelamento do solo, flora, extração de areia, agricultura e indústria.

Segundo a supervisora de Planejamento da Fiscalização do Crea-MG, Patrícia Monteiro, o programa, que visa monitorar atividades potencialmente poluidoras, realiza o diagnóstico dos danos ambientais com vistas à preservação dos recursos hídricos. "Nossas ações buscam orientar, conscientizar e, caso necessário, notificar os responsáveis para proteger os cidadãos de possíveis irregularidades em locais com significativo potencial de risco ambiental", destacou.

Os alvos fiscalizados durante a operação foram identificados com uso de imagem de satélite e também por meio de denúncias e levantamentos de empreendimentos poluidores. "Entre as principais ferramentas, utilizamos as imagens de satélite que possibilitam visualizar as alterações na paisagem e as intervenções ambientais que vão sendo feitas gradativamente. Usamos também o banco de dados e informações de outros órgãos para orientar nossos agentes", ressaltou o superintendente de Estratégia e Fiscalização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Flávio Aquino.

Na fiscalização de parcelamentos de solos, as equipes integradas pela Semad, Crea-MG e Polícia Militar Ambiental tiveram como meta vistoriar 23 empreendimentos em Lagoa Santa. "Exigimos estudos de impacto ambiental, levantamento planaltimétrico, projetos urbanísticos, de drenagem, de pavimentação, de rede de água e esgoto e de distribuição urbana (RDU) e execuções das obras", afirma o fiscal do Crea-MG Francisco Lima.

Infrações

Levantamento preliminar da Semad mostra que 82 empreendimentos foram fiscalizados, sendo que em 56 foram constatadas inconformidades ambientais, o que resultou em embargo e suspensão de atividades, apreensões de instrumentos, produtos e aplicação de notificações e autos de infração.

As principais infrações constatadas foram operação sem licença ambiental, poluição ou degradação, supressão de vegetação sem documento de autorização e captação de água subterrânea e superficial sem outorga.

Além das equipes do Crea-MG e da Semad, participaram da operação agentes da Polícia Militar, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

INTRODUÇÃO

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

8. ANEXOS

**FICHA
TÉCNICA**

Fonte: site do Crea-MG

Especialização da Fiscalização em Mineração

A Especialização da Fiscalização em Mineração iniciou-se, em 2018, com o treinamento dos fiscais do Conselho, que dará a eles visão geral da cadeia produtiva do setor, desde a prospecção e pesquisa até o fechamento da mina e a recuperação ambiental, com as implicações técnicas e ambientais. A primeira turma foi composta por agentes das regiões Metropolitana, Central e Sudeste que se reuniram na sede nos dias 7 e 8 de agosto.

A expectativa é treinar os fiscais em três etapas, sendo que cada uma será realizada em cinco dias. Além da parte teórica, os fiscais participarão de Fiscalizações Regionais Dirigidas (FRDs). "Nossa intenção não é formar técnicos na área de mineração, mas prover informações gerais e nivelar o conhecimento dos fiscais sobre este setor. É fundamental eles conhecerem alguns métodos e equipamentos utilizados nas lavras, bem como as tecnologias empregadas", ressaltou o supervisor de fiscalização da mineração do Crea-MG, engenheiro de minas Newton Reis.

Os fiscais do Conselho serão treinados e atuarão em cinco polos, sendo dois em Belo Horizonte e os outros em Uberlândia, Ipatinga e Varginha, destacou.

noticiacrea

agosto/2018



noticiacrea

novembro/2018



Primeiro treinamento da fiscalização na mineração ocorre na sede do Conselho

Os fiscais do Crea-MG das regiões Metropolitana, Central e Sudeste participaram, nos dias 07 e 08 de agosto de 2018, do primeiro treinamento da fiscalização em mineração. Durante 16 horas, eles tiveram uma visão geral da cadeia produtiva do setor com as suas implicações técnicas e ambientais, objetivando capacitação técnica para o exercício da atividade profissional.

O supervisor de fiscalização da mineração do Crea-MG, engenheiro de minas Newton Reis, explicou aos fiscais as principais etapas de um empreendimento mineral - desde a prospecção e a pesquisa mineral até o fechamento da mina, com a sua respectiva recuperação ambiental. Ele apresentou, também, alguns métodos e equipamentos utilizados nas fases de lavra, beneficiamento e concentração mineral, bem como as tecnologias empregadas, ressaltando, especialmente, a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

Outro ponto importante destacado pelo supervisor da fiscalização é que todo projeto de mineração e consequente implantação deverá ser elaborado e executado por um profissional legalmente habilitado. "Os profissionais habilitados e qualificados para desempenhar a função de responsável técnico das atividades de prospecção, que é o início da procura do bem mineral, e de pesquisa mineral (estudo aprofundado) são os engenheiros de minas, os engenheiros geólogos e os geólogos", ressaltou Newton Reis.

Mesmo já tendo fiscalizado atividades de mineração há mais de 10 anos, o fiscal Levi Antunes reconhece que aprendeu muito no treinamento sobre o setor. "O treinamento nos trouxe informações valiosas sobre a existência de atividades até então desconhecidas por mim, como monitoramento e gestão de poços de rebaixamento de lençol freático em minas, georreferenciamento, sensoriamento remoto e geoprocessamento", pontuou.

Fonte: site do Crea-MG

Crea-MG ganha apoio à fiscalização especializada da mineração

O Crea-MG detalhou, no dia 6 de novembro de 2018, o projeto de especialização da fiscalização da mineração no estado. A apresentação contou com representantes de órgãos federais, como Ibama e Exército, e estaduais, como Secretaria do Meio Ambiente, Polícia Militar Ambiental e Fiemg, além de entidades de classe da engenharia e geologia. Os fiscais do Conselho foram capacitados nos meses de agosto e setembro e, a partir de 2019, serão realizadas as Fiscalizações Regionais Dirigidas (F.R.D.) voltadas para o setor mineral. Anteriormente às F.R.Ds, haverá reuniões com lideranças regionais e empreendedores para explicar o que será e como ocorrerá a fiscalização e de que forma o Conselho vai trabalhar. Para o engenheiro de minas Newton Reis de Oliveira Luz, supervisor de fiscalização da mineração do Crea-MG, as reuniões otimizam a fiscalização e melhoram o relacionamento do Conselho com profissionais e empreendedores: "desta forma eles estarão preparados para serem fiscalizados, buscando a regularização das atividades - não somente os profissionais, mas, também, as empresas em que eles atuam."

O Crea-MG é único Conselho no Brasil a possuir um projeto de especialização da fiscalização da mineração. O setor é um dos pilares da economia, por sua diversidade mineral, e contribui significativamente para o desenvolvimento do estado. A Federação das Indústrias de Minas Gerais apoia a iniciativa. O gerente de meio ambiente da Fiemg, engenheiro agrônomo Wagner Costa, lembra que a



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA



noticiacrea



noticiacrea

entidade mantém parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, para informar, instruir e sensibilizar os empreendedores a respeito das melhores práticas ambientais. Em 2018, 1.200 companhias industriais regularizaram suas atividades por conta desta abordagem.

Um dos principais objetivos da fiscalização é proteger a sociedade da prestação de serviços por leigos, ou até mesmo de profissionais não habilitados, no exercício de atividades técnicas. O superintendente do Ibama em Minas Gerais, engenheiro civil Julio Grillo, aprova a abordagem especializada pelo Crea-MG: “acho realmente ótimo que se fortaleça a fiscalização. Mas entendo que a atividade da engenharia em

relação a mineração que se pratica hoje, bem como a fiscalização, tem que subir um pouco na sua qualidade.”

A especialização na mineração segue o modelo adotado, pelo Crea-MG, junto ao agronegócio. As ações têm como objetivo a constatação da regularidade nas atividades, verificando se há responsável técnico através do registro das empresas, bem como da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). As abordagens têm caráter educativo, com a finalidade de mostrar ao setor produtivo a importância e a necessidade da existência de profissionais habilitados à frente do empreendimento.

Fonte: site do Crea-MG

Crea-MG conclui o Treinamento de Especialização da Fiscalização em Mineração

Mais uma etapa do projeto de Especialização da Fiscalização na Mineração foi concluída com o treinamento dos fiscais. Segundo o supervisor da Fiscalização na Mineração, engenheiro de minas Newton Reis, o objetivo é proporcionar uma visão geral e detalhada de cada etapa do ciclo mineral - a prospecção; a pesquisa; o licenciamento junto aos órgãos competentes; o planejamento da lavra a céu aberto ou subterrânea; as características, o processo de beneficiamento e concentração mineral; a deposição de rejeito final, com o controle e implicações ambientais; e, finalmente, a recuperação ambiental da área lavrada pelo empreendedor.

Newton explica, ainda, que o curso “nivelou o conhecimento dos fiscais para que eles trabalhem em ações de fiscalização, promovendo a regularização de profissionais e empresas da cadeia produtiva da mineração”, destacou. Ele reforça que a Câmara Especializada de Geologia e Minas (CEGM) teve importância fundamental no projeto, apoiando todos os passos, desde sua concepção até as etapas de implantação.

Avaliações

O treinamento foi realizado, em Belo Horizonte, nos dias 6 e 7 de agosto e 11 e 12 de setembro; em Uberlândia, nos dias 18 e 19 de setembro; em Varginha, nos dias 25 e 26 de setembro e, em Ipatinga, nos dias 27 e 28 de setembro. Em cada uma das cidades, ao final do processo, os fiscais fizeram avaliações individuais sobre o conteúdo do programa, atuação do instrutor, atuação dos participantes, infraestrutura e logística. O treinamento obteve índice de satisfação global de 87%. “Tivemos uma visão geral de todas as etapas de uma cadeia produtiva específica e noções

de onde deve existir a participação técnica de um profissional qualificado e habilitado”, ressaltou o fiscal de Manhuaçu, Marcelo Vieira.

Próxima etapa

Em continuidade ao projeto de Especialização da Fiscalização na Mineração, estão programadas, para 2019, algumas atividades, como reuniões em cidades-polo, cujo público-alvo serão lideranças, profissionais e empresários ligados à cadeia produtiva da mineração em todas as regiões do estado. Em cada uma, o foco será determinado segmento. Na região Sudeste do estado, haverá reuniões em Barbacena e Ubá, respectivamente, abordando rochas britadas e agregados para construção civil; na Metropolitana, a reunião será em Ouro Preto, com foco em minério de ferro; na Central, o alvo será o calcário, e o encontro será em Arcos; na Leste, em João Monlevade e Ipatinga, o foco também será o minério de ferro; na Sul, trataremos de quartzito, em Luminárias e Guapé; na Norte, em Diamantina, o tema será rochas ornamentais e de revestimento, além do minério de ferro; e, finalmente, no Triângulo, em Patrocínio e Uberaba, o foco será em fosfato e nióbio.

As reuniões, que precedem a Ação de Fiscalização Dirigida (F.R.D.), objetiva esclarecer dúvidas a respeito do que é verificado, pelo Crea-MG, durante as ações. Elas são divididas em três partes, sendo que a primeira aborda informações institucionais sobre o Crea-MG; nas seguintes, a equipe da Especialização na Mineração falará sobre as etapas do Projeto e encerrará com informações técnicas relacionadas ao tema da reunião e avaliação final feita pelos participantes.

Fonte: site do Crea-MG



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

Em 2018, foram realizadas, no estado, **121.495 ações** de fiscalização pelo Crea-MG, distribuídas entre as regionais do Conselho.

VISITAS/AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

121.495 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

SITUAÇÃO REGULAR		SITUAÇÃO IRREGULAR (NOTIFICAÇÕES/OCORRÊNCIAS)	
92.055	29.440		
	REGULARIZADAS NO PRAZO	GERARAM AUTOS DE INFRAÇÃO	
	19.130	5.770	

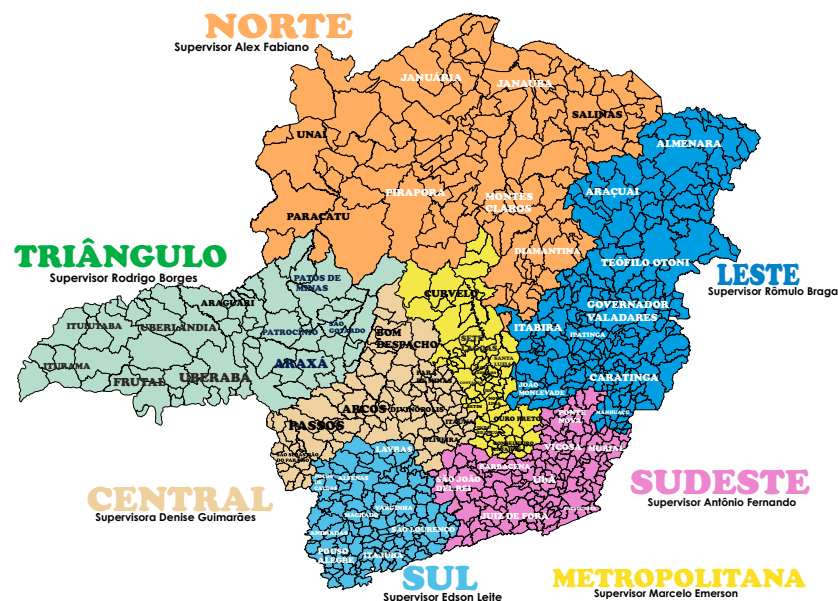
Fiscais Inspetorias	79
Fiscais da Gerência de Fiscalização	3
Fiscais da Supervisão de Planejamento	2
Fiscais da Supervisão de Controle	1
Fiscais da Supervisão do Agronegócio	1
Fiscais da Supervisão de Mineração	1
Total de Fiscais	87



A partir de outubro de 2018, haja vista a adoção, pelo Crea-MG, da Resolução Confea n.º 1.047/2013, as notificações para regularização foram eliminadas. Logo, diante de eventual irregularidade/ocorrência constatada, passou-se a lavrar, automaticamente, o auto de infração.

[Obs.: há relatórios de fiscalização que ainda não foram tratados, caracterizando o passivo a ser regularizado (para além dos processos que aguardam análise de Câmara e decisão judicial). Nestes casos, as situações não são consideradas como "regulares" ou geradoras de autos de infração]

FONTE: GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO (GFZ)



NORTE

Fiscal Nivel Superior.....	1
Fiscal Nivel Técnico.....	7
Fiscal Nivel Básico.....	1

TRIÂNGULO

Fiscal Nivel Superior.....	3
Fiscal Nivel Técnico.....	10

CENTRAL

Fiscal Nivel Técnico.....	7
Fiscal Nivel Básico.....	1

SUL

Fiscal Nivel Superior.....	2
Fiscal Nivel Técnico.....	9

LESTE

Fiscal Nivel Superior.....	2
Fiscal Nivel Técnico.....	9

SUDESTE

Fiscal Nivel Superior.....	1
Fiscal Nivel Técnico.....	8

METROPOLITANA

Fiscal Nivel Superior.....	3
Fiscal Nivel Técnico.....	17
Fiscal Nivel Básico.....	2

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERALRELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



4. RESULTADOS DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



7 FICHA TÉCNICA

TOTAL DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

REGIONAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	963	1.293	1.124	1.870	1.671	1.329	1.394	1.002	1.223	1.516	1.438	1.132	15.955
CENTRO-OESTE	545	985	1.382	986	1.150	841	643	779	444	862	1.107	789	10.513
CENTRO-SUL	474	787	1.122	1.179	512	663	618	910	497	754	811	631	8.958
GER. FISCALIZAÇÃO	369	56	497	370	440	361	892	515	14	407	553	448	4.922
METROPOLITANA	674	1.211	1.478	1.780	1.229	1.935	1.427	1.047	1.588	1.561	1.653	637	16.220
NORDESTE	440	588	630	644	657	458	467	480	365	562	844	839	6.974
NOROESTE	131	407	366	458	370	306	585	687	772	1.155	989	956	7.182
NORTE	474	837	1.310	1.126	1.079	1.008	808	732	398	926	901	674	10.273
RIO GRANDE	170	389	427	487	438	534	523	536	538	508	430	482	5.462
SUDESTE	663	1.218	1.275	1.120	1.097	915	848	751	627	1.296	1.052	1.410	12.272
SUL	254	620	610	1.278	813	891	743	477	454	652	896	1.059	8.747
TRIÂNGULO	263	556	496	706	456	419	464	342	520	532	408	311	5.473
VALE DO AÇO	424	628	1.195	610	646	584	590	717	443	578	744	1.385	8.544
TOTAL DE AÇÕES	5.844	9.575	11.912	12.614	10.558	10.244	10.002	8.975	7.883	11.309	11.826	10.753	121.495

FONTE: GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO (GFZ)

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL
 RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

 MENSAGEM DO
PRESIDENTE

 1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

 2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

 3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

 4. RESULTADOS
DA GESTÃO

 5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

 6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

 7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

 FICHA
TÉCNICA

O NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES
POR ACIONAMENTO
(DENÚNCIAS) ATINGIU
O NÚMERO DE **1.530**
EM TODO O ESTADO
NO EXERCÍCIO 2018,
18,6% MAIOR QUE EM
2017



COMPARATIVO DE DENÚNCIAS

REGIONAL	Volume Total de Denúncias 2017	Volume Total de Denúncias 2018	Comparativo 2018/2017
BELO HORIZONTE	114	450	294,7%
CENTRO-OESTE	33	40	21,2%
CENTRO-SUL	47	54	14,9%
GER. FISCALIZAÇÃO	2	4	100,0%
METROPOLITANA	298	257	-13,8%
NORDESTE	113	129	14,2%
NOROESTE	38	42	10,5%
NORTE	88	97	10,2%
RIO GRANDE	80	76	-5,0%
SUDESTE	100	126	26,0%
SUL	134	26	-80,6%
TRIÂNGULO	107	97	-9,3%
VALE DO AÇO	136	132	-2,9%
TOTAL DE AÇÕES	1.290	1.530	18,6%

FONTE: GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO (GFZ)

7.1.2. GESTÃO DAS NOTIFICAÇÕES, OCORRÊNCIAS E AUTUAÇÕES EM DECORRÊNCIA DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

7.1.2.1. TOTAL DE NOTIFICAÇÕES/OCORRÊNCIAS (IRREGULARIDADES)

Foram registradas, em 2018, **29.440 notificações/ocorrências** no estado, conforme distribuição abaixo. Em relação ao ano de 2017, houve um aumento de **25,8%**.

TOTAL DE NOTIFICAÇÕES E OCORRÊNCIAS

REGIONAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	% COMPARATIVO AO N.º DE AÇÕES	TOTAL 2017	% COMPARATIVO 2018/2017
BELO HORIZONTE	1	2	1	2	4	3	11	0	88	59	12	85	1.616	10,1%	887	82,2%
CENTRO-OESTE	32	44	88	69	97	98	116	84	21	105	176	110	2.197	20,9%	2.550	-13,8%
CENTRO-SUL	26	42	129	36	30	40	64	96	48	197	134	246	2.758	30,8%	2.714	1,6%
GER. FISCALIZAÇÃO	0	0	0	0	0	0	2	0	106	11	1	1	298	6,1%	94	217,0%
METROPOLITANA	31	36	128	8	66	178	168	85	159	475	175	368	5.571	34,3%	2.223	150,6%
NORDESTE	25	21	70	14	26	32	20	60	114	168	110	133	2.696	38,7%	1.563	72,5%
NOROESTE	2	18	17	30	31	4	34	13	57	21	1	104	1.212	16,9%	1.589	-23,7%
NORTE	83	89	265	58	140	32	55	43	167	122	41	98	3.012	29,3%	2.761	9,1%
RIO GRANDE	2	3	19	11	33	21	42	11	63	150	65	200	2.538	46,5%	1.367	85,7%
SUDESTE	68	85	148	102	87	116	100	67	24	134	18	92	2.401	19,6%	2.987	-19,6%
SUL	21	90	73	34	51	76	82	79	61	73	20	105	1.707	19,5%	1.711	-0,2%
TRIÂNGULO	1	1	0	2	22	2	1	0	46	34	5	172	1.849	33,8%	940	96,7%
VALE DO AÇO	22	46	129	32	33	73	25	86	48	79	55	158	1.585	18,6%	2.007	-21,0%
TOTAL	314	477	1.067	398	620	675	720	624	1.002	1.628	813	1.872	29.440	24,2%	23.393	25,8%

FONTE: SISTEMA GEFISC

7.1.2.2. TOTAL DE NOTIFICAÇÕES REGULARIZADAS ANTERIORMENTE À EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

Do total de ocorrências cadastradas, **19.130** foram regularizadas anteriormente à emissão do auto de infração (AIN) – o que representa índice de 65,0% de regularização.

A partir de outubro de 2018, haja vista a adoção, pelo Crea-MG, da Resolução Confea n.º 1.047/2013, às notificações para regularização foram eliminadas. Logo, diante de eventual irregularidade/ocorrência constatada, passou-se a lavar, automaticamente, o auto de infração.

REGULARIZAÇÃO ANTES DA AUTUAÇÃO

REGIONAL	TOTAL	% comparativo ao n.º de irregularidades
BELO HORIZONTE	1.099	68,0%
CENTRO-OESTE	1.830	83,3%
CENTRO-SUL	2.121	76,9%
GER. FISCALIZAÇÃO	137	46,0%
METROPOLITANA	3.571	64,1%
NORDESTE	1.399	51,9%
NOROESTE	928	76,6%
NORTE	1.825	60,6%
RIO GRANDE	1.129	44,5%
SUDESTE	2.179	90,8%
SUL	1.330	77,9%
TRIÂNGULO	700	37,9%
VALE DO AÇO	882	55,6%
TOTAL	19.130	65,0%

FONTE: SISTEMA GEFISC



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

7.1.2.3. TOTAL DE AUTUAÇÕES

Em 2018, foram expedidos 5.770 autos de infração (AINs) – o que representa índice de 4,7% no que tange ao número de ações de fiscalização realizadas.

Houve aumento em 71,0% do número de AIN's emitidos comparativamente ao exercício 2017.

AUTUAÇÕES

REGIONAL	TOTAL 2018	% COMPARATIVO AO N° DE AÇÕES	TOTAL 2017	% COMPARATIVO 2018/2017
BELO HORIZONTE	376	2,4%	350	7,4%
CENTRO-OESTE	173	1,6%	142	21,8%
CENTRO-SUL	603	6,7%	135	346,7%
GER. FISCALIZAÇÃO	33	0,7%	23	43,5%
METROPOLITANA	1.325	8,2%	480	176,0%
NORDESTE	599	8,6%	399	50,1%
NOROESTE	199	2,8%	148	34,5%
NORTE	445	4,3%	431	3,2%
RIO GRANDE	701	12,8%	226	210,2%
SUDESTE	157	1,3%	142	10,6%
SUL	365	4,2%	269	35,7%
TRIÂNGULO	401	7,3%	151	165,6%
VALE DO AÇO	393	4,6%	479	-18,0%
TOTAL	5.770	4,7%	3.375	71,0%

FONTE: SISTEMA GEFISC

AINS POR CAPITULAÇÃO

37	FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CREA	2235	36	DIPLOMADO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, SEM O DEVIDO REGISTRO NO CREA	26
97	PESSOA FÍSICA QUE NÃO CONTRATAR PROFISSIONAL HABILITADO P/ ATIVIDADE TÉCNICA	1135	94	PESSOA JURÍDICA NÃO ENQUADRADA NO ART. 59 DA LEI N.º 5194/1966, EXERCENDO ATIVIDADE RESERVADA A PROFISSIONAL DO CREA	19
12	FALTA DE REGISTRO DA ART OBRA/SERVIÇO	867	93	PROFISSIONAL EM ATIVIDADE, COM REGISTRO SUSPENSO/INTERROMPIDO	11
4	PESSOA JURÍDICA REGISTRADA NO CREA, EM ATIVIDADE E SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO	447	45	PESSOA FÍSICA/LEIGO EXERCENDO ATIVIDADE RESERVADA A PROFISSIONAL HABILITADO PELO CREA	8
51	PESSOA FÍSICA QUE DEIXAR DE CONTRATAR RESPONSÁVEL TÉCNICO EM PROPRIEDADE RURAL	417	52	PESSOA JURÍDICA QUE DEIXOU DE CONTRATAR RESPONSÁVEL TÉCNICO EM PROPRIEDADE RURAL	8
89	PESSOA JURÍDICA NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVATIVA DE PROFISSIONAL DO CREA (PESSOA FÍSICA), SEM OBJETO SOCIAL RELACIONADO	155	84	PROFISSIONAL EM ATIVIDADE COM REGISTRO CANCELADO NO CREA	8
85	PESSOA JURIDICA EM ATIVIDADE COM REGISTRO CANCELADO NO CREA	134	88	PESSOA JURÍDICA COM SEÇÃO TÉCNICA, EM ATIVIDADE, SUJEITA FISCALIZAÇÃO DO CREA E SEM REGISTRO	5
33	FALTA DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM OBRA/SERVIÇO	57	46	ACOBERTAMENTO PROFISSIONAL	3
57	FALTA DE REGISTRO DA ART DE DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO	46	98	PESSOA JURÍDICA USANDO, INDEVIDAMENTE, ENGENHEIRO/ARQUITETO/AGRÔNOMO EM SUA RAZÃO SOCIAL	3
15	PROFISSIONAL NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES ANOTADAS EM SEU REGISTRO	29	22	POR NÃO RESPEITAR DIREITOS AUTORAIS, UTILIZANDO PLANO OU PROJETO	1
21	FALTA DE VISTO EM REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	29	23	FALTA DE VISTO EM REGISTRO PROFISSIONAL	1
			5644		

7.1.2.4. VALORES ARRECADADOS COM AUTOS DE INFRAÇÃO

O quadro abaixo apresenta os valores arrecadados, com autos de infração, no ano de 2018.

VALORES ARRECADADOS COM AUTOS DE INFRAÇÃO EM 2018

AIN	VALOR
AUTO DE INFRAÇÃO PESSOA FÍSICA	R\$ 87.201,04
AUTO DE INFRAÇÃO PESSOA JURÍDICA	R\$ 355.772,11
TOTAL	R\$ 442.973,15

FONTE: CONTABILIDADE DO CREA-MG



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

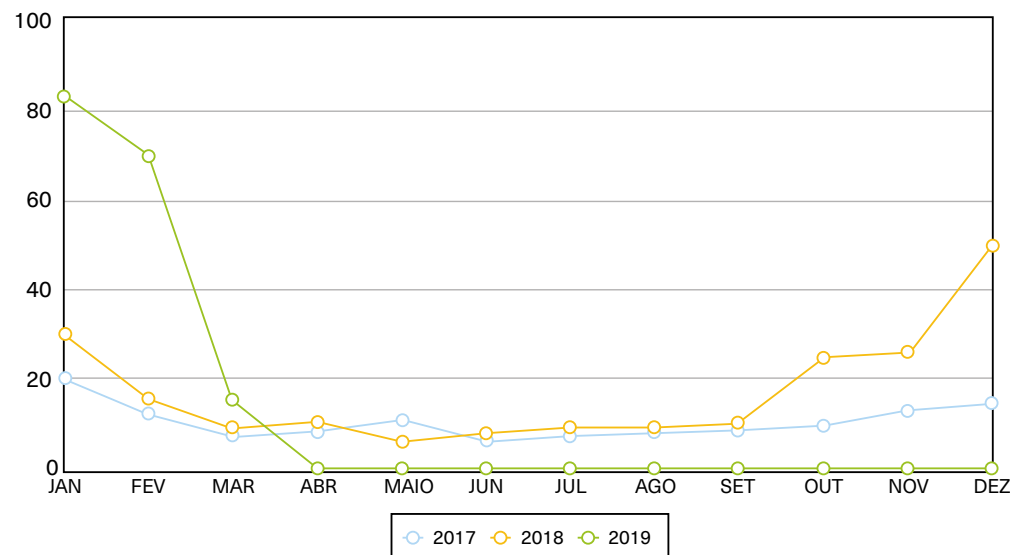
7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

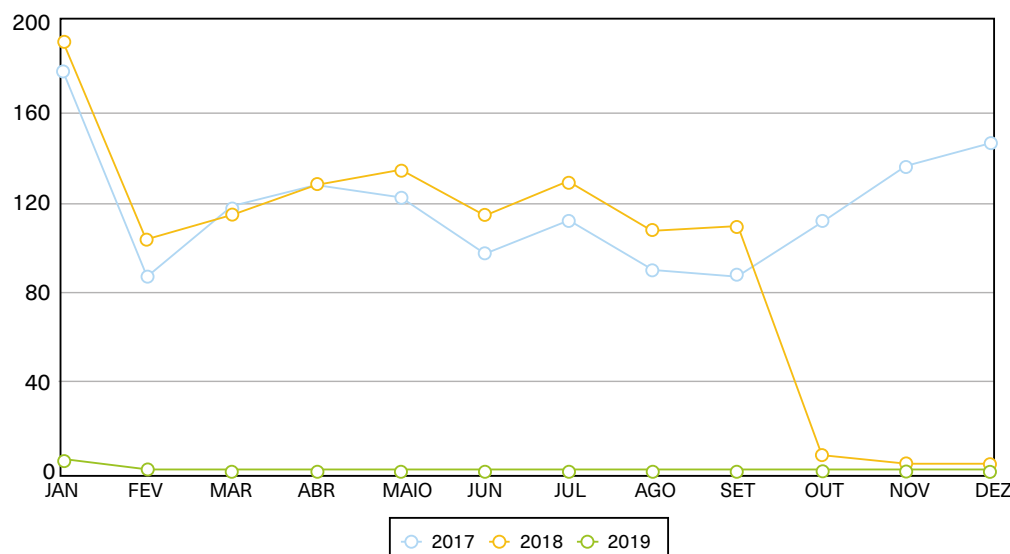
FICHA TÉCNICA

7.1.3. DADOS COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Índice de Autuações Emitidas



Índice de Notificações Realizadas



A partir de outubro de 2018, haja vista a adoção, pelo Crea-MG, da Resolução Confea n.º 1.047/2013, as notificações para regularização foram eliminadas. Logo, diante de eventual irregularidade/ocorrência constatada, passou-se a lavrar, automaticamente, o auto de infração (autuações).

[Obs.: dados gerados em março/2019, o que justifica os baixos índices nos demais meses de 2019].



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

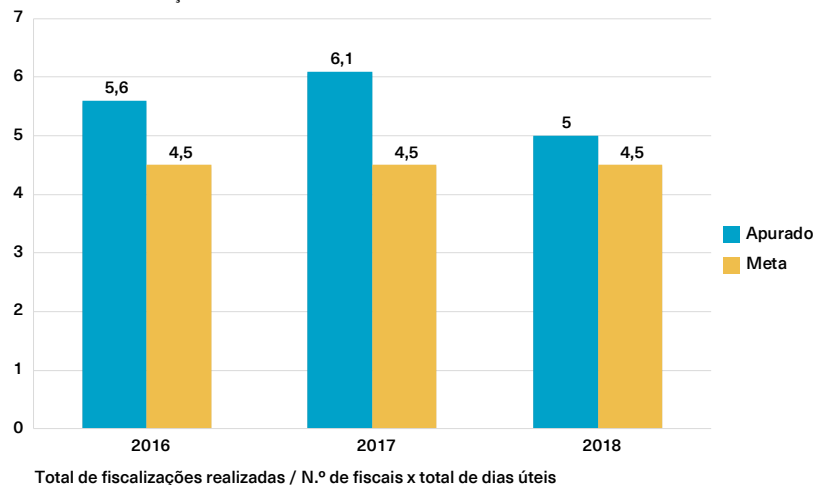
 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

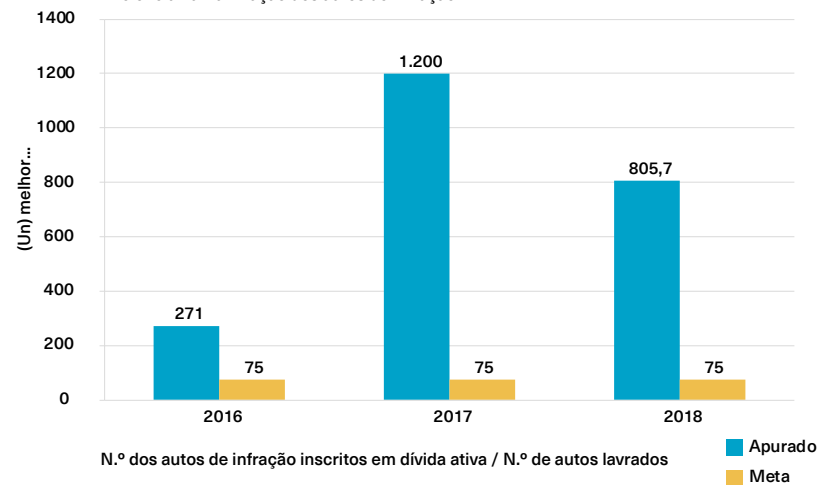
 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

Média de fiscalizações diárias realizadas



Eficiência na tramitação dos autos de infração

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

7.2. REGISTRO PROFISSIONAL E ACERVO TÉCNICO

REGISTRO DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS

PESSOA FÍSICA	REGISTROS ATIVOS 2017	INSCRIÇÕES 2018	CANCELADOS 2018
NÍVEL SUPERIOR	105.490	18.408	6
NÍVEL MÉDIO	49.413	4.846	18
ESTRANGEIROS	104	8	-
VISTO	40.967	2.846	-
REGISTRO TEMPORÁRIO	-	-	-
TOTAL	195.974	26.108	24

PESSOA JURÍDICA	REGISTROS ATIVOS 2017	INSCRIÇÕES 2018	CANCELADOS 2018
NACIONAL	29.420	4.302	253
ESTRANGEIRA	-	1	-
VISTO	253	366	-
REGISTRO TEMPORÁRIO	-	-	-
TOTAL	29.673	4.669	253

FONTE: GERÊNCIA DE REGISTRO E ACERVO TÉCNICO (GRA)



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

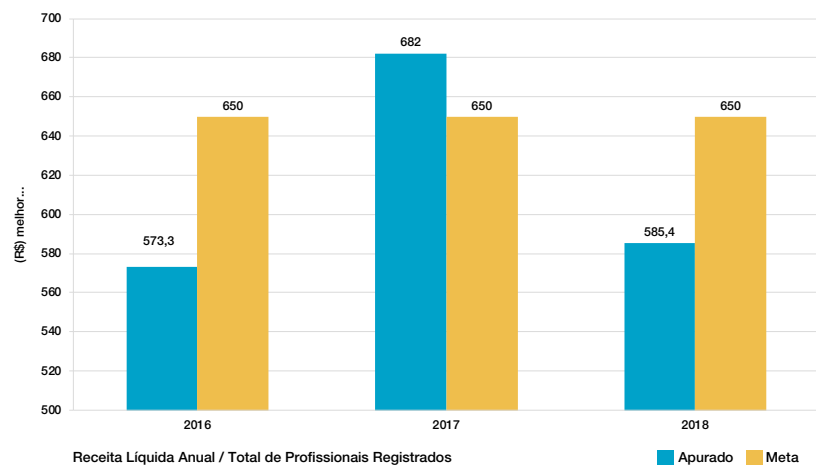
 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

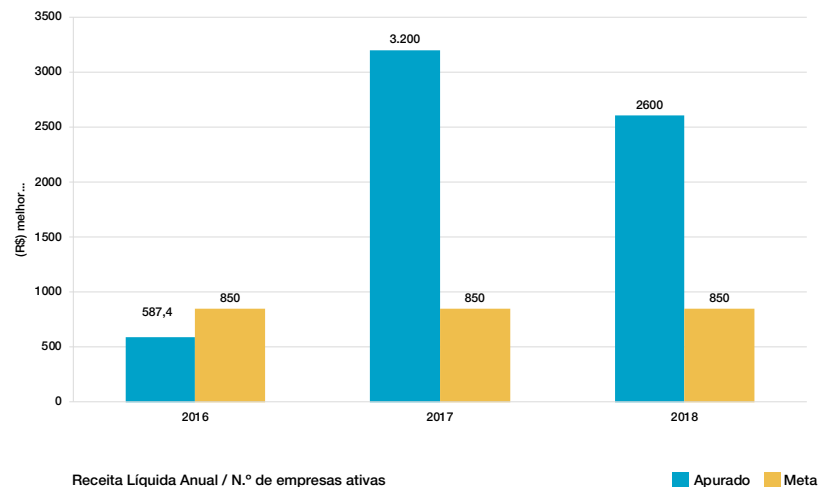
 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

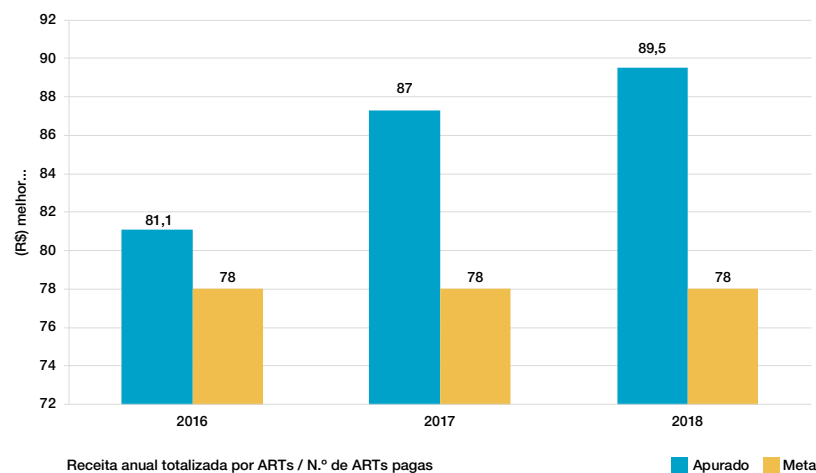
Receita média por profissional



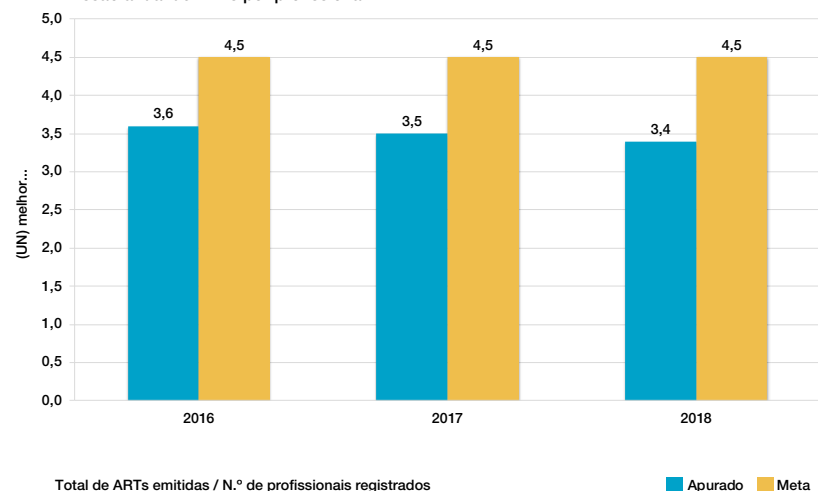
Receita média por empresa



Valor médio da ART



Emissão anual de ARTs por profissional



7.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CONSELHO

7.3.1. RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO

O Plenário do Crea-MG, órgão colegiado decisório da estrutura básica, visa decidir sobre os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, com a observância à legislação vigente relativa a prescrições processuais. Constitui a segunda instância de julgamento no âmbito de jurisdição do Conselho Regional, ressalvada a hipótese de foro privilegiado.

É composto por um presidente e por conselheiros regionais – todos brasileiros e diplomados nas áreas da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, obedecida a seguinte composição:

- I. Um presidente;
- II. Um representante por grupo profissional da Engenharia e da Agronomia de cada instituição de ensino superior registrada no Crea-MG e com sede em Minas Gerais, desde que aquela mantenha curso na área de cada um dos grupos profissionais;
- III. Representantes das entidades de classe de profissionais de nível superior registradas no Crea-MG e com sede no território de jurisdição do Conselho, segundo critérios de proporcionalidade estabelecidos em resolução específica, assegurado o mínimo de um representante por entidade; e
- IV. Um representante de entidade de classe de profissionais de nível médio registrada no Crea-MG e com sede na jurisdição, por câmara especializada, observando que ao menos um destes exerça docência, segundo critérios estabelecidos em resolução específica.

O Plenário do Crea-MG tem composição renovada em 1/3, anualmente, excluindo o Presidente, na forma da lei.

A instituição de ensino superior indicará, para representante e respectivo suplente, profissionais no exercício da docência que pertençam à categoria, à modalidade ou ao campo de atuação profissional do curso que a instituição de ensino superior oferta e na qual se fará representar, conforme definição estabelecida pelo Crea-MG. Caso o profissional indicado seja

associado a mais de uma entidade de classe, o Crea-MG deverá verificar se consta da respectiva relação de profissionais associados e se optou pela entidade.

No portal do Crea-MG na internet, é possível ter acesso à composição do Plenário do Conselho (listagem dos conselheiros titulares e suplentes, com os respectivos títulos, duração dos mandatos e entidades por eles representadas)

COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO PLENÁRIO DO CREA-MG

REUNIÕES		QUANTITATIVO	
ORDINÁRIAS		12	
EXTRAORDINÁRIAS		1	
SOLENNES		1	
PROCESSOS		QUANTITATIVO	
PROCESSOS REMANESCENTES DE 2017		51	
PROCESSOS RECEBIDOS EM 2018		EM ANDAMENTO	CONCLUÍDOS
ANOTAÇÃO DE CURSO		3	29
BAIXA DE REGISTRO DE EMPRESA		1	6
CADASTRAMENTO DE CURSO		3	-
CADASTRAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO		2	-
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO		1	3
CERTIDÃO DE ATRIBUIÇÃO		9	5
COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO DO REGIONAL		109	105
INFRAÇÃO À LEI N.º 5194/1966		209	335
INFRAÇÃO À LEI N.º 6496/1977		26	60
INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA		1	10
INTERRUPÇÃO DE REGISTRO		-	-
ORÇAMENTOS/REFORMULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		-	-
OUTROS		-	-
RECURSOS		-	-
REGISTRO DE EMPRESA		2	-
REGISTRO DE ENTIDADES DE CLASSE		-	7
REGISTRO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO		-	2
REGISTRO DE PROFISSIONAL - GRADUADO NO EXTERIOR		4	3
RESPONSABILIDADE TÉCNICA		-	-
REVISÃO DE ATRIBUIÇÃO		5	3
SOLICITAÇÃO		0	1
TOTAL		375	569
FONTE: SECRETARIA DE APOIO AO PLENÁRIO (SAP) DO CREA-MG			

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

7.3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

A fiscalização do exercício profissional foi prioridade para as Câmaras no exercício 2018. Os planos de trabalho das Câmaras descreveram as metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos para o ano. Eles representam um compromisso com o Plenário e servem como instrumento de acompanhamento das atividades realizadas pelos conselheiros, contribuindo para ampliar a transparência do Crea-Minas.

A fiscalização foi considerada estratégica por todas as Câmaras, demonstrando sintonia com a diretriz nacional apresentada em fevereiro, pelo Confea. A valorização profissional e o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino foram pontos comuns nos planos de trabalho.

Além dos tópicos compartilhados, algumas Câmaras apresentaram questões específicas, como a reciclagem automotiva e inspeções em veículos, que estão na pauta da Mecânica e Metalúrgica (CEMM), e a discussão acerca do projeto do Novo Marco Regulatório da Mineração, pela Geologia e Engenharia de Minas (CEGM).

RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

	CÂMARAS ESPECIALIZADAS								
	CEAGRI	CEAGRO	CEEC	CEEE	CEEF	CEEM	CEEQ	CEEST	CEGM
QUANTIDADE DE REUNIÕES	22	23	24	23	X	23	21	20	23
ORDINÁRIAS	22	22	23	23	X	23	21	19	22
EXTRAORDINÁRIAS	0	1	1	0	X	0	0	1	1
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO	0	0	0	0	X	0	0	0	0
WORKSHOP/EVENTO REGIONAL	0	0	0	0	X	0	0	1	0
QUANTIDADE DE ATOS ADMINISTRATIVOS	430	712	2139	911	X	890	188	883	385
DECISÕES	425	707	2134	907	X	885	183	877	380
NORMAS DE FISCALIZAÇÃO	5	5	5	4	X	5	5	5	5
QUANTIDADE DE MATÉRIAS ANALISADAS⁽¹⁾	425	707	2134	907	X	885	183	877	380
ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL	10	18	53	40	X	5	1	1	22
DUPLA RESPONSABILIDADE TÉCNICA	0	0	0	0	X	0	0	0	0
ELABORAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS	0	0	0	0	X	0	0	0	0
INFRAÇÃO À LEI N.º 5.194/66	64	406	844	208	X	394	125	18	208
INFRAÇÃO À LEI N.º 6.496/77	12	32	144	58	X	54	0	10	5
INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA	27	54	189	22	X	21	5	23	19
REGISTRO DE ENTIDADE DE CLASSE	0	0	1	6	X	0	3	4	5
REGISTRO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO	10	16	50	44	X	28	8	9	2
REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	6	6	81	34	X	15	1	3	32
REGISTRO DE PROFISSIONAL	19	3	144	194	X	99	3	78	23
REGISTRO DIPLOMADO NO EXTERIOR	0	0	4	2	X	0	2	0	0
REVISÃO DE ATRIBUIÇÃO	271	137	90	26	X	34	15	0	24
OUTROS	6	40	534	273	X	235	20	737	40
LEGENDA									
CEAGRI: CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRIMENSURA.									
CEAGRO: CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA.									
CEEC: CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL.									
CEEE: CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA.									
CEEF: CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA FLORESTAL.									
CEEM: CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA MECÂNICA E METALÚRGICA.									
CEEQ: CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA QUÍMICA.									
CEEST: CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO.									
CEGM: CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS.									
NOTA 1: ENTENDE-SE POR MATÉRIAS OS PROCESSOS OU PROTOCOLOS FORMALIZADOS NA UNIDADE JURISDICIONADA SUBMETIDOS À APRECIÇÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA.									
FONTE: GERÊNCIA TÉCNICA E DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS (GTC)									



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

CÂMARAS ESPECIALIZADAS

Criadas pela Lei n.º 5.194/1966, as Câmaras Especializadas são os órgãos encarregados de julgar e decidir os assuntos de fiscalização pertinentes às especializações profissionais e às infrações ao Código de Ética. Além disso, as Câmaras apreciam e julgam, em primeira instância, os pedidos de registro de profissionais, de empresas, de entidades de direito público, de entidades de classe e de instituições de ensino.

As Câmaras fazem parte da estrutura básica do Conselho e são compostas na primeira sessão plenária ordinária do ano, de acordo com a proposta de renovação do terço do Plenário, homologada pelo Confea. Com um mínimo de três conselheiros, as Câmaras terão um membro, eleito pelo Plenário, representando os demais grupos profissionais.

Agrimensura • CAGR

Coordenador 2018: Eng. Jairo Barrioni
Além de elaborar e atualizar normas para fiscalização da modalidade de engenharia de agrimensura, a CAGR trabalhou junto aos profissionais e instituições de ensino, especialmente com as Universidades Federais de Uberlândia (UFU), de Viçosa (UFV), Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (Eafi) e Feamig. Uma diretriz adotada foi intensificar a participação nas reuniões regionais e nacionais. "Este ano, participamos de importantes reuniões nas Comissões de Ética, de Educação, do Meio Ambiente e também com a Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia de Agrimensura (CCEEAGRI). Buscamos a valorização do trabalho dos engenheiros agrimensores e geógrafos e o foco no georreferenciamento, na regularização fundiária e nos planos diretores", detalha Barrioni.

Agronomia • CEAG

Coordenador 2018: Eng. Gustavo Lopes da Silva
A CEAG focou suas ações na elaboração de diretrizes para a fiscalização do agronegócio, dando respaldo às FRDs e Blitz na área agrônômica, inclusive com auxílio do Ministério Público e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). "Outra atividade importante foi desenvolvida em conjunto com a Comissão de Educação. Analisamos o conteúdo dos cursos que requerem registro no Conselho, para definir as atribuições profissionais a serem concedidas a novos profissionais. Fora de Plenário, realizamos visitas a propriedades no município de Unai, onde ocorreu uma reunião com produtores, profissionais e estudantes de agronomia da região. Lá falamos sobre o papel e a importância do Conselho e da Câmara de Agronomia", ressalta Gustavo.

Civil • CEEC

Coordenador 2018: Eng. Guilherme Augusto G. de Oliveira
A CEEC teve como principal diretriz diminuir o tempo de resposta para os profissionais e a sociedade em relação a processos éticos, solicitação de registros e de atribuições, dentre outros. "Um trabalho importante desenvolvido pela Câmara neste ano foi o diálogo com as instituições de ensino de modo a conseguir que o conteúdo dos currículos garantisse atribuições aos graduandos nos cursos de engenharia civil, sanitária e ambiental, que têm um maior número de profissionais na modalidade. Nosso trabalho é valorizar a engenharia, atuando nas comissões de forma inovadora, garantindo a segurança da sociedade com propostas para melhorar a prestação de serviço", enfatiza Guilherme.

Elétrica • CEEE

Coordenador 2018: Eng. Saulo de M. Garcia Júnior
A CEEE priorizou, em suas atividades, o pronto atendimento de pedidos de registro tanto de profissionais como de empresas, revisão de atribuições, CAT, dentre outras. "Viabilizamos uma parceria entre o Crea-MG e a Anatel, objetivando colaborar com os profissionais da área levando diversas informações, alterações da legislação e atendimento a suas demandas. A Câmara também estreitou relações com a Cemig buscando soluções para as questões encaminhadas pelos profissionais. Além disso, em reunião realizada no interior, fez contato com profissionais da área, estudantes, fiscais e comunidade em geral, promovendo discussões sobre a estrutura curricular referencial a fim de atender a Resolução n.º 1.073 de 2016, demonstrando o comprometimento do Conselho com a proteção da sociedade", explica Saulo.

Geologia e Eng. de Minas • CEGM

Coordenador 2018: Geóloga Francisca Printes
A CEGM atuou, conforme a legislação, buscando orientar as ações de fiscalização das atividades exercidas por empresas e profissionais das áreas de geologia e engenharia de minas. A Câmara cumpriu extensa agenda de atividades, dentre elas visita técnica ao trecho da BR-356 parcialmente interditado por técnicos da Defesa Civil, Seminário Engenharia e a Vocação Mineral da região de Teófilo Otoni; Workshop Multi-Stakeholder – Sessão Catalisadora no Brasil; e reuniões da Coordenadoria Nacional das Câmaras Especializadas, que culminaram com a assinatura do termo de cooperação entre o Confea e Agência Nacional de Mineração – antigo DNPM. "Nosso propósito foi estar mais próximo dos profissionais, discutindo temas importantes ligados a nossa área, fortalecendo a nossa categoria e, sobretudo, defendendo os interesses e atribuições dos profissionais", destaca Francisca.

Mecânica e Metalurgia • CEMM

Coordenador 2018: Eng. Josias Gomes Ribeiro Filho
A CEMM pautou suas ações no apoio ao planejamento da Fiscalização, indicando áreas visando, principalmente, coibir o acobertamento profissional. Além das atividades de rotina, como registro de profissionais e empresas, revisão de atribuições, análise de processos ético-disciplinares e de auto de infração, a Câmara promoveu discussões sobre a grade referencial curricular para os cursos de engenharia mecânica. "Neste ano, acompanhamos os anteprojetos de resoluções que definiram os títulos profissionais de engenheiro aeroespacial e engenheiro automotivo. Também participamos das discussões sobre conflito e sombreamento de atribuições entre conselhos, em defesa das nossas profissões", enfatiza Josias.

Engenharia Química • CEEQ

Coordenador 2018: Eng. Rogério Melo
A CEEQ teve, em 2018, um ano de muito trabalho e resultados. No primeiro semestre, os membros da Câmara estiveram na plenária realizada pelo Crea-MG em Araxá, marcada pela decisão plenária PL/MG 173/2018, que definiu que a vaga da UFMG, para 2019, continuaria na Câmara. No segundo semestre, os membros da CEEQ se reuniram em Juiz de Fora e visitaram empresas da cidade e região. "Este ano conseguimos reunir profissionais da nossa modalidade de todo país no I Seminário e Reunião Extraordinária da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Química, aqui na sede do Crea-MG, para tratar de assuntos relacionados à fiscalização na modalidade química e atribuições pela Resolução n.º 1.073/2016", declara Rogério.

Segurança do Trabalho • CEST

Coordenador 2018: Eng. José Raimundo Barnabé
A CEST trabalhou, durante o ano de 2018, com o fortalecimento das diretrizes de fiscalização das ações dos profissionais e do registro de ARTs para serviços de segurança. Além disso, a Câmara realizou seminários, eventos e visitas a instituições de ensino, discutindo questões e problemas técnicos que permeiam a área de atuação dos engenheiros. "Contando com o apoio de empresas e Instituições de Ensino, a Câmara abordou temas como combate a incêndios em obras e monumentos históricos, proteção à saúde do trabalhador e assinatura de ARTs em perícias. O plano de trabalho da Câmara priorizou um contato mais direto com o profissional, valorizando o conhecimento e esclarecendo dúvidas sobre o exercício profissional. Ressalto a decisão que determina, a obrigatoriedade da assinatura de ARTs de perícias na Vara do Trabalho", afirma Barnabé.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

7.3.3. RESUMO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DE COMISSÕES

RESUMO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES DE ÉTICA PROFISSIONAL (CEP) E DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS (COTC)

NOME DA COMISSÃO	OBJETIVO	RESULTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA PROFISSIONAL - CEP	INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, OUVINDO TESTEMUNHAS E PARTES, E REALIZANDO DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA APURAR OS FATOS.	INSTRUÍDOS 92 PROCESSOS NO ANO DE 2018.
	EMIÇÃO DE RELATÓRIO FUNDAMENTADO A SER ENCAMINHADO À CÂMARA ESPECIALIZADA COMPETENTE PARA APRECIÇÃO.	FORAM EMITIDOS 95 RELATÓRIOS FUNDAMENTADOS NO ANO DE 2018 E ENCAMINHADOS ÀS CÂMARAS.
COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS - COTC	APRECIAR OS ASSUNTOS DE CARÁTER ECONÔMICO E FINANCEIRO DO CREA-MG.	A) CONHECIMENTO E ANÁLISE DO RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016;
		B) ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CREA-MG DO EXERCÍCIO DE 2017;
		C) CONHECIMENTO E ANÁLISE DO RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017;
		D) CONHECIMENTO E ANÁLISE DOS CONVÊNIOS DO CREA-MG CELEBRADOS COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E ADITIVOS;
		E) CONHECIMENTO E ANÁLISE DO CUSTO DO PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV DO CREA-MG;
		F) ANÁLISE DAS DESPESAS COM FOLHAS DE PAGAMENTOS DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2018;
		G) ANÁLISE DO IMPACTO NA ARRECADAÇÃO COM A SAÍDA DOS TÉCNICOS DO SISTEMA CONFEA/CREA;
		H) ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE REPASSES EFETUADOS VIA CHAMAMENTO PÚBLICO;
		I) ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO DE 2016 E DE 2017;
		J) ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 1º TRIMESTRE DE 2018;
		L) ANÁLISE DOS BALANCETES DOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO;
		M) ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DE 2018;
		N) ANÁLISE DOS BALANCETES DOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO;
		O) ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE AO 3º TRIMESTRE DE 2018;
		P) ANÁLISE DOS BALANCETES DOS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO;
		Q) CONHECIMENTO E ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ORÇAMENTO DE 2019;
		R) CONHECIMENTO E ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO DA REFORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2018;
		S) INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA NA ARRECADAÇÃO DA ART;
		T) REPERCUSSÃO DAS MULTAS NO ORÇAMENTO DO CREA-MG;
		U) ANÁLISE DO CRESCIMENTO DO PIB NO SETOR DE ENGENHARIA.

FONTE: GERÊNCIA TÉCNICA E DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS (GTC)

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
INTRODUÇÃO
MENSAGEM DO PRESIDENTE
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
4. RESULTADOS DA GESTÃO
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM
8. ANEXOS
FICHA TÉCNICA

PROCESSOS ÉTICOS E DISCIPLINARES

Entrada de processos por ano

Ano	Processos
2013	36
2014	39
2015	75
2016	127
2017	60
2018	100

$$63 + 100 - 95 = 68$$

92 oitivas 40 arquivamentos 55 penalidades para 2019

relatórios finais

No início de 2018, a CEP tinha 63 processos e recebeu outros 100 durante o ano. Foram realizadas 92 oitivas para recolher depoimentos. Os trabalhos resultaram em 95 relatórios finais, com arquivamento de 40 processos e indicação de penalidade para os outros 55. Com isso, 2019 começa com um saldo de 68 processos.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

RELATÓRIO
DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS

4. RESULTADOS
DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO

7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA
TÉCNICA

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E BACKLOG NA COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA PROFISSIONAL - CEP

2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Entrada de Processos	66	86	90	100	113	120	125	136	148	157	166	167
Relatório Final	-	1	8	14	20	24	35	51	60	69	81	90
Backlog	66	85	82	86	93	96	90	85	88	88	85	77

FONTE: GERÊNCIA TÉCNICA E DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS (GTC)

7.4. ATENDIMENTO

O setor de Atendimento aos profissionais e empresas que buscam a solução de demandas junto ao Conselho funcionou, normalmente, entre os dias 26 de dezembro de 2018 e 14 de janeiro de 2019. O sistema de funcionamento foi alterado pela Presidência para atender ao público de forma mais ampla, estando disponível, sobretudo, para os profissionais que vieram do interior e de outros estados para as festas de fim de ano na capital mineira e aproveitaram para resolver suas pendências junto ao Crea-MG. Esta decisão modifica o sistema anterior, em que o atendimento era feito por meio de plantões que resolviam questões urgentes. A gestão atual optou por não trabalhar em regime de férias coletivas, modelo adotado desde 2005, com o intuito de melhorar o serviço e oferecer atendimento ininterrupto, em atendimento ao anseio de muitos profissionais e à concepção da Gestão segundo a qual os serviços do Crea-MG são de interesse público e não podem ser interrompidos por férias coletivas.

Com essa mudança, vamos atender aos anseios de muitos profissionais. Nossa gestão entende que os serviços do Crea-MG são de interesse público e não podem ser interrompidos por férias coletivas

engenheiro civil **Lucio Borges**

A iniciativa apresentou bons resultados. Entre os dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2018, apenas na sede, cerca de 600 profissionais ou representantes de empresas do setor de engenharia compareceram para resolver suas questões e ficar em dia com o Crea-MG. Já no dia seguinte ao ano novo, foram registrados 120 atendimentos.



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

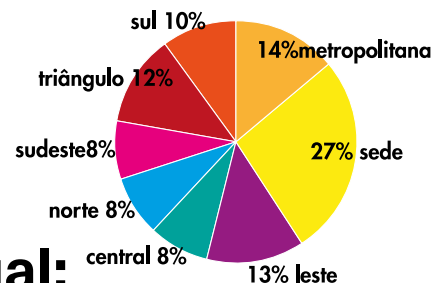
Atualmente, a maioria dos serviços do Crea-MG pode ser acessados online, como o registro de ART e a emissão de certidões. A maior parte das demandas realizadas presencialmente dizem respeito a registro, que é imprescindível para a atuação regular de profissionais e empresas.

Para facilitar a vida dos profissionais, de modo que eles consigam resolver suas demandas nas regiões onde moram e, assim, evitar longos deslocamentos, o Crea-MG tem investido na implantação de novas unidades de atendimento. Em 2018, inaugurou escritórios de representação em Ibirité, Três Corações e Cássia.

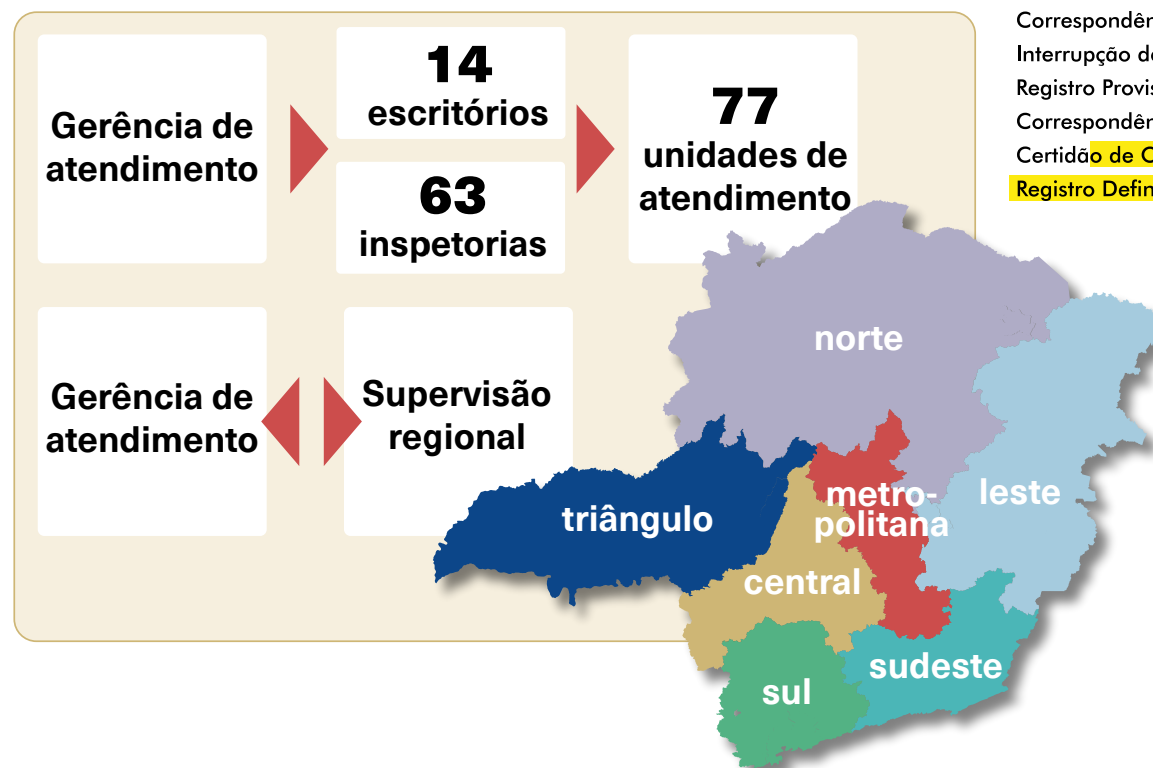
Ainda com o objetivo de estar mais próximo dos profissionais e conhecer as demandas de cada local, o presidente Lucio participou de diversas reuniões nas Inspetorias. Além de permitir a participação dos profissionais da cidade e da região nessas reuniões, essas unidades têm um custo menor. “Quando vamos às Inspetorias, podemos esclarecer dúvidas dos profissionais, ouvir as suas críticas e sugestões para aprimorar as ações do Conselho. Ouvir as demandas locais e entendê-las é essencial para que o Crea-MG possa atender melhor os profissionais e a sociedade”, aponta Lucio.

214.116

Atendimentos por Região



Cobertura estadual:



ATENDIMENTOS EM 2018

Reativação Registro PF	2%
Defesa/Recurso Fiscalização	3%
Restituição de Taxa	3%
Visto Profissional	3%
Baixa de RT	3%
Notificação de Infração	3%
2ª Via de Carteira	3%
Baixa de ART Nacional	4%
Alteração de RTs	4%
Registro de Empresa	5%
Recebimento de Carteira SIC	5%
Parcelamento de Anuidade PF	6%
Correspondência Recebida	7%
Interrupção de Registro PF	7%
Registro Provisório	7%
Correspondência Interna	8%
Certidão de Obra/Serviço	12%
Registro Definitivo PF	15%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. RESULTADOS DA GESTÃO

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM

8. ANEXOS

FICHA TÉCNICA

Recursos Humanos no atendimento



metropolitana ...	23
sul	20
norte	12
central.....	10
sudeste.....	12
leste	17
triângulo.....	21
total	115



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

melhorias do salão de atendimento

Novo sistema de senhas



Tótem informatizado, touch screen



Painel de chamada contemporâneo



Senhas por assunto e prioridade



Exibição de vídeos institucionais



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**



7.5. DIÁLOGO

Esses espaços para dialogar com os públicos do Conselho não se restringem às reuniões no interior e nem às atividades realizadas na sede do Crea-MG. O empenho em conversar e se aproximar dos inspetores, das entidades, das instituições de ensino, das empresas, dos profissionais, dos estudantes e da sociedade tem sido constante.

Um exemplo é o trabalho desenvolvido para fortalecer as entidades de classe. As parcerias com as entidades foram intensificadas a partir de chamamento público. O edital deste ano contemplou 24 projetos de 19 entidades, que incentivavam o aperfeiçoamento profissional, o fortalecimento das ações de fiscalização, a divulgação do Código de Ética e da legislação da área, e a conscientização sobre a importância do registro profissional, da ART e do acervo técnico.

A inserção nas discussões sobre políticas públicas que tenham interface com as áreas da engenharia, agronomia e geociências é feita pelo Crea-MG a partir da indicação de representantes institucionais em conselhos municipais, comitês de bacias e outros.

Em 2018, Lucio Borges participou de:
210 reuniões e eventos em 29 cidades de Minas Gerais, 7 estados e no Distrito Federal.

693

reuniões de trabalho, eventos e ações diversas foram realizados pelos Colégios Estaduais de Inspectores (CEI) e Entidades (CEE) em 2018

Com o intuito de se posicionar ativamente na formulação, implantação e controle das políticas públicas que tenham interface com a engenharia, a agronomia e as geociências, o Crea-MG participa, através de seus representantes institucionais, de diversos fóruns municipais, estaduais e federais.

Políticas Públicas

97 Conselhos municipais
22 Conselhos estaduais
06 Conselhos federais
61 Comitês de bacias hidrográficas (Copam)
57 Conselhos Estaduais de Políticas Urbanas
02 Outros conselhos



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**



ANEXOS
8

TABELA COM A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES NO CREA-MG, COM DADOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO, SITUAÇÃO FUNCIONAL E UNIDADE DE EXERCÍCIO.

LEGENDA		
SITUAÇÃO	AT	ATIVO
	AT/AP	ATIVO APOSENTADO
	API	APOSENTADO POR INVALIDEZ
	AP/EST	APOSENTADO ESTATUTÁRIO
	LNR	LICENÇA NÃO REMUNERADA
FORMA DE SELEÇÃO	SCP	SEM CONCURSO PÚBLICO (ANTES DE 2001)
	2014	ANO DO CONCURSO PÚBLICO NO QUAL FOI APROVADO

Q	SEL.	SEXO	MAT	EMPREGADO	LOTAÇÃO ORGANOGRAMA 2018-2020	GERÊNCIA/SUP	SITUAÇÃO	CARGO PDRP 2013	FUNÇÃO GRATIFICADA	DEFICIÊNCIA
321	2014	F	1935	ADA SATHLER RODRIGUES	GERENCIA DE FISCALIZACAO	GFZ	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
138	SCP	M	1364	ADEMIR ALVES	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	FISCAL DE NIVEL TECNICO		
43	SCP	F	819	ADRIANA ALVES MACHADO MELO	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
18	SCP	F	619	ADRIANA BRANCO CAMPELLO COELHO	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
71	SCP	F	1019	ADRIANA LIMA MIRANDA	INSPETORIA DE SAO LOURENCO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
219	2008	F	1650	ADRIANA ROCHA VON KRUGER	ASSESSORIA DE IMPRENSA	GCP	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - JORNALISMO	COORDENADOR	
83	SCP	M	1089	ADRIANO WASHINGTON COSTA	INSPETORIA DE CONTAGEM	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
51	SCP	M	905	AFONSO GUADALUPE FERREIRA	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS		FISICA
329	2014	M	1945	ALAN CHRISTIAN NICOLAU DA SILVA	INSPETORIA DE GOVERNADOR VALADARES	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
284	2008	F	1798	ALESSANDRA MONJARDIM DE CARVALHO	INSPETORIA DE JUIZ DE FORA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
173	2005	M	1525	ALEX FABIANO SILVA	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GAT	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	SUPERVISOR REGIONAL	
79	SCP	F	1070	ALEXANDRA MARLUCI DE ARAUJO MARTINS	GERENCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
35	SCP	M	772	ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
26	SCP	M	722	ALEXANDRE MONTEIRO DE PAULA ANDRADE	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
363	RA	M	1981	ALFREDO MARQUES DINIZ	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO IV		
314	2014	F	1924	ALICE DOS SANTOS SOARES	REGIONAL VALE DO AÇO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
200	2005	F	1591	ALIDA DE OLIVEIRA MARTINS	REGIONAL NORDESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
328	2014	F	1944	ALINE ANTUNES ASSUNÇÃO	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		
262	2008	F	1733	ALINE ELIZABETH DE PAULA	AQUISICOES CONTRATOS E CONVENIOS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
347	RA	M	1964	ALIRIO FERREIRA MENDES JUNIOR	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR DA PRESIDENCIA I		
322	2014	M	1937	ALMIR ELCIO MOURA	GERENCIA DE COMUNICACAO E PUBLICIDADE	GCP	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - ANALISTA DE COMUNICAÇÃO		
216	2008	M	1643	ALVARO DIAS FERREIRA	CONTABILIDADE	GAF	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - CONTABILIDADE	COORDENADOR	
335	2014	M	1952	AMAURI CARLOS VILELA	INSPETORIA DE PASSOS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
148	2001	F	1419	ANA MARIA CHAVES AMARAL	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
196	2005	M	1587	ANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO	INSPETORIA DE PARACATU	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
345	RA	M	1962	ANDRE PINTO DE SOUZA OLIVEIRA	CONTROLE INTERNO	PRE	AT	CONTROLADOR		
274	2008	F	1773	ANDREA MARIA DE SOUZA SILVA DUTRA	INSPETORIA DE IPATINGA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
112	SCP	F	1254	ANDREIA SEVERINO BOUCINHAS	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

 **4. RESULTADOS DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA TÉCNICA**

191	2005	M	1564	ANELITO NONATO DA SILVA	INSPETORIA DE PEDRO LEOPOLDO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
218	2008	M	1648	ANTONIO BOSCO DE OLIVEIRA JUNIOR	MÍDIAS	GCP	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - WEB-DESIGNER		
88	SCP	M	1115	ANTONIO BRASILEIRO BARBOSA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
315	2001	M	1926	ANTONIO CLAUDIO SILVA	INSPETORIA DE JOÃO MONLEVADE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
159	2004	M	1479	ANTONIO FERNANDO DE CASTRO ANDRADE	REGIONAL SUDESTE	GAT	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	SUPERVISOR REGIONAL	
124	SCP	F	1314	APARECIDA DA SILVA BARBOSA	INSPETORIA DE PARACATU	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
152	2004	F	1456	APARECIDA IZUMI KANEMOTO	REGIONAL NORTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
183	2004	F	1544	ARIANNE CALDEIRA DO CARMO	SUPERVISAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	GTI	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - TECNOLOGIA		
147	2001	F	1418	AUDREY CRISTIANE MACEDO ROCHA	SUPRIMENTOS E MATERIAIS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COORDENADOR	
287	2008	F	1812	CAMILA BRANCO ATAÍDES ASSIS	INSPETORIA DE IPATINGA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
318	2014	F	1929	CARINA RODRIGUES COSTA	INSPETORIA DE PATROCÍNIO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
119	SCP	F	1286	CARITA SILVA GARCIA OLIVEIRA	INSPETORIA DE UBERABA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
50	SCP	F	901	CARLA DE MELO SANTOS PAVAO	INSPETORIA DE CATAGUASES	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
311	2008	M	1882	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	CONTABILIDADE	GAF	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - CONTABILIDADE		
188	2004	M	1555	CARLOS DIVINO LUIZ GUIMARAES	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. AGRIMENSURA	COORDENADOR	
85	SCP	M	1098	CARLOS GUALBERTO FERREIRA	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	MOTORISTA		
278	2008	M	1785	CARLOS ROBERTO ALVES	GERENCIA DE FISCALIZACAO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO III	
348	RA	F	1965	CARLUCIA DA COSTA CORREIA	GERENCIA DE APOIO AOS COLEGIOS	GCO	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO II		
24	SCP	M	691	CASSIO ALVES DE BRITO	SUPERVISAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	GTI	AT	TECNICO DE NIVEL MEDIO - TECNOLOGIA		
32	SCP	M	745	CASSIO DIMITRI DE PAIVA	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
222	2008	M	1658	CASSIO RODRIGUES REIS	RELACOES TRABALHISTAS E DES. PROFISSIONAL	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR	
80	SCP	F	1082	CECILIA MARTINS DUARTE DE FREITAS	TESOURARIA	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
170	2004	F	1516	CELESTE GONÇALVES LISBOA GUEDES	INSPETORIA DE DIAMANTINA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
62	SCP	F	949	CELIA REGINA PEREIRA COSTA	COORDENACAO DE CONTROLE DE DOCUMENTACAO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
354	RA	M	1972	CESAR AUGUSTO DE PAIVA PINTO	SUPERINTENDENCIA DE PLANEJAMENTO GESTAO E TECNOLOGIA	SUPGT	AT	SUPERINTENDENTE		
209	2005	M	1619	CESAR AUGUSTO TASSOTE	INSPETORIA DE POUSO ALEGRE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
27	SCP	F	727	CHEHLA ELETTO HAMADE	INSPETORIA DE CARATINGA	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
160	2004	F	1481	CHRISTIANE PEREIRA PARDINHO	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - BIBLIOTECONOMIA		
37	SCP	F	783	CINARA NEOFITI	INSPETORIA DE POCOS DE CALDAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
36	SCP	M	774	CIRO EUSTAQUIO DIAS DE AQUINO	SUPERVISAO TECNICA	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR	
33	SCP	F	746	CLAUDIA PEIXOTO DA COSTA ALVES DE OLIVEIRA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
304	2008	M	1839	CLAUDIO DANYNS MOREIRA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
23	SCP	M	662	CLAUDIO TEIXEIRA DO ROSARIO	SUPRIMENTOS E MATERIAIS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
276	2008	F	1779	CLAUDYANNA HORTA DRUMOND	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
229	2008	M	1676	CLEBER CESAR DE OLIVEIRA	INSPETORIA DE ITAJUBA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL



RELATÓRIO
DE GESTÃO



INTRODUÇÃO



MENSAGEM DO
PRESIDENTE



1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO



2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA



3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS



4. RESULTADOS
DA GESTÃO



5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO



7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM



8. ANEXOS



FICHA
TÉCNICA

30	SCP	F	741	CLEIDE ANE DA SILVA MORAIS	INSPETORIA DE ARAGUARI	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
231	2008	M	1681	CLEONIR AMADOR PEIXOTO	INSPETORIA DE DIVINOPOLIS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
192	2004	M	1566	CRISTIAN BARROS SANTOS	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. SEG. TRABALHO	COORDENADOR	
89	SCP	M	1117	DANIEL DA CRUZ MIRANDA	REGIONAL METROPOLITANA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
283	2008	M	1796	DANIEL MARTINS DA SILVA	COORDENACAO DE CONTROLE DE DOCUMENTACAO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
14	SCP	M	543	DANIEL VIEIRA DA SILVA	INSPETORIA DE ANDRADAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
167	2004	F	1496	DANIELA DIAS LAVARINI DE MATTOS	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
189	2005	F	1556	DANIELA MARIA BARROS LIMA	SUPERVISAO DE PLANEJAMENTO DA FISCALIZACAO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
168	2004	F	1497	DANIELLE SIMONE NUNES DE ALMEIDA	INSPETORIA DE CONTAGEM	GAT	LNR	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
48	SCP	F	854	DARCILIA DE PAULA E SILVA	REGIONAL METROPOLITANA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
199	2005	F	1590	DARIA DURÇO DO PRADO MACIEL	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
309	2008	F	1880	DARLENE CORREIA SILVA DE PAULA	OUVIDORIA	GAB	AT	TELEFONISTA		VISUAL
139	2001	F	1367	DEBORA SARMENTO DE CARVALHO	GERENCIA DE COMUNICACAO E PUBLICIDADE	GCP	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - JORNALISMO	GERENTE	
194	2005	F	1574	DEISE APARECIDA ANDRADE ROSA	INSPETORIA DE ITAJUBA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
81	SCP	F	1084	DEISYLEA PEDROSA DE LIMA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
233	2008	M	1684	DEIVID MARQUES DA SILVA	INSPETORIA DE POUSO ALEGRE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
130	SCP	M	1336	DENILSON DE OLIVEIRA DA SILVA	INSPETORIA DE GOVERNADOR VALADARES	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
250	2008	M	1711	DENIS MARCOLINO AIRES	REGIONAL CENTRO SUL	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		FISICA
127	SCP	F	1323	DENISE GUIMARAES E CORREA RIBEIRO	INSPETORIA DE PASSOS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR REGIONAL	
169	2004	F	1508	DENISE MARIA DE ALMEIDA MONTEIRO	GERENCIA DE EVENTOS	GEV	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - REL. PUBLICAS	GERENTE	
326	2014	M	1942	DENISON ANTONIO MATEUS OLIVEIRA	INSPETORIA DE UBERABA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
206	2005	M	1605	DIEGO FELIPE MACHADO	GERENCIA DE ATENDIMENTO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
116	SCP	M	1277	DILMO DE OLIVEIRA RODRIGUES	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
96	SCP	F	1153	DILZA NINA SANTIAGO VIANA	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
70	SCP	F	1001	DINOERCIA RIBEIRO DA SILVA PASCHOINI	INSPETORIA DE SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
90	SCP	F	1118	DINORA SUELI LOBO	SUPERVISAO DE PLANEJAMENTO DA FISCALIZACAO	GFZ	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
171	2005	M	1518	DIOGO ARAUJO RODRIGUES	INSPETORIA DE ARACUAÍ	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
176	2005	M	1530	DOUGLAS DIVINO DE CARVALHO	REGIONAL TRIANGULO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
358	RA	M	1976	DOUGLAS LIMA DANIEL	AQUISICOES CONTRATOS E CONVENIOS	GAF	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO III		
330	SCP	F	1946	EDNEIA FLAVIA MEIRELES BORGES	INSPETORIA DE NOVA LIMA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
252	2008	M	1714	EDSON DE SOUZA LEITE	REGIONAL CENTRO SUL	GAT	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	SUPERVISOR REGIONAL	
91	SCP	M	1119	EDSON LUIZ DE MELO	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	AUXILIAR		
279	SCP	M	1786	EDUARDO CEZAR MENEZES CORBELL	INSPETORIA DE UBA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
251	2008	M	1713	EDUARDO LOPES DA SILVA	REGIONAL NORDESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
98	SCP	F	1170	EGLIMARA LOPES MUNIZ	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AP/AT	AUX. ESCRITORIO II		
47	SCP	F	842	ELAINE APARECIDA DA SILVA REZENDE	INSPETORIA DE NOVA LIMA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

221	RA	M	1654	ELDER GOMES DOS REIS	SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO E ATENDIMENTO	SUPAF	AT	ASSESSOR DA PRESIDENCIA III		
202	2005	M	1597	ELI JOSE DE CARVALHO JUNIOR	INSPETORIA DE SAO JOAO DEL REI	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
103	SCP	M	1214	ELISEU MARQUES DE OLIVEIRA	SECRETARIA DE APOIO AO PLENARIO	GAB	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. MECANICA	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO II	
75	SCP	F	1040	ELIZABETH CARDOSO DA SILVA	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
242	2008	F	1696	ELIZABETH FERREIRA DO NASCIMENTO	GERENCIA DE FISCALIZACAO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR		
45	SCP	F	822	ELOISA DUARTE DE SOUZA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
44	SCP	F	820	ELZA MATOZO VIANA GARCIA DE AGUIAR	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
350	RA	M	1967	EMILIO ELIAS MOUCHREK FILHO	SUPERVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DO AGRO-NEGOCIO	GFZ	AT	SUPERVISOR		
82	SCP	F	1086	ENELI BRAGA COSTA DO CARMO	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
29	SCP	F	737	EUDITRUES SEVERINO DE MENEZES	INSPETORIA DE ITUIUTABA	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
68	SCP	M	987	EUGENIO PAIVA DEL GIUDICE	INSPETORIA DE VICOSA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
143	2001	F	1391	EVELYNNE MARIA XAVIER SALIBA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. CIVIL		
208	2005	F	1610	FABIANE TRINDADE DA SILVA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
186	2005	M	1548	FABIO GEORGE CURTT	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
264	2008	M	1736	FABIO RODRIGO SILVERIO E FONSECA	GERENCIA DE ATENDIMENTO	GAT	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - ENG. CIVIL	GERENTE	
137	SCP	M	1363	FABRÍCIO LAGO DE MENDONÇA	INSPETORIA DE TEOFILO OTONI	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
277	2008	M	1781	FARLEY FERREIRA CASTRO	INSPETORIA DE SALINAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
118	SCP	F	1285	FATIMA LOUBACK VIEIRA	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
174	2005	M	1526	FELIPE XAVIER ALVES	INSPETORIA DE JUIZ DE FORA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
325	2014	F	1940	FERNANDA DIAS GODINHO	INSPETORIA DE JOAO MONLEVADE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
212	2008	F	1639	FERNANDA FERREIRA DA CUNHA GUEDES	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		
320	2014	F	1933	FERNANDA FONTENELLE GRILLO	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		
353	2014	F	1971	FERNANDA GONCALVES BELO FERNANDES	INSPETORIA DE PASSOS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
312	2008	M	1900	FERNANDO JUNIO DE ASSIS	ORCAMENTO E ARRECADACAO	GAF	AT	TECNICO DE NIVEL MEDIO - ADMINISTRACAO		
163	2004	M	1488	FERNANDO LUIS DE ALMEIDA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. ELETRICA	COORDENADOR	
193	2005	M	1572	FERNANDO OTAVIO RABELO COSTA PAIVA	INSPETORIA DE OLIVEIRA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
355	2014	M	1973	FILIPE RIBEIRO PEREIRA GOULART	AQUISICOES CONTRATOS E CONVENIOS	GAF	AT	PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR - DIREITO	PREGOEIRO/PRESIDENTE CPL	
261	2008	F	1732	FLAVIA APARECIDA DE JESUS PEREIRA	INSPETORIA DE UBERABA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
76	SCP	F	1042	FLAVIA MARGARET AMORIM DE SOUZA	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
317	2014	F	1928	FLAVIA MARIA DE SOUZA FERREIRA	INSPETORIA DE JANAUBA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
158	2004	F	1478	FLAVIA PINHEIRO TAVARES TORRES	GERENCIA DE FISCALIZACAO	GFZ	AT	ANALISTA TECNICO - ARQUITETURA		
92	SCP	M	1130	FRANCISCO OLISMAR BEZERRA LIMA	INSPETORIA DE OURO BRANCO	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
151	2004	M	1450	FRANCISCO ROBERTO NASCIMENTO DA SILVA	REGIONAL VALE DO AÇO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
270	2008	M	1743	GERALDO MAGELA DA SILVA	INSPETORIA DE BETIM	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
4	SCP	M	266	GERALDO MORAIS NOGUEIRA	INSPETORIA DE CONTAGEM	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
273	2008	M	1758	GERALDO SILVIO DE OLIVEIRA	INSPETORIA DE PARA DE MINAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

102	SCP	M	1212	GILBERTO DA SILVA PORTO REIS	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - AGRO-NOMIA	COORDENADOR	
178	2005	M	1536	GILDO JUNIO SOARES DA SILVA	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
126	SCP	F	1322	GIOVANNA REIS CUSTODIO	INSPETORIA DE FRUTAL	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
164	2004	F	1489	GIRLAINE DA CONCEIÇÃO LADEIRA	CAMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	SUPGT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
166	2004	F	1493	GISELE REGINA CARVALHO	RELACOES TRABALHISTAS E DES. PROFIS-SIONAL	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
55	SCP	F	919	GISLANE GUEDES FIGUEIREDO	INSPETORIA DE CONTAGEM	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
238	2008	F	1691	GLENDA APARECIDA SILVA GUIMARAES	RELACOES TRABALHISTAS E DES. PROFIS-SIONAL	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
247	2008	M	1705	GUILHERME DE ASSIS GONCALVES	REGIONAL NORDESTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
316	2014	M	1927	GUILHERME JACINTO HORTA	REGIONAL SUDESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
235	2008	M	1688	GUSTAVO DE ANDRADE NOGUEIRA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
263	2008	M	1734	GUSTAVO DE FARIA FREITAS	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - AGRO-NOMIA	GERENTE	
243	2008	M	1697	HENRIQUE ANTONIO QUINAUD JACOB	INSPETORIA DE JUIZ DE FORA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
327	2014	M	1943	HENRIQUE MACHADO AZEREDO	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		VISUAL
111	SCP	M	1252	HIGINO MAURICIO DA COSTA	INSPETORIA DE PIRAPORA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
109	SCP	M	1241	HOLNEM LEITE FERNANDES	OUVIDORIA	GAB	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	OUVIDOR	
220	2001	M	1653	HUMBERTO RODRIGUES FALCAO	SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO E ATENDIMENTO	SUPAF	AT	ANALISTA TECNICO - AGRO-NOMIA	SUPERINTEN-DENTE	
285	RA	F	1805	IANE MIRLEY COSTA CHAVES	ASSESSORIA DE IMPRENSA	GCP	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO III		
258	2008	F	1723	INGRID RUBACK BERTGES	REGIONAL SUDESTE	GAT	API	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		VISUAL
198	2005	M	1589	IRAN MARTINS SOARES	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
129	SCP	F	1332	IRLENE ANA FERREIRA COSTA	INSPETORIA DE ITABIRA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
54	SCP	F	918	IRLENE QUEIROZ RESENDE ROGERIO	ORÇAMENTO E ARRECADACAO	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COORDENADOR	
182	2005	M	1543	ISRAEL DE ABREU DRUMMOND BARBOSA	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
155	2004	F	1470	IVANA MACHADO SOUTO	REGIONAL NORTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
281	2008	F	1792	IVANA TARGHER DE MORAES	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - ENG. QUIMICA		
244	2008	F	1699	IVANIA LINHARES DE ALMEIDA	REGIONAL METROPOLITANA	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
306	2008	F	1845	JANAINA HELENA DE FARIA GOMES	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
356	2014	M	1974	JANIO FRANKLIN FERNANDES CARVALHO	INSPETORIA DE ITABIRA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL DE CAMPO	
269	2008	M	1742	JANSER GONCALVES DOS SANTOS	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		FISICA
60	SCP	F	940	JAQUELINE DOS ANJOS OLIVEIRA METZKER	REGIONAL SUDESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
352	RA	M	1970	JEAN MARCUS RIBEIRO	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTI-TUCIONAIS	SRI	AT	SUPERINTENDENTE		
67	SCP	M	982	JESSE JANE LARA	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
1	SCP	M	28	JOAO BARBOSA DOS SANTOS	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	AP/EST	AG. FISCAL. III		
346	RA	M	1963	JOAO BOSCO CALAIS FILHO	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR DA PRESIDENCIA II		
106	SCP	M	1224	JOAO CANDIDO DA SILVA	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS		
230	SCP	M	1679	JOAO CARLOS MOREIRA GOMES	REGIONAL NOROESTE	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
154	2004	M	1468	JOAO EDUARDO DE SOUZA LIMA	INSPETORIA DE PATOS DE MINAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
223	SCP	M	1665	JOAO SILVA TOLEDO	INSPETORIA DE VARGINHA	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
357	RA	M	1975	JOBSON NOGUEIRA DE ANDRADE	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR PARLAMENTAR		
113	SCP	M	1256	JORGE AGOSTINHO DA SILVA	SUPERVISAO DE OBRAS	GOB	AT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS		



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

246	2008	M	1701	JOSE ARI GUIMARAES	INSPETORIA DE POUSO ALEGRE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
17	SCP	M	609	JOSE BATISTA DO AMARAL	INSPETORIA DE BOM DESPACHO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
224	2008	M	1668	JOSE OSWALDO MAIA FILHO	INSPETORIA DE VARGINHA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
232	2008	M	1683	JOSE RIBAMAR GONCALVES JUNIOR	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
344	RA	M	1961	JOSE TARCISIO CAIXETA	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR DA PRESIDENCIA II		
41	SCP	F	801	JULIANA BITTENCOURT AVENDANHA	CAMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	SUPGT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
289	2008	F	1814	JULIANA CASSIA BONCOMPAGNI REIS	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS	GTC	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - ENG. CIVIL	COORDENADOR	
249	2008	M	1708	JULIANO JOSE MACHADO MANALI	INSPETORIA DE VARGINHA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
301	2008	M	1835	JULIO CESAR MOREIRA	INSPETORIA DE PATOS DE MINAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
49	SCP	M	900	JULIO CESAR OLIMPIO BORGES	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
297	2008	F	1827	JUSSARA DO AMARAL MARQUES	INSPETORIA DE PONTE NOVA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
256	2008	F	1719	KELLY CARLA DA SILVA LIMA MOREIRA	INSPETORIA DE PATOS DE MINAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
215	2008	F	1642	KELLY CHRISTINE BARBOSA	GERENCIA DE COMUNICACAO E PUBLICIDADE	GCP	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
239	2008	F	1692	LANILUCE ALVES BARBOSA CURTT	REGIONAL TRIANGULO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		VISUAL
336	RA	F	1953	LARISSA PEREIRA COSTA	PROCURADORIA	GAB	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO II		
122	SCP	F	1305	LAURA HELENA DE LIMA	INSPETORIA DE POCOS DE CALDAS	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
66	SCP	M	967	LEANDRO AUGUSTO DE SOUZA	INSPETORIA DE ITAJUBA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
16	SCP	M	606	LEANDRO DA SILVA BINI	INSPETORIA DE SAO JOAO DEL REI	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
323	2014	M	1938	LEANDRO ELERATI DE ABREU	INSPETORIA DE JUIZ DE FORA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
337	2014	M	1954	LEANDRO FONSECA DE OLIVEIRA	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		
293	2008	M	1819	LEANDRO WILLIAM DE ABREU	INSPETORIA DE JUIZ DE FORA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
294	2008	M	1823	LEONARDO ARMANDO DA SILVA	INSPETORIA DE OURO PRETO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
128	SCP	M	1324	LEVI ANTUNES TELES	INSPETORIA DE ITAUNA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
181	2004	F	1540	LILIAN LUCCHESI DOS SANTOS	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ARQUITETURA	COORDENADOR	
254	2008	F	1716	LIVIA CRISTINA VIEIRA CARDOSO	REGIONAL RIO GRANDE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
295	2008	F	1825	LIVIA VIEIRA DE ANDRADE	INSPETORIA DE ARAXA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
197	2005	M	1588	LIVIO ALEXANDRE DA SILVA DIOGO	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
177	2005	M	1532	LUCAS GOMES DE PAULA	INSPETORIA DE POUSO ALEGRE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
341	RA	M	1958	LUCAS MATOS MORAIS	SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	SRI	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO III		
207	2005	M	1607	LUCAS TAVARES DE OLIVEIRA	GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GERENTE	
227	2008	M	1672	LUCAS TONIDANDEL	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COORDENADOR	
53	SCP	F	917	LUCELENE CHAGAS DE CASTRO	INSPETORIA DE LAVRAS	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
57	SCP	F	926	LUCIANA ABREU DO CANTO	COORDENACAO DE CONTROLE DE DOCUMENTACAO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
146	2001	F	1415	LUCIANA MELO ROCHA	GERENCIA DE FISCALIZACAO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR		
13	SCP	F	494	LUCIENE MARIA SILVA	INSPETORIA DE DIVINOPOLIS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
121	SCP	M	1298	LUIS CARLOS ANDRADE PIMENTA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ENGENHEIRO	GERENTE	
267	2008	M	1740	LUIZ CARLOS GANBOA DE SOUSA	CONTABILIDADE	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
69	SCP	M	993	LUIZ CLAUDIO CARVALHO DE BRITO	INSPETORIA DE CATAGUASES	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
59	SCP	M	934	LUIZ CLAUDIO DE SOUZA	COORDENACAO DE CONTROLE DE DOCUMENTACAO	GRA	AT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS		
108	SCP	M	1235	LUIZ FELIPE CARMO KRAUSS	SUPERVISAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

135	SCP	M	1357	LUIZ FERNANDES MIRANDA SILVEIRA	INSPETORIA DE FRUTAL	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
123	SCP	M	1310	LUIZ GUSTAVO MARQUES DE OLIVEIRA	INSPETORIA DE POCOS DE CALDAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
115	SCP	M	1265	LUIZ MENDES SOARES	INSPETORIA DE UNAI	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
144	2001	M	1392	MAICON MARCIO NEIVA	INSPETORIA DE UNAI	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
175	2005	F	1529	MAIRA APARECIDA CORREA AVELAR	INSPETORIA DE VARGINHA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
201	2005	F	1592	MARA DE FATIMA AZEVEDO BORGES	INSPETORIA DE OURO PRETO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
331	2014	F	1947	MARA EMILIA NOVAES MARINHO	RELACOES TRABALHISTAS E DES. PROFIS- SIONAL	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
214	2008	F	1641	MARCELA DE CASTRO SANTOS SARTI	GABINETE	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - REL. PUBLICAS	SECRETARIA DA PRESIDENCIA	
73	SCP	M	1036	MARCELO CAMPANHA RODRIGUES	SUPERVISAO DE TECNOLOGIA DA INFOR- MACAO	GTI	AT	TECNICO DE NIVEL MEDIO - TECNOLOGIA		
298	2008	M	1828	MARCELO DONIZETE DA SILVA	INSPETORIA DE PARA DE MINAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
150	2004	M	1446	MARCELO EMERSON VENTURA DOS SANTOS	SUPERVISÃO DE COORDENAÇÃO E CON- TROLE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	SUPERVISOR	
290	2008	M	1815	MARCELO VIEIRA GOMES	INSPETORIA DE MANHUACU	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
20	SCP	F	633	MARCIA REGINA ALVES CANHEDO	INSPETORIA DE MACHADO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
310	2005	M	1881	MARCIO GONCALVES PEREIRA	INSPETORIA DE CONTAGEM	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR		
132	SCP	M	1341	MARCO ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SILVA	INSPETORIA DE DIVINOPOLIS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
204	2005	M	1601	MARCOS AURELIO MENDES NOGUEIRA REIS	INSPETORIA DE VARGINHA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
39	SCP	M	791	MARCOS FELICIANO CEZAR DE MOURA	INSPETORIA DE CURVELO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
338	RA	M	1955	MARCOS VENICIUS GERVASIO	GABINETE	GAB	AT	CHEFE DE GABINETE		
303	2008	F	1837	MARIA ALICE CORREA DE OLIVEIRA	INSPETORIA DE PATOS DE MINAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
11	SCP	F	452	MARIA ANGELA ROMANELI DA SILVA	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
313	SCP	F	1917	MARIA APARECIDA CASTRO DE SOUSA	INSPETORIA DE VICOSA	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
15	SCP	F	598	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	TELEFONISTA		
110	SCP	F	1249	MARIA BEATRIZ AFFONSO ALVES	RELACOES TRABALHISTAS E DES. PROFIS- SIONAL	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
25	SCP	F	709	MARIA CELIA MOREIRA CUNHA	INSPETORIA DE ITAUNA	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
343	RA	F	1960	MARIA CRISTINA DA SILVA	GERENCIA DE APOIO AOS COLEGIOS	GCO	AT	GERENTE		
40	SCP	F	797	MARIA DAS GRACAS PEREIRA	SUPERVISAO DE GESTAO DOS COLEGIOS	GCO	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR	
2	SCP	F	200	MARIA DAS GRACAS SERRA GONCALVES MOL	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
257	2008	F	1722	MARIA DE JESUS SOARES	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
42	SCP	F	804	MARIA DO CARMO DA ROCHA NETO	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
360	2014	F	1978	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA FONSECA	INSPETORIA DE CONTAGEM	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
260	2008	F	1730	MARIA EDVANIA SILVA DE PAULA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
61	SCP	F	945	MARIA FERREIRA DOS SANTOS	GABINETE	GAB	AT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS		
56	SCP	F	920	MARIA JOSE MARQUES	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
7	SCP	F	341	MARIA OLIVIA DA SILVA	INSPETORIA DE PATOS DE MINAS	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
340	RA	F	1957	MARIANA COSTA SILVA RODRIGUES	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR TECNICO ESPECIAL- LIZADO III		
87	SCP	F	1108	MARILDA ALVES	INSPETORIA DE POUSO ALEGRE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
78	SCP	F	1057	MARILIA MENDES ALVES	SUPERVISÃO DE COORDENAÇÃO E CON- TROLE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
275	RA	F	1774	MARINA COTTA DE MOURA FRANCA	AQUISICOES CONTRATOS E CONVENIOS	GAF	AT	COORDENADOR		
65	SCP	M	964	MARIO DE CARVALHO FERREIRA	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

349	RA	M	1966	MARIO SERGIO CORREA DIAS	GERENCIA DE MANUTENCAO E OBRAS	GOB	AT	GERENTE		
31	SCP	F	744	MARLENE APARECIDA COSTA	REGIONAL SUL	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
93	SCP	F	1131	MARLENE MARQUES E MARQUES	SERVICOS GERAIS	GAF	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
165	2004	M	1490	MARLLON DEIVSON RODRIGUES SIQUEIRA	SUPERVISAO DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR	
107	SCP	F	1226	MARLUCIA APARECIDA FERREIRA E SILVA	INSPETORIA DE ALFENAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
179	2005	M	1538	MARLUCIO ALVES LEITE	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
72	SCP	F	1033	MARTA LAUDELINA OLIVEIRA DE PAULA	SECRETARIA DE APOIO AO PLENARIO	GAB	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
255	2008	F	1717	MARTA MARIA MARCATTI FERRI	SUPERVISAO DE TECNOLOGIA DA INFOR- MACAO	GTI	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - TEC- NOLOGIA		
361	RA	M	1979	MAURICIO FERNANDES DA COSTA	GABINETE	GAB	AT	ASSESSOR DA PRESIDENCIA I		
156	2004	M	1476	MAURICIO MARCATTI FERRI	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. MECANICA	COORDENADOR	
145	2001	M	1406	MAURO ANDRE DRUMOND DA FONSECA	REGIONAL CENTRO OESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
149	2001	F	1438	MIRNA SENA DE OLIVEIRA	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	TELEFONISTA		
282	2008	F	1795	MONICA BAPTISTA DELL ISOLA	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
5	SCP	M	319	MURILO SILVA OLIVEIRA	INSPETORIA DE PATROCINIO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
141	2001	M	1377	NARIO MARIA DE AGUIAR	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
210	2005	M	1623	NEANDRO DAHER PEREIRA COSTA	REGIONAL NOROESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
58	SCP	F	933	NEIDE APARECIDA DE AGUIAR	INSPETORIA DE DIVINOPOLIS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
307	2008	M	1848	NELICIO FARIA DE SALES	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - ENG. MECANICA		
351	RA	M	1968	NEWTON REIS DE OLIVEIRA LUZ	SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO ESPECIA- LIZADA	GFZ	AT	SUPERVISOR		
240	2008	M	1694	NICOLAU NEDER PINHEIRO DAMASCENO	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
140	2001	F	1376	NIVEA RODRIGUES MOREIRA	INSPETORIA DE BARBACENA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
190	2005	M	1563	OSVALDO LEANDRO DE ARAUJO	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
134	SCP	F	1353	PATRICIA MARIA DUARTE DE SOUZA	INSPETORIA DE IPATINGA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
9	SCP	F	358	PATRICIA MONTEIRO DOS SANTOS	SUPERVISAO DE PLANEJAMENTO DA FISCALIZACAO	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	SUPERVISOR	
94	SCP	F	1144	PATRICIA VIEIRA FERRO SILVA	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
142	2001	M	1384	PAULO ANTONIO CREPALDI	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. ELETRICA		
180	2005	M	1539	PAULO CELIO PROENÇA ARAUJO	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
86	SCP	M	1107	PAULO HENRIQUE CARVALHO PIMENTA	INSPETORIA DE JANUARIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
172	2005	M	1520	PAULO HENRIQUE XAVIER SARMENTO	INSPETORIA DE SALINAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
8	SCP	M	346	PAULO JOSE DE SOUZA SANTOS	INSPETORIA DE BETIM	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
136	SCP	M	1360	PEDRO PAULO DE LACERDA	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
299	2008	F	1829	PRISCILA BIANCA COSSO SOARES DO CARMO	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
253	2008	F	1715	PRISCILA CARVALHO REIS	INSPETORIA DE GOVERNADOR VALADARES	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
302	2008	M	1836	RAFAEL SILVA JODINIS	REGIONAL CENTRO SUL	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
271	RA	M	1750	RAIMUNDO FERNANDES DE ALMEIDA	SECRETARIA DE APOIO AO PLENARIO	GAB	AT	ASSESSOR DA PRESIDENCIA III		
22	SCP	M	661	RAMON MARTINS TELESFORO	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
6	SCP	F	330	RAQUEL ARAUJO	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
211	2004	F	1628	RENATA ALVES COSTA AFONSO	INSPETORIA DE MANHUACU	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
319	2014	F	1930	RENATA DIAS DE OLIVEIRA	INSPETORIA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
291	SCP	M	1817	RENATO ANDRE CORREIA	INSPETORIA DE IPATINGA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

125	SCP	M	1318	RENZO REAL MACHADO	INSPETORIA DE ALMENARA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
266	2008	M	1739	RICARDO BARBOSA LACERDA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
28	SCP	M	734	RICARDO LUCIO DE SOUSA ALVES	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		
241	2008	M	1695	RICARDO MORAIS ALVES	INSPETORIA DE NOVA LIMA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
234	2008	F	1685	RITA DE CASSIA CARVALHO	CONTABILIDADE	GAf	AT	TECNICO DE NIVEL MEDIO - CONTABILIDADE		
12	SCP	F	486	RITA TANIA SILVEIRA ASSIS	INSPETORIA DE CURVELO	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO II	
217	2008	M	1647	ROBERSON SANTOS MARCELO	INSPETORIA DE ARCOS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
157	2004	M	1477	RODRIGO BORGES DE MELO	REGIONAL TRIANGULO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	SUPERVISOR REGIONAL	
101	SCP	M	1186	RODRIGO DE SIQUEIRA REIS	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. CIVIL		
268	2008	M	1741	RODRIGO FRANCISCANI SANTOS	INSPETORIA DE DIVINOPOLIS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
292	2008	M	1818	RODRIGO GOMES BORGES	RELACOES TRABALHISTAS E DES. PROFISSIONAL	GRH	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
228	2008	M	1674	RODRIGO PARENTONI BRETTAS	INSPETORIA DE JUIZ DE FORA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	AUDITIVA
205	2005	M	1604	RODRIGO VINICIUS SILVA NUNES	COORDENACAO DE CONTROLE DE DOCUMENTACAO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COORDENADOR	
114	SCP	M	1261	ROGERIO ANTONIO PEREIRA	SERVICOS GERAIS	GAf	AT	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS		
334	SCP	M	1951	ROGERIO AVELINO	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
3	SCP	M	264	ROGERIO LOPES CORADI	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
19	SCP	M	625	ROGERIO RIBEIRO DO VALE	AFASTADOS/APOSENTADOS	AFAP	API	AUX. ESCRIT. III		
133	SCP	M	1342	ROGERIO TADEU DE ARAUJO	INSPETORIA DE BARBACENA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
46	SCP	F	824	ROMENIA DE CASSIA HONORIO	GERENCIA DE EVENTOS	GEV	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
117	SCP	M	1280	ROMULO ANTONIO CAMPOS BRAGA	INSPETORIA DE CARATINGA	GAT	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	SUPERVISOR REGIONAL	
213	2008	F	1640	ROMY CRISTHINE SOARES VALADARES	PROCURADORIA	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO	ASSESSOR TECNICO ESPECIALIZADO III	
34	SCP	F	762	ROSALIA SIMAO SOUSA NOVAIS	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
84	SCP	F	1094	ROSILENE DE FATIMA LIMA PAULA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
339	RA	M	1956	RUBENS DIRCEU PEREIRA JARDIM	PROCURADORIA	GAB	AT	PROCURADOR GERAL		
362	RA	M	1980	RUBENS LEONIDIO DE ALMEIDA JUNIOR	GERENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	SUPGT	AT	GERENTE		
225	2008	F	1670	SANDRA FERREIRA DOS SANTOS DUARTE	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GFZ	LNR	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
105	SCP	F	1222	SANGER HENSCHKE LIMA	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
300	2008	M	1830	SERGIO AUGUSTO DE SOUZA	INSPETORIA DE ANDRADAS	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
10	SCP	M	386	SERGIO RICARDO DE ASSIS	INSPETORIA DE BELO HORIZONTE	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
236	2005	M	1689	SERGIO TEIXEIRA SOARES	INSPETORIA DE SETE LAGOAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
77	SCP	F	1053	SHIRLEY ALVES DE SOUZA	SUPERVISAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	GTI	AT	TECNICO DE NIVEL MEDIO - TECNOLOGIA		
184	2005	F	1546	SHIRLEY APARECIDA OLIVEIRA FONSECA	INSPETORIA DE MONTES CLAROS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
64	SCP	M	960	SIDIO GONCALVES DE REZENDE	GERENCIA DE FISCALIZACAO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR		
226	2008	M	1671	SILVANO GOMES MIRANDA	INSPETORIA DE IPATINGA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
359	2014	F	1977	SIMARA PICOLI PITARO CATTELAN	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
162	2004	F	1485	SIMONE VIEIRA GONÇALVES	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ANALISTA TECNICO - ENG. QUIMICA	COORDENADOR	



SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

 **RELATÓRIO
DE GESTÃO**

 **INTRODUÇÃO**

 **MENSAGEM DO
PRESIDENTE**

 **1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**

 **2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**

 **3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**

 **4. RESULTADOS
DA GESTÃO**

 **5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

 **6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**

 **7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**

 **8. ANEXOS**

 **FICHA
TÉCNICA**

21	SCP	F	648	SIRLEY DO ESPIRITO SANTO	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
272	2008	F	1757	SOLANGE BARBOSA	INSPETORIA DE UBERLANDIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
52	SCP	F	908	SONIA SOUZA BRITO	SERVICOS GERAIS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
38	SCP	F	784	SUELY CONSUELO NEVES MURER	INSPETORIA DE GOVERNADOR VALADARES	GAT	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
95	SCP	F	1147	TANIA MARA DE SOUZA CASTRO LARA	INSPETORIA DE SANTA LUZIA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
332	2014	F	1948	TASSIANA CARDOSO XAVIER COSTA	INSPETORIA DE PIRAPORA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
333	2014	F	1949	TATIANA ROCHA GARIGLIO	INSPETORIA DE ALMENARA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
265	2008	F	1738	TATIANE CRISTINE SILVA FARIA	INSPETORIA DE SETE LAGOAS	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
305	2008	F	1844	TATIANY DE FUCIO FRAGA BERTOLASSE ALVES	INSPETORIA DE TEOFILO OTONI	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
259	2008	M	1724	TEODORICO VENIER	SUPERVIAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	GTI	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - TECNOLOGIA		
100	SCP	F	1180	TERESINHA ALVES PONTES	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
185	2005	M	1547	THIAGO APARECIDO CID	REGIONAL SUL	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
248	2008	M	1706	TIAGO DE CARVALHO NASCIMENTO	REGIONAL CENTRO SUL	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
280	2008	F	1790	VALERIA CRISTINA SOARES	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
97	SCP	M	1168	VALMOR JUNIO DE ALMEIDA	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
153	2004	F	1467	VANESSA COSTA SILVA DE MELO	REGIONAL NORTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		FISICA
286	2008	F	1811	VANIA DE FATIMA DOS SANTOS SILVA	AQUISICOES CONTRATOS E CONVENIOS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
324	2014	F	1939	VERONICA ANDRADE ALMEIDA	REGIONAL RIO GRANDE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
161	2004	M	1482	VICTOR TORRES BRITO	REGIONAL SUL	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
237	2008	M	1690	VINICIUS DA SILVA PAIVA	REGIONAL VALE DO AÇO	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL SUPERIOR	FISCAL REGIONAL	
104	SCP	M	1217	VINICIUS DE ALMEIDA BITTAR	INSPETORIA DE SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	GFZ	AP/AT	FISCAL DE NIVEL BASICO	FISCAL CAMPO	
74	SCP	M	1038	VINICIUS GUIMARAES BARBOSA	AQUISICOES CONTRATOS E CONVENIOS	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
63	SCP	M	951	WAGNER DOS SANTOS SOARES	SECRETARIA DE APOIO AO PLENARIO	GAB	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
296	2008	M	1826	WAGNER GOMES DOS SANTOS	TESOURARIA	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
203	2005	M	1598	WAGNER SOARES GODINHO	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
120	SCP	M	1291	WALMIR ALVES DOS SANTOS	GERENCIA DE REGISTRO E ACERVO TECNICO	GRA	AP/AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
245	2008	M	1700	WANDERSON DE OLIVEIRA DIAS LEITE	ORCAMENTO E ARRECADACAO	GAF	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
131	SCP	M	1338	WANDERSON PEDROSA DE LIMA	INSPETORIA DE SANTA LUZIA	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
342	RA	M	1959	WANYR NOTINI PEREIRA FILHO	GERENCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	GAF	AP/AT	GERENTE		
195	2005	M	1586	WELLINGTON NATANAEL DIAS	INSPETORIA DE VICOSA	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENCARREGADO (A)	
99	SCP	M	1174	WENDELL BARBOSA SILVA	REGIONAL NOROESTE	GAT	AT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
187	2005	M	1553	WILLIAN JUNIOR DE FREITAS	INSPETORIA DE ALFENAS	GFZ	AT	FISCAL DE NIVEL TECNICO	FISCAL CAMPO	
308	2008	M	1867	WILLIAN LOPES	REGIONAL CENTRO OESTE	GAB	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - DIREITO		
288	2008	F	1813	YOLE KAROLINA DE SOUZA	GERENCIA TECNICA E DE ATRIBUICOES PROFISSIONAIS	GTC	AT	PROF. NIVEL SUPERIOR - AGRIMENSURA		

FONTE: GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**
INTRODUÇÃO
**MENSAGEM DO
PRESIDENTE**
**1. VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO**
**2. PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA**
**3. GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNS**
**4. RESULTADOS
DA GESTÃO**
**5. ALOCAÇÃO
DE RECURSOS E
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
**6. ÁREAS ESPECIAIS
DA GESTÃO**
**7. OUTRAS
INFORMAÇÕES
RELEVANTES SOBRE
A ATIVIDADE-FIM**
8. ANEXOS
**FICHA
TÉCNICA**

FICHA TÉCNICA

Av. Álvares Cabral, 1.600
Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP 30170-917

CENTRAL DE
INFORMAÇÕES
0800 031 2732

www.crea-mg.org.br

Relatório de Gestão do Exercício de 2018 é uma publicação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Presidente	engenheiro civil Lucio Fernando Borges
Vice-Presidente	engenheiro civil David Thomaz Neto
Diretor Administrativo e Financeiro	engenheiro civil Walmir de Almeida Januário
Diretor de Atendimento e Acervo	engenheiro agrônomo Edson dos Santos
Diretor de Planejamento, Gestão e Tecnologia	engenheiro mecânico Waldimir Teles Filho
Diretor de Relações Institucionais	engenheiro civil Pedrinho da Mata
Diretora Técnica e de Fiscalização	engenheira civil Maria das Graças Lage
Diretor de Recursos Humanos	engenheiro eletricitista Flávio Vianna

Organização e Edição

Controlador-Geral	advogado André Pinto de Souza Oliveira
-------------------	---

Colaboração

Adriana von Krüger
Almir Moura
Ana Flávia Castro Ribeiro
Cintya Amorim
Mário Vidotti

Dados

Superintendência de Fiscalização e Atendimento
Superintendência de Planejamento, Gestão e Tecnologia
Superintendência de Relações Institucionais

Gerente de Comunicação e Publicidade	Debi Sarmento
Projeto Gráfico e diagramação	Antônio Bosco e Luciano Bicalho
Revisão	Kelly Barbosa
Fotografias	Luciano Bicalho; shutterstock.com & pxhere.com

O conteúdo desta cartilha está disponível no Portal da Transparência do Crea-MG (www.crea-mg.org.br). Pode e deve ser reproduzido! Você pode compartilhar e adaptar o presente trabalho, desde que citada a fonte, dando o devido crédito aos autores, conforme os termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilha 4.0 Internacional.



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais

www.crea-mg.org.br